ISVOUGA

INSTITUTO SUPERIOR DE ENTRE DOURO E VOUGA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE NA PREVISÃO DA INSOLVÊNCIA NAS ORGANIZAÇÕES

Sandra Cristina Alves Pereira

Santa Maria da Feira, janeiro, 2025

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE NA PREVISÃO DA INSOLVÊNCIA NAS ORGANIZAÇÕES

Sandra Cristina Alves Pereira

Trabalho realizado sob a orientação de:

Professora Doutora Antonieta Lima

Santa Maria da Feira, janeiro, 2025

“Sucesso é a combinação de fracasso, erros, começos errados, confusão, e da determinação de continuar tentanto mesmo assim. “

Nick Gleason

Dedicatória

A ti, Bruno,

Gostaria de dedicar estas palavras a ti, com todo o carinho e gratidão. Não tenho palavras suficientes para expressar o quanto a tua paciência, apoio incondicional e demonstração de carinho foram fundamentais ao longo deste caminho. Cada momento de dúvida ou desânimo que surgia, tu estavas lá, sempre a lembrar-me da força que eu nem sempre conseguia ver.

A tua presença, calma e compreensão, mesmo nas horas mais difíceis, fizeram toda a diferença. Foi graças a ti que consegui persistir quando parecia que tudo estava perdido, que não teria forças para continuar. A tua fé em mim foi o impulso que me faltava para acreditar que eu conseguiria terminar a minha dissertação de mestrado.

Obrigado, de coração, por nunca me teres deixado desistir. Por seres o meu apoio, meu amigo, meu confidente. Esta conquista também é tua, porque sem a tua presença ao meu lado, provavelmente não teria chegado até aqui.

Ao meu fiel amigo Marega, o meu cão, obrigado por me dar companhia em todas as horas de trabalho e por ser o meu consolo nos momentos mais difíceis. A tua presença foi um alicerce silencioso, mas constante, e o teu carinho sempre me trouxe conforto. Nada como uma pausa para um passeio contigo para renovar as energias e voltar ao trabalho com renovada motivação.

Com toda a minha gratidão e afeto,

Sandra Pereira

Agradecimentos

Ao concluir esta dissertação de mestrado, há uma enorme gratidão que preenche o meu coração, e sei que não teria chegado até aqui sem o apoio, a paciência e o carinho de pessoas que são essenciais na minha vida.

Gostaria de começar agradecendo aos meus pais, que sempre foram a minha base, inspiração e força. Agradeço por me ensinarem o valor do trabalho árduo e por estarem ao meu lado, especialmente nos momentos difíceis. O vosso amor e apoio incondicional foram essenciais para que eu acreditasse em mim e seguisse em frente. Esta conquista também é vossa, pois sem o vosso exemplo e incentivo, nada disso teria sido possível.

Aos pais do Bruno, sou profundamente grata pelo acolhimento, carinho e apoio que sempre me deram. Foram mais que uma família, foram pilares de confiança e tranquilidade. A vossa generosidade e palavras de encorajamento ajudaram-me a manter o foco, especialmente nos momentos difíceis. O vosso apoio foi uma das grandes fontes de força para a realização deste trabalho.

Aos meus verdadeiros amigos, agradeço profundamente por estarem ao meu lado em todos os momentos, seja na alegria ou na dificuldade. Cada conversa, sorriso e gesto de compreensão fez toda a diferença. Vocês deram a força para enfrentar os desafios e lembrarem de equilibrar a vida além do trabalho.

À Professora Antonieta Lima, minha orientadora, sou imensamente grata pelo apoio, dedicação e orientação ao longo deste percurso. A sua disponibilidade, sabedoria e compromisso foram essenciais para a realização desta dissertação. Agradeço pelos desafios que me propôs e pela confiança em mim, incentivando-me a dar o meu melhor. O seu acompanhamento e orientações fizeram toda a diferença no desenvolvimento do meu trabalho. Esta conquista é, sem dúvida, fruto da sua generosidade e empenho.

Por último e não menos importante, à Dra. Tânia Silva, que pertencia ao departamento SOSP, agradeço profundamente pelas palavras de apoio e compreensão quando lhe dizia que precisaria adiar a dissertação. O seu incentivo foi fundamental para me dar confiança e ajudar a acreditar que conseguiria concluir este trabalho, mesmo nos momentos de incerteza.

Resumo

O presente estudo evidencia a importância da contabilidade como instrumento fundamental de apoio à gestão empresarial, destacando o seu contributo para o processo de tomada de decisão estratégica. Tradicionalmente associada ao cumprimento de obrigações fiscais, a contabilidade é hoje reconhecida como uma ferramenta essencial de planeamento, controlo e monitorização, especialmente num ambiente empresarial marcado por elevada competitividade e constante mutação.

Neste contexto, o trabalho centra-se na relevância da contabilidade na previsão de situações de insolvência, considerando os impactos significativos que a falência de empresas pode ter a nível económico e social. O objetivo principal da investigação consiste em validar de que forma, através da leitura e interpretação das demonstrações financeiras e da utilização de indicadores económicos e financeiros, é possível antecipar cenários de insolvência, promovendo uma gestão preventiva e sustentável.

Para tal, recorreu-se a uma metodologia de natureza quantitativa, utilizando-se um inquérito por questionário como principal técnica de recolha de dados. A análise estatística dos resultados obtidos permitiu fundamentar conclusões consistentes sobre o papel da contabilidade na deteção precoce de sinais de desequilíbrio financeiro, contribuindo para a implementação de medidas corretivas que favoreçam a continuidade das operações.

Em suma, a contabilidade assume um papel decisivo na prevenção da insolvência empresarial, facultando aos *stakeholders* uma visão clara e atualizada da saúde financeira da organização, o que possibilita a antecipação de riscos e a tomada de decisões informadas que garantam a sustentabilidade a longo prazo.

Palavras-chave: Insolvência empresarial; Contabilidade; Demonstrações financeiras; Análise financeira.

Abstract

This study highlights the importance of accounting as a fundamental tool to support business management, highlighting its contribution to the strategic decision-making process. Traditionally associated with compliance with tax obligations, accounting is now recognized as an essential tool for planning, control and monitoring, especially in a business environment marked by high competitiveness and constant change.

In this context, the work focuses on the relevance of accounting in predicting insolvency situations, considering the significant impacts that corporate bankruptcy can have at an economic and social level. The main objective of the research is to validate how, through the reading and interpretation of financial statements and the use of economic and financial indicators, it is possible to anticipate insolvency scenarios, promoting preventive and sustainable management.

To this end, a quantitative methodology was used, using a questionnaire survey as the main data collection technique. The statistical analysis of the results obtained allowed consistent conclusions to be drawn about the role of accounting in the early detection of signs of financial imbalance, contributing to the implementation of corrective measures that favor the continuity of operations.

In short, accounting plays a decisive role in preventing corporate insolvency, providing stakeholders with a clear and up-to-date view of the organization's financial health, which enables the anticipation of risks and the making of informed decisions that guarantee long-term sustainability.

Keywords: Corporate insolvency; Accounting; Financial statements; Financial analysis.

Índice

1 INTRODUÇÃO 1

2 REVISÃO DE LITERATURA 2

2.1 A INSOLVÊNCIA 3

2.1.1 Tipos de Insolvência Empresarial 4

2.1.1.1 Insolvência do Fluxo de Caixa (Cash Flow Insolvency): 4

2.1.1.2 Insolvência do Balanço Patrimonial (Balance Sheet Insolvency): 4

2.1.1.3 Causas da insolvência empresarial 5

2.1.2 Consequências da insolvência empresarial 6

2.1.3 Sinais de alerta de insolvência 7

2.1.4 Medidas proativas para a gestão com empresas em risco de insolvência: 8

2.1.5 O papel do Administrador de Insolvência 10

2.1.6 O Administrador de Insolvência na Massa Insolvente 12

2.1.7 Conclusão do capítulo 14

2.2 REVISÃO LITERATURA II – A CONTABILIDADE 19

2.2.1 A Contabilidade 20

2.2.2 Qual o papel da Contabilidade de uma empresa 23

2.2.3 As funções da Contabilidade numa organização 23

2.2.3.1 Registar 24

2.2.3.2 Organizar 24

2.2.3.3 Demonstrar 25

2.2.3.4 Analisar 25

2.2.3.5 Acompanhamento da Contabilidade 26

2.2.4 A Contabilidade Externa e interna 26

2.2.4.1 Contabilidade Externa 26

2.2.4.2 Contabilidade Interna 27

2.2.5 A contabilidade na era digital 30

2.2.6 Conclusão do capítulo 32

2.3 SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA 34

2.3.1 Sistema de Normalização Contabilística 35

2.3.1.1 Estrutura Normativa Contabilística: 37

2.3.1.2 O Código de Contas 40

2.3.2 Prestação de Contas 41

2.3.2.1 Demonstrações financeiras 42

2.3.2.2 Demonstração financeira – O Balanço 44

2.3.2.3 Demonstração Financeira – Demonstração de Resultados 46

2.3.2.3.1 Demonstração de Resultados por Naturezas 47

2.3.2.3.2 Demonstração de Resultados por funções 51

2.3.2.4 Demonstração Financeira – Demonstração Fluxos de Caixa 52

2.3.2.5 Demonstração Financeira – Demonstração de Alterações de Capital Próprio 54
2.3.2.6 O Anexo às demonstrações financeiras 55
2.3.3 Relatório de Gestão 57
2.3.4 Ata de aprovação de contas 58
2.3.5 Conclusão do capítulo 61
2.4 REVISÃO DE LITERATURA III – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA 63
2.4.1 Análise Financeira 64
2.4.2 Gestão Financeira – Aplicabilidade da Análise Financeira 67
2.4.2.1 Equilíbrio Financeiro 68
2.4.2.2 Equilíbrio Financeiro a Curto Prazo 69
2.4.2.3 Equilíbrio Financeiro a Médio e Longo Prazo 71
2.4.3 Rendibilidade da Empresa 74
2.4.4 Risco Empresarial 77
2.4.4.1 Risco Económico 80
2.4.4.2 Risco Financeiro 82
2.4.5 Conclusão do capítulo 83
3 TRABALHO EMPÍRICO 84
3.1 OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO 85
3.2 METODOLOGIA 87
3.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA 89
3.4 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA 90
3.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO 99
3.5.1 QI1 - Qual a importância dada a este tema, em particular ao das variáveis que justificam a insolvência nas organizações ao longo dos anos? 99
3.5.1.1 Na sua opinião, qual o papel da contabilidade a nível empresarial e social? 99
3.5.1.2 Baseado na sua experiência, a Contabilidade é: 102
3.5.2 QI2 - Como prever a insolvência das organizações através da contabilidade? 106
3.5.2.1 A contabilidade pode prever a insolvência nas organizações? 106
3.5.2.2 A prestação de contas 112
3.5.3 QI3 - Qual a importância da contabilidade nas organizações, e o seu impacto na gestão? 116
3.5.3.1 Uma vez que a contabilidade é direcionada para os negócios, acha que a contabilidade e o modelo de negócio devem estar em sintonia? 116
3.5.3.2 A contabilidade e a digitalização 120
3.5.4 Definição de contabilidade em 3 palavras: 125
3.6 PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO TRABALHO EMPÍRICO 127
4 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E FUTURA LINHAS DE INVESTIGAÇÃO 130

5 BIBLIOGRAFIA **133**

ANEXOS **136**

Índice de tabelas

Tabela 1 - Normativos contabilísticos adotados em Portugal 37

Tabela 2 – Normativo contabilístico nacional (SNC) 40

Tabela 3 – Estrutura resumida da Demonstração Financeira – Balanço 45

Tabela 4 – Base de apresentação das demonstrações financeiras (BADF) 62

Tabela 5 – Indicadores de liquidez 70

Tabela 6 – Solvabilidade, Autonomia Financeira e Endividamento 73

Tabela 7 – Rendibilidade da empresa 76

Tabela 8 – Idade dos inquiridos 91

Tabela 9 – Habilitações literárias vs. Género 92

Tabela 10 – Zona geográfica vs. Género 93

Tabela 11 – Situação profissional vs. Género 95

Tabela 12 – Situação profissional vs. Zona geográfica 97

Tabela 13 – Papel da contabilidade por Zona geográfica 101

Tabela 14 – Análise da contabilidade 103

Tabela 15 – A importância da contabilidade no meio organizacional 105

Tabela 16 – Contabilidade vs. Previsão de Insolvência 106

Tabela 17 – Itens importantes na previsão de insolvência 108

Tabela 18 – Indicadores de análise de fatores financeiros e operacionais 111

Tabela 19 – Indicadores da prestação de contas 115

Tabela 20 – A importância da contabilidade no modelo de negócio 119

Tabela 21 – Vantagens da digitalização na contabilidade 123

Tabela 22 – Definição de contabilidade 126

Tabela 23 – Quadro resumo das questões de investigação vs. variáveis 129

Índice das Figuras

Figura 1 – Processo de Insolvência 16

Figura 2 – Demonstração financeira –

Demonstração dos Resultados por Naturezas 49

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Género 90

Gráfico 2 – Perceção sobre o papel da contabilidade nas organizações e na sociedade 100

Gráfico 3 – Apresentação da prestação de contas 113

Gráfico 4 – A contabilidade e o modelo de negócio 117

Gráfico 5 – Importância da digitalização na contabilidade 121

Lista de abreviaturas e siglas:

AF – Autonomia Financeira

AT – Autoridade Tributária

BADF – Base para apresentação de demonstrações financeiras

CIRE - Código da Insolvência e da Recuperação das Empresas

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

CP – Capital Próprio

CPEREF - Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência

CodC – Código de Contas SNC

DCAP – Demonstração de Alterações de Capital Próprio

DRN - Demonstração dos Resultados por Naturezas

DRF – Demonstração dos Resultados por Funções

DFC – Demonstração de Fluxos de Caixa

EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) – Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização

EBIT - (Earnings before interest and taxes) – Lucros antes de juros e impostos

EBT (Earnings before taxes) – Lucro antes de impostos

GAF – Grau de Alavancagem Financeira

GAO – Grau de Alavancagem Operacional

OAF – Outros Ativos Financeiros

RAI – Resultado antes de Impostos

RLP – Resultado Líquido do Exercício

RO – Resultado Operacional

SRC - Sistema de Registo Contabilístico

1 Introdução

A contabilidade ocupa uma posição fulcral no seio da gestão organizacional, desempenhando um papel que transcende largamente a função meramente administrativa e técnica de registo de operações económicas. Ao fornecer uma representação estruturada, fiel e rigorosa da realidade financeira e operativa das empresas, a contabilidade converte-se num instrumento indispensável de apoio à decisão, planeamento estratégico e diagnóstico da sustentabilidade económico-financeira das entidades.

Num ambiente empresarial cada vez mais volátil, incerto e competitivo, caracterizado por rápidas transformações nos mercados, alterações legislativas e pressões económicas externas, a capacidade de antecipar cenários de risco tornou-se um imperativo para a sobrevivência e continuidade das organizações. Neste panorama, a previsão de situações de insolvência destaca-se como um dos desafios mais complexos enfrentados pelos gestores, analistas financeiros, investidores e restantes *stakeholders*. A ocorrência de uma falência, para além do impacto direto sobre os seus acionistas, gera consequências nefastas que se repercutem em diversos domínios: perda de postos de trabalho, incumprimentos contratuais, e, em última análise, o enfraquecimento do tecido empresarial e económico a nível regional ou até nacional.

É precisamente neste ponto que a contabilidade revela todo o seu potencial estratégico, ao proporcionar um sistema de informação robusto, fiável e dinâmico, capaz de sinalizar precocemente indicadores de deterioração financeira. Através da análise sistemática de variáveis como o endividamento, a liquidez, a rentabilidade, o cash flow operacional e outros rácios económico-financeiros, a contabilidade permite identificar tendências, anomalias e sinais de alerta que podem indiciar dificuldades iminentes. A leitura atenta e crítica destes dados, complementada por uma interpretação contextualizada da realidade da empresa, pode ser determinante para a definição atempada de medidas corretivas e estratégias de reestruturação, mitigando, assim, o risco de colapso financeiro.

O presente trabalho tem como finalidade explorar de forma aprofundada a importância da contabilidade enquanto ferramenta preditiva na identificação de riscos de insolvência em contexto empresarial. Pretende-se demonstrar como a informação

contabilística, quando devidamente tratada, validada e interpretada, pode contribuir para a construção de modelos de previsão mais eficazes, permitindo antecipar fragilidades e promover práticas de gestão mais prudentes, responsáveis e sustentáveis.

Neste sentido, compreende-se que o conhecimento aprofundado da interligação entre a contabilidade e os fenómenos de insolvência não é apenas relevante para os gestores e técnicos da área financeira, mas também para todos aqueles que, direta ou indiretamente, dependem da viabilidade e estabilidade das organizações, incluindo entidades supervisoras (entidades bancárias, Banco de Portugal), investidores, parceiros comerciais e agentes do setor público. A utilização da contabilidade como instrumento de diagnóstico precoce pode, por conseguinte, desempenhar um papel determinante na promoção de uma cultura empresarial assente na prevenção, na resiliência e na criação de valor a longo prazo.

A dissertação encontra-se estruturada em três grandes secções. A primeira parte corresponde ao enquadramento teórico, sob o título "O Estado da Arte", e contempla três domínios fundamentais: a insolvência nas organizações, os fundamentos da contabilidade e os principais instrumentos de análise económico-financeira. Esta secção tem como objetivo consolidar os principais conceitos e teorias que alicerçam a investigação. A segunda parte foca-se na componente empírica, onde se descrevem as características da amostra, os objetivos específicos do estudo, as questões de investigação formuladas, bem como os métodos adotados para o tratamento e análise dos dados recolhidos. Por fim, na terceira parte, apresenta-se uma análise crítica dos resultados obtidos, seguida das conclusões finais, nas quais se discutem as implicações do estudo, se identificam as limitações da investigação desenvolvida e se apontam possíveis direções para estudos futuros.

2 Revisão de Literatura

2.1 A Insolvência

A insolvência empresarial representa um fenómeno de elevada gravidade, cujos impactos se estendem para além da própria entidade insolvente, afetando igualmente diversas partes interessadas, tais como credores, trabalhadores e, em última instância, a economia no seu todo. Esta situação ocorre quando uma empresa se revela incapaz de satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que estas se vencem ou quando o valor dos seus passivos (dívidas e responsabilidades financeiras) excede o valor dos seus ativos (bens e recursos disponíveis).

De forma geral, a insolvência empresarial traduz-se na ausência de capacidade financeira por parte da empresa para cumprir os compromissos assumidos com credores, fornecedores, trabalhadores e demais *stakeholders*. Em Portugal, o regime jurídico aplicável encontra-se consagrado no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, que veio revogar o anterior Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência (CPEREF).

Nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do CIRE, o processo de insolvência configura-se como “um processo de execução universal que tem como finalidade a satisfação dos credores pela forma prevista num plano de insolvência, baseado, nomeadamente, na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente, ou, quando tal não se afigure possível, na liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores” (Coelho, 2013).

Importa destacar que, embora o processo de insolvência possa revelar-se moroso, o artigo 9.º do CIRE estabelece que este deve revestir carácter urgente, sendo a celeridade um dos objetivos fundamentais do legislador. Tal decorre da constatação de que um dos principais fatores de insucesso na recuperação de empresas reside no atraso com que se inicia o respetivo processo (nrs. 12 e 13 do Decreto-Lei n.º 53/2004).

Neste contexto, é essencial distinguir os conceitos de insolvência e falência. Conforme referido no n.º 7 do Decreto-Lei n.º 53/2004, “a insolvência não se confunde com a falência, tal como atualmente entendida, dado que a impossibilidade de cumprir obrigações vencidas, em que a primeira noção fundamentalmente consiste, não

implica a inviabilidade económica da empresa ou a irrecuperabilidade financeira postuladas pela segunda" (Coelho, 2013). Assim, enquanto a falência pressupõe a inviabilidade estrutural e económica da empresa, a insolvência refere-se, essencialmente, à incapacidade de cumprir pontualmente as obrigações vencidas.

A definição legal atualmente em vigor sobre a insolvência encontra-se prevista no n.º 1 do artigo 3.º do CIRE, segundo o qual "é considerado em situação de insolvência o devedor que se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas" (Alves, 2018). Esta formulação adota uma abordagem baseada na iliquidez, isto é, na ausência de liquidez imediata para fazer face às dívidas, e não no desequilíbrio entre o ativo e o passivo, como acontecia anteriormente. Com efeito, o artigo 3.º, n.º 1, do revogado CPEREF, dispunha que a empresa seria considerada insolvente quando estivesse "impossibilitada de cumprir pontualmente as suas obrigações em virtude de o seu ativo disponível ser insuficiente para satisfazer o seu passivo exigível".

2.1.1 Tipos de Insolvência Empresarial

2.1.1.1 Insolvência do Fluxo de Caixa (Cash Flow Insolvency):

A insolvência por falta de liquidez ocorre quando a empresa se encontra impossibilitada de cumprir as suas obrigações de curto prazo, devido à inexistência de liquidez imediata ou de ativos facilmente mobilizáveis. Nesta situação, embora o valor global dos ativos da empresa possa superar o montante do passivo, a organização revela-se incapaz de efetuar pagamentos correntes, tais como salários, impostos ou dívidas a fornecedores. Assim, o problema reside não na insuficiência do património, mas na indisponibilidade de meios financeiros imediatos para fazer face aos compromissos assumidos.

2.1.1.2 Insolvência do Balanço Patrimonial (Balance Sheet Insolvency):

A insolvência com base no balanço patrimonial verifica-se quando o valor total dos passivos de uma empresa excede o montante global dos seus ativos. Esta situação revela um desequilíbrio estrutural na posição financeira da entidade, evidenciando que, mesmo que todos os ativos fossem alienados, o produto obtido não seria suficiente para satisfazer integralmente as dívidas existentes. Trata-se, assim, de uma situação de insolvência substancial, em que a empresa se encontra

tecnicamente insolvente do ponto de vista contabilístico, refletindo uma perda significativa de capacidade financeira e de solvência patrimonial.

2.1.1.3 Causas da insolvência empresarial

A **insolvência empresarial** caracteriza-se pela incapacidade de uma empresa cumprir as suas obrigações financeiras, nomeadamente o pagamento de dívidas e compromissos de curto prazo. Esta situação pode resultar de um conjunto diversificado de fatores, frequentemente interligados, que comprometem a estabilidade financeira da organização. Entre as principais causas identificadas na literatura especializada, destacam-se as seguintes:

- **Má gestão financeira**: A adoção de decisões financeiras inadequadas, a ausência de um planeamento estratégico eficaz e a fraca capacidade de controlo dos custos constituem fatores críticos que comprometem a saúde financeira da empresa.
- **Redução nas vendas**: A diminuição significativa das receitas pode decorrer de alterações nas dinâmicas do mercado, perda de clientes estratégicos ou aumento da concorrência, colocando pressão sobre a sustentabilidade do negócio.
- **Excesso de endividamento**: Um nível de endividamento elevado, quando desproporcional face aos fluxos de caixa operacionais da empresa, pode tornar-se insustentável, agravando o risco de incumprimento financeiro.
- **Problemas operacionais**: Ineficiências nos processos produtivos, dificuldades na gestão da cadeia de abastecimento ou falhas tecnológicas podem comprometer o desempenho da empresa e agravar a sua situação financeira.
- **Condições económicas adversas**: Fatores externos, como recessões económicas, instabilidade nos mercados ou alterações abruptas no enquadramento económico, podem influenciar negativamente a atividade empresarial, conduzindo à perda de capacidade financeira (Cardoso, 2018).

2.1.2 Consequências da insolvência empresarial

A insolvência empresarial acarreta um conjunto de consequências significativas, não apenas para a empresa em situação de incumprimento, mas também para os seus diversos *stakeholders* e para a economia em geral. Os efeitos deste fenómeno podem manifestar-se de forma profunda e duradoura, comprometendo não só a continuidade da atividade empresarial, mas também a confiança no tecido económico envolvente. Entre as principais repercussões, salientam-se:

Perda de credibilidade e confiança no mercado: A declaração de insolvência afeta negativamente a reputação da empresa, dificultando o acesso a financiamento futuro e comprometendo relações de confiança com investidores, clientes, fornecedores e instituições financeiras. Esta quebra de credibilidade pode ter efeitos duradouros, mesmo no caso de uma eventual recuperação.

Impacto direto sobre os *stakeholders*: Os efeitos da insolvência estendem-se inevitavelmente a terceiros com interesses na empresa. Os trabalhadores enfrentam, frequentemente, o risco de despedimento e perda de rendimentos; os fornecedores podem ver-se privados de pagamentos ou de relações comerciais futuras; e os credores enfrentam perdas financeiras, resultantes da eventual impossibilidade de recuperação total dos montantes em dívida.

Início de um processo de recuperação judicial: Em determinadas circunstâncias, a empresa insolvente pode recorrer a mecanismos legais que visam a sua reestruturação, procurando reorganizar os seus passivos e restaurar a viabilidade económica. Este processo, regulamentado no âmbito do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), envolve negociações com os credores e a elaboração de um plano de recuperação que poderá permitir a continuação da atividade.

Declaração de falência e liquidação: Quando a reestruturação se revela inviável, a empresa poderá ser sujeita a um processo de falência, que culmina na liquidação do seu património. Os ativos são vendidos com o objetivo de satisfazer, na medida do possível, os créditos reconhecidos, e a empresa cessa definitivamente a sua atividade.

Perda de ativos e do controlo da gestão: A insolvência pode implicar a alienação forçada de ativos estratégicos, bem como a perda de autonomia por parte dos órgãos de gestão da empresa, que passam a atuar sob a supervisão de administradores judiciais e outras entidades designadas no âmbito do processo de insolvência.

Encerramento definitivo da atividade empresarial: Nos casos mais graves, e na ausência de uma solução de recuperação viável, a empresa é forçada a encerrar as suas operações, originando não só a dissolução da entidade jurídica, mas também impactos negativos no tecido económico local, nomeadamente através da destruição de postos de trabalho e da quebra de dinamismo empresarial.

2.1.3 Sinais de alerta de insolvência

A identificação precoce dos **sinais de alerta de insolvência** é essencial para prevenir a deterioração financeira de uma empresa e permitir a adoção de medidas corretivas antes que a situação se torne irreversível. Estes sinais consistem em indicadores práticos que revelam fragilidades na estrutura financeira da organização, podendo indiciar um risco iminente de incumprimento das obrigações assumidas. A capacidade de reconhecer atempadamente estes indícios pode fazer a diferença entre a recuperação e o colapso da atividade empresarial.

Entre os principais sinais de alerta, destacam-se os seguintes:

- **Atrasos sistemáticos nos pagamentos**: A incapacidade da empresa para cumprir atempadamente com os seus compromissos financeiros correntes, nomeadamente o pagamento de salários, impostos, fornecedores e outras despesas operacionais, é um dos primeiros indícios de insuficiência de liquidez e de desequilíbrio na tesouraria.
- **Solicitações frequentes de prorrogação de prazos de pagamento**: A necessidade constante de renegociar os prazos com credores e fornecedores reflete dificuldades de tesouraria e revela a dependência da empresa em relação à flexibilidade externa para manter a continuidade das operações.
- **Dificuldade no acesso a financiamento**: A crescente resistência por parte de instituições financeiras em conceder novos créditos ou renovar linhas de financiamento constitui um sinal de que a empresa está a ser percecionada

como um risco acrescido, o que limita a sua capacidade de resposta a curto prazo e restringe o seu potencial de investimento.

- **Declínio acentuado da lucratividade**: Quedas sucessivas nos lucros ou a acumulação de prejuízos operacionais indicam uma degradação da rentabilidade da empresa, comprometendo a sua capacidade de gerar resultados sustentáveis e de cumprir as suas responsabilidades financeiras.
- **Redução do volume de caixa e de ativos líquidos**: A diminuição significativa da disponibilidade de meios líquidos, bem como a dificuldade em converter ativos em numerário de forma célere, revela fragilidade na estrutura financeira da empresa e reduz a sua margem de manobra para fazer face a imprevistos.

A monitorização constante destes sinais é, portanto, fundamental para a gestão de risco financeiro e para a definição de estratégias preventivas eficazes (Cardoso, 2018).

2.1.4 Medidas proativas para a gestão com empresas em risco de insolvência:

A adoção de medidas proactivas na gestão de empresas em situação de risco de insolvência assume um papel crucial na prevenção do colapso financeiro e na preservação da viabilidade do negócio. Estas medidas têm como objetivo estabilizar a situação económica da empresa numa fase ainda reversível, permitindo a sua recuperação e protegendo os interesses de acionistas, credores, trabalhadores e demais *stakeholders.* A intervenção atempada pode evitar a deterioração irreversível da estrutura financeira, criando condições para a retoma da sustentabilidade operacional.

Entre as principais estratégias preventivas, destacam-se:

- **Reestruturação financeira:** Envolve a revisão da estrutura de capital da empresa e a reorganização das suas operações financeiras, podendo incluir a substituição de dívidas onerosas, a recapitalização ou a reformulação dos processos de financiamento, com vista à melhoria do equilíbrio financeiro e da rentabilidade.
- **Redução de custos e aumento da eficiência:** A implementação de medidas de contenção de despesas operacionais e a otimização de

processos internos são fundamentais para libertar recursos, melhorar as margens de lucro e reforçar a competitividade empresarial.

- **Renegociação de dívidas:** A reavaliação das condições de pagamento com os credores, através da negociação de prazos mais alargados ou da reformulação de taxas de juro e garantias, pode contribuir significativamente para a melhoria da posição de tesouraria e para o alívio do serviço da dívida.
- **Gestão rigorosa do fluxo de caixa:** A monitorização cuidada das entradas e saídas de capital permite assegurar o cumprimento das obrigações prioritárias e prevenir desequilíbrios financeiros. Esta gestão deve ser orientada para a liquidez de curto prazo, dando prioridade às dívidas essenciais e ajustando os gastos em conformidade com a capacidade financeira efetiva da empresa.
- **Alienação de ativos não essenciais:** A identificação e venda de ativos que não sejam críticos para a continuidade do negócio pode gerar liquidez imediata, permitindo reduzir o nível de endividamento ou reforçar o investimento em áreas estratégicas com maior retorno.
- **Melhoria das práticas de gestão:** A adoção de métodos de gestão mais eficientes, baseados em dados e na monitorização de indicadores de desempenho, contribui para decisões mais informadas e sustentáveis. Uma gestão competente e estratégica é determinante para inverter situações de fragilidade financeira e conduzir a empresa de volta à estabilidade (Cardoso, 2018).

Para além das medidas preventivas internas, é importante destacar os deveres legais do devedor em situação de insolvência. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), o devedor tem o dever de requerer a declaração de insolvência no prazo de 30 dias a contar da data em que teve conhecimento da situação de insolvência. A declaração pode igualmente ser requerida por quem for legalmente responsável pelas dívidas do devedor, por qualquer credor, independentemente da natureza ou condição do crédito, e ainda pelo Ministério Público, em representação dos interesses públicos ou coletivos legalmente confiados (n.º 1 do artigo 20.º do CIRE) (Coelho, 2013).

A apresentação à insolvência deve ser feita através de petição escrita, na qual são expostos os factos que sustentam os pressupostos legais da declaração requerida, culminando com a formulação do respetivo pedido, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º do CIRE. Sendo este um processo judicial, a sua instrução deverá ser obrigatoriamente conduzida por advogado ou solicitador habilitado, com apresentação junto do tribunal competente (Rufino, 2019).

A declaração de insolvência é proferida por sentença judicial, da competência do juiz, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CIRE. Após essa decisão, é designado um Administrador de Insolvência, cuja principal função consiste em gerir a massa insolvente, adotando as medidas necessárias à sua recuperação ou liquidação, conforme previsto no artigo 55.º e seguintes do CIRE.

2.1.5 O papel do Administrador de Insolvência

Para um enquadramento mais completo do processo de insolvência, é fundamental compreender o papel do Administrador de Insolvência nas organizações. Segundo Figueiredo (2019), a atuação desta figura reveste-se de especial relevância, na medida em que visa assegurar uma gestão eficaz e equilibrada da massa insolvente, protegendo os interesses dos credores, do devedor e, sempre que aplicável, do interesse público.

Com efeito, nos termos do artigo 54.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), com a prolação da sentença de declaração de insolvência, é nomeado um Administrador de Insolvência, o qual, uma vez notificado da sua designação, assume de imediato o exercício das suas funções. A partir desse momento, cabe-lhe atuar em conformidade com as disposições legais e no estrito cumprimento dos deveres que lhe estão atribuídos no âmbito do processo.

O trabalho do Administrador de Insolvência é, por natureza, multidisciplinar e exige uma abordagem técnica e rigorosa. Este profissional tem como missão gerir, coordenar e solucionar os diversos aspetos da situação de insolvência, atuando de forma estruturada e eficiente. Entre as suas principais responsabilidades encontram-se a identificação e avaliação dos ativos, a verificação e ordenação dos créditos, a administração da massa insolvente, bem como a promoção de medidas que visem a

recuperação da empresa ou, se tal não for viável, a liquidação ordenada do património para satisfação dos credores.

A relevância do seu papel advém da necessidade de garantir um equilíbrio justo entre os interesses envolvidos, assegurando a transparência do processo e a maximização do valor recuperado. Assim, o Administrador de Insolvência constitui uma figura central na condução do processo, representando um elo essencial entre o tribunal, os credores e o devedor, e desempenhando uma função decisiva na busca de uma solução justa e eficiente para a situação de crise empresarial.

As funções do Administrador de Insolvência encontram-se densamente previstas no artigo 55.º do CIRE, o qual estabelece um conjunto alargado de competências essenciais à boa condução do processo de insolvência. Estas atribuições revestem-se de particular importância, uma vez que este agente judicial assume a responsabilidade central pela administração da massa insolvente, com vista à sua conservação, valorização e, sempre que possível, recuperação.

Nos termos legais, para além das demais tarefas que lhe possam ser cometidas ao longo do processo, cabe ao Administrador de Insolvência, com a colaboração e sob a fiscalização da comissão de credores (caso esta exista), garantir a boa gestão dos recursos disponíveis. Entre os deveres que lhe são impostos, destacam-se:

- A preparação do pagamento das dívidas do devedor, com recurso às quantias monetárias existentes na massa insolvente, nomeadamente aquelas que resultem da alienação dos bens que a compõem, cuja promoção de venda é da sua responsabilidade;
- A adoção de medidas destinadas à preservação dos direitos do insolvente e, nos casos aplicáveis, à continuação da atividade empresarial, evitando, na medida do possível, o agravamento da situação financeira da entidade devedora.

O exercício das suas funções é, por regra, pessoal, embora o Administrador possa, nos termos da lei, substabelecer por escrito a prática de atos concretos a outro administrador de insolvência devidamente inscrito nas listas oficiais, sendo, contudo, responsável pelos atos praticados por este (n.º 2 e n.º 7 do artigo 55.º do CIRE).

Adicionalmente, o Administrador de Insolvência pode ser coadjuvado por técnicos especializados ou outros auxiliares, remunerados ou não, incluindo o próprio devedor, desde que tal intervenção seja previamente autorizada pela comissão de credores ou, na sua ausência, pelo juiz (n.º 3).

No que respeita à gestão de recursos humanos, é-lhe permitido contratar trabalhadores por tempo certo ou incerto, quando tal se revele necessário à liquidação da massa insolvente ou à continuação da exploração da empresa. Esses contratos, salvo estipulação em contrário, caducam com o encerramento definitivo do estabelecimento ou com a sua transmissão (n.º 4).

O Administrador de Insolvência tem ainda o dever de informar, em tempo útil, tanto o tribunal como a comissão de credores, relativamente à administração e à liquidação da massa insolvente (n.º 5). Quando necessário, pode solicitar ao juiz a emissão de ofícios dirigidos a entidades públicas ou instituições de crédito, no sentido de obter informações relevantes para a identificação de bens que integrem a massa insolvente ou para outros fins úteis ao processo (n.º 6).

Por fim, o legislador atribui ao Administrador de Insolvência poderes para, mediante autorização da comissão de credores, desistir, confessar ou transigir em qualquer processo judicial em que o insolvente, ou a massa insolvente, sejam parte legítima (n.º 8).

Assim, o artigo 55.º do CIRE traça um quadro abrangente e exigente das funções do Administrador de Insolvência, reconhecendo-lhe um papel estratégico e operacional, que exige conhecimento técnico, capacidade de decisão e rigor na condução de atos que poderão determinar o sucesso ou insucesso do processo de recuperação ou liquidação da empresa insolvente.

2.1.6 O Administrador de Insolvência na Massa Insolvente

No âmbito do processo de insolvência, ao Administrador de Insolvência cabe, de forma genérica, a administração dos bens que integram a massa insolvente, nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE). Para além dessa função primordial, compete-lhe também a representação do devedor em todos os atos de natureza patrimonial, conforme estipulado no n.º 4 do mesmo artigo, sendo estas funções exercidas com o objetivo central de salvaguardar os interesses dos credores e maximizar a satisfação dos seus

créditos, tal como decorre dos efeitos jurídicos associados à declaração de insolvência (Santos, 2016).

No exercício dos seus poderes de administração, o Administrador de Insolvência está legitimado a decidir sobre a execução ou a recusa de cumprimento de contratos bilaterais pendentes, ou seja, negócios jurídicos ainda não integralmente cumpridos por ambas as partes. Esta possibilidade encontra-se prevista nos artigos 102.º e seguintes do CIRE, permitindo ao administrador optar por dar seguimento ou recusar a execução de tais contratos, sempre com base na avaliação do interesse da massa insolvente.

Adicionalmente, o Administrador de Insolvência pode proceder ao encerramento de estabelecimentos da empresa insolvente, no todo ou em parte, mesmo antes da realização da assembleia de apreciação do relatório. No entanto, tal decisão carece de autorização judicial, nos termos estabelecidos no artigo 157.º do CIRE, sendo avaliada com base na viabilidade da continuidade da atividade e nos potenciais prejuízos ou benefícios que tal encerramento poderá representar para os credores.

Importa ainda referir que, em determinadas circunstâncias, a administração da massa insolvente pode ser atribuída ao próprio devedor, quando este reúna determinados requisitos legalmente exigidos. Tal hipótese encontra-se prevista nos artigos 223.º e seguintes do CIRE, e a sua aplicação é determinada pelo juiz na sentença declaratória de insolvência, de acordo com o disposto nos artigos 224.º, n.º 1, e 36.º, n.º 1, alínea e). Esta modalidade apenas é admissível quando se verifiquem cumulativamente os pressupostos previstos no n.º 2 do artigo 224.º, nomeadamente: o devedor tenha requerido tal forma de administração; apresente (ou se comprometa a apresentar no prazo de 30 dias após a sentença de declaração de insolvência) um plano de insolvência que preveja a continuação da exploração da empresa; não existam motivos que possam gerar receios de atrasos processuais ou outras desvantagens para os credores; e, no caso de a insolvência ter sido requerida por terceiro, este dê o seu consentimento expresso à administração pelo devedor.

Nestes casos, o Administrador de Insolvência não perde a sua relevância no processo, passando a desempenhar uma função de fiscalização e assistência à administração exercida pelo devedor, conforme previsto no artigo 226.º do CIRE. Tal

acompanhamento visa assegurar a legalidade e a regularidade da gestão praticada, salvaguardando a integridade do processo e os direitos dos credores.

Por fim, no cumprimento das suas funções e para garantir uma administração informada e eficaz da massa insolvente, compete ao Administrador reunir todos os elementos informativos indispensáveis ao desempenho das suas tarefas. Para esse efeito, e nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do CIRE, pode requerer ao juiz que oficie entidades públicas ou instituições de crédito, solicitando informações relevantes ou úteis sobre a situação patrimonial do insolvente, nomeadamente a existência de bens, valores ou direitos que devam ser integrados na massa insolvente.

2.1.7 Conclusão do capítulo

A insolvência empresarial ocorre quando uma empresa não consegue cumprir suas obrigações financeiras quando estas se tornam necessárias. Quando a empresa passa por dificuldades financeiras graves e prolongadas, ela fica incapaz de pagar aos credores, fornecedores, funcionários, entre outras dívidas. A insolvência pode resultar na falência formal, um processo legal que visa liquidar ou reorganizar um negócio de forma ordenada.

A insolvência empresarial é um cenário complicado que requer uma gestão minuciosa e frequentemente a ajuda de especialistas em direito e finanças. Pode ser vital para a empresa e seus *stakeholders* entender os elementos legais e as opções disponíveis, como a recuperação judicial. A superação da crise financeira depende de transparência, comunicação eficaz com os credores e implementação de medidas de reestruturação adequadas.

O trabalho de um administrador de insolvência baseia-se na necessidade de administrar, comandar e resolver problemas de insolvência de maneira eficaz e organizada, preservando os interesses dos credores, devedores e, quando necessário, da sociedade. Segue algumas das funções principais do administrador de insolvência:

1. **Proteção dos Credores:** Um dos principais objetivos do administrador de insolvência é garantir que os credores sejam tratados com equidade e que seus interesses sejam protegidos. Isso inclui identificar e executar os ativos do devedor com o objetivo de maximizar o retorno aos credores.

2. **Reestruturação e Recuperação:** Os administradores de insolvência podem ser muito importantes na reestruturação e recuperação de empresas que estão passando por dificuldades financeiras. O objetivo é manter a viabilidade da empresa, mantendo-a operando enquanto tenta superar seus problemas financeiros.
3. **Liquidação:** Se a recuperação não for possível, o administrador de insolvência é responsável por liquidar ordenadamente os ativos do devedor. Isso inclui a transferência de ativos e rendimentos entre os credores de acordo com a prioridade legal.
4. **Imparcialidade e Transparência:** Para garantir que todos os envolvidos no processo de insolvência recebam um tratamento justo, os administradores de insolvência devem agir de maneira imparcial e transparente. Manter a confiança no processo depende da transparência.
5. **Redução de Impactos Económicos e Sociais:** O papel do administrador de insolvência é significativo na redução dos efeitos sociais e económicos. O objetivo é reduzir a perda de empregos e a interrupção do mercado mantendo a operação da empresa ou realizando uma liquidação ordenada.
6. **Eficiência na Resolução de Insolvência:** Os administradores de insolvência garantem que os processos de insolvência sejam conduzidos de forma eficaz, reduzindo o tempo e os custos. Para salvar a empresa e maximizar o retorno aos credores, a sua eficiência é fundamental.
7. **Monitoramento e Relatórios:** A responsabilidade do administrador de insolvência é informar regularmente ao tribunal e aos credores sobre a situação financeira do devedor. Esses relatórios contêm informações sobre a gestão de ativos, receitas e despesas do processo de insolvência e como as estratégias de recuperação ou liquidação estão progredindo.

O objetivo do administrador de insolvência é equilibrar os interesses de todas as partes envolvidas em um processo de insolvência para garantir que seja conduzido de forma justa, eficaz e em conformidade com a lei mantendo o sistema económico justo, estável e viável.

Esquematizando o processo de insolvência, pode ser apresentado da seguinte forma:

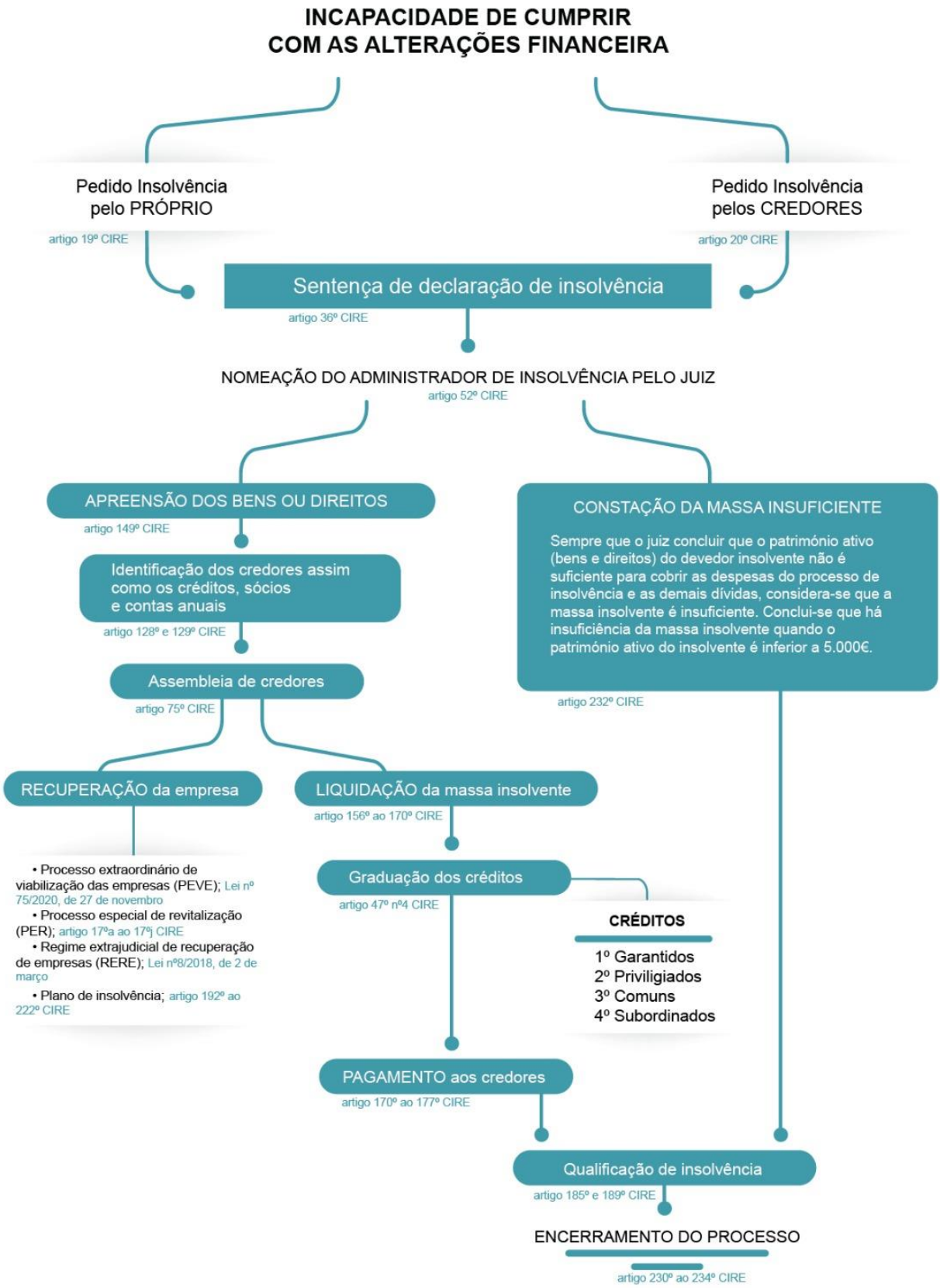


Figura 1 - Processo de insolvência

Fonte: Adaptado, Cardoso (2018)

Esquema do Processo de Insolvência Empresarial

O processo de insolvência empresarial pode ser sintetizado em várias fases distintas, conforme estabelecido no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE):

1. Verificação da Situação de Insolvência:

- Avaliação da incapacidade do devedor em cumprir pontualmente as suas obrigações vencidas.
- Pode resultar da insolvência por iliquidez (cash flow) ou por insuficiência patrimonial (balance sheet).

2. Requerimento da Insolvência

Pode ser apresentado:

- Pelo próprio devedor (obrigação legal no prazo de 30 dias após o conhecimento da situação – art. 18.º do CIRE);
- Por qualquer credor, mesmo com crédito condicional;
- Pelo Ministério Público, nos casos previstos na lei (art. 20.º do CIRE).

3. Apresentação da Petição Inicial

- A petição é entregue no tribunal competente e deve ser subscrita por advogado ou solicitador (art. 23.º do CIRE).
- Deve conter a exposição dos factos que fundamentam o pedido de declaração de insolvência.

4. Sentença de Declaração de Insolvência

- Proferida pelo juiz, com base nos elementos constantes do processo (art. 36.º do CIRE).
- Nomeação do Administrador de Insolvência (art. 53.º e ss. do CIRE).
- Determinação de efeitos legais, incluindo suspensão de acções executivas e cessação de pagamentos.

5. Administração da Massa Insolvente

- Gestão do património do devedor pelo Administrador de Insolvência.

- Possibilidade de:

1. Continuação da exploração da empresa;
2. Liquidação de ativos;
3. Elaboração do relatório do Administrador (art. 155.º do CIRE).

6. Assembleia de Credores

- Reunião de credores para apreciação do relatório e deliberação sobre o futuro do processo (recuperação ou liquidação) (arts. 156.º a 160.º do CIRE).

7. Elaboração e Aprovação do Plano de Insolvência (se aplicável)

- Pode ser apresentado pelo devedor, Administrador ou credores.
- Visa a recuperação da empresa ou liquidação ordenada (arts. 195.º a 217.º do CIRE).
- Sujeito à aprovação em assembleia de credores e homologação judicial.

8. Execução do Plano ou Liquidação do Património

Conforme a deliberação tomada:

- Execução das medidas de recuperação (reestruturação, pagamento faseado, venda parcial de ativos);
- Ou liquidação integral da massa insolvente, com distribuição do produto pelos credores segundo a ordem de prioridade legal.

9. Encerramento do Processo

- Após a realização integral do plano ou a liquidação da massa, o processo é encerrado.
- A empresa pode ser dissolvida judicialmente, se for o caso (art. 230.º do CIRE).

2.2 Revisão literatura II – A Contabilidade

2.2.1 A Contabilidade

A contabilidade tem vindo a ganhar cada vez mais relevância nas organizações e, ao longo do tempo, tem evoluído em sintonia com a sociedade, assumindo um papel essencial no apoio à tomada de decisões. É considerada uma ciência social, tendo como objeto de estudo o património. Através dessa análise, a contabilidade tem como função controlar, organizar, analisar e avaliar o património — composto por bens, direitos e obrigações — de uma entidade, com o objetivo de fornecer informações úteis a todos os que apoiam a sua gestão. (Antunes, 2019).

A contabilidade desempenha um papel fundamental nas empresas ao fornecer informações precisas e organizadas sobre os gastos, receitas, lucros, ativos e passivos. Ao englobar todos esses elementos cruciais para o funcionamento de uma organização, a contabilidade torna-se essencial para apoiar os gestores na tomada de decisões, no planeamento estratégico e na definição de investimentos. Estes podem incluir a contratação de mão de obra qualificada ou outras iniciativas que impulsionem o crescimento e o sucesso da empresa. (Rufino, 2019).

De acordo com Oliveira (2018), a falta de atenção e de uma gestão adequada da contabilidade empresarial pode originar diversos problemas, que vão desde incumprimentos fiscais até ao encerramento da atividade. Dada a sua relevância, é fundamental que a informação contabilística seja constantemente fidedigna, devidamente analisada, organizada e, sempre que necessário, corrigida em caso de deteção de erros. Uma contabilidade bem estruturada tem a capacidade de antecipar dificuldades, evitar prejuízos, facilitar o acesso a crédito, prevenir situações de insolvência, entre outras vantagens significativas para a saúde financeira da empresa.

São diversos os documentos utilizados para uma análise correta da contabilidade para empresas. Entre eles estão os relatórios financeiros e as demonstrações financeiras, como o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Alterações de Capital Próprio, o Anexo e a Demonstração de Fluxos de Caixa, que fornecem as principais informações financeiras de uma empresa. De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) nº 1, inserida no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), estão previstas as demonstrações financeiras obrigatórias, nomeadamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e o Anexo. Já a NCRF nº 2

especifica os critérios para a elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa, reforçando a importância deste documento na análise da liquidez e dos fluxos de tesouraria da empresa.

Sem dúvida, a contabilidade, pelo seu elevado grau de tecnicidade e exigência normativa, requer formação especializada e conhecimento aprofundado das normas e práticas contabilísticas em vigor. Esta realidade contribui, muitas vezes, para um distanciamento por parte dos gestores empresariais, que, não se sentindo devidamente preparados para interpretar a informação contabilística ou acompanhar de perto os seus processos, tendem a subestimar o valor estratégico deste departamento.

No entanto, esta postura revela-se contraproducente. A contabilidade é, de facto, uma das ferramentas mais poderosas de suporte à gestão, oferecendo dados rigorosos e sistematizados sobre o desempenho económico-financeiro da empresa. A sua complexidade – intensificada pelas exigências do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), pelas obrigações fiscais e pela necessidade de conformidade legal – não deve ser vista como um obstáculo, mas sim como uma razão adicional para promover uma articulação eficaz entre a gestão e os profissionais de contabilidade.

É fundamental que os gestores reconheçam a importância de integrar a contabilidade nos processos de tomada de decisão, aproveitando a riqueza informativa que esta proporciona, desde análises de rentabilidade, estrutura de capitais, fluxo de caixa, até ao cumprimento rigoroso das obrigações legais. Um acompanhamento próximo deste departamento não exige que os gestores dominem todos os aspetos técnicos, mas sim que valorizem o seu papel e saibam interpretar, com o devido apoio, a informação gerada. (Rosa, 2013).

Gerir e administrar uma empresa é, sem dúvida, um desafio constante, marcado por situações complexas que vão desde a interpretação da legislação até à sua correta aplicação no contexto empresarial. Perante estas dificuldades e adversidades do dia a dia, a contabilidade destaca-se pelas suas inúmeras vantagens, assumindo um papel essencial. Todas as empresas, independentemente da sua dimensão ou setor de atividade, necessitam de uma contabilidade eficaz, fiável e transparente, de modo a garantir que os diversos interessados – sejam eles gestores,

investidores, credores ou entidades reguladoras – tenham acesso a informação clara, rigorosa e atualizada sobre a situação financeira e económica da entidade (Lourenço, 2023).

A contabilidade desempenha um papel fundamental nas empresas, sendo um verdadeiro apoio na organização e gestão financeira. É através dela que se torna possível analisar e melhorar o desempenho empresarial, prevenir prejuízos e procurar maximizar os lucros. Uma gestão eficiente, aliada a uma contabilidade fiável e transparente, é decisiva para garantir a continuidade de uma empresa no mercado e para assegurar o cumprimento das exigências legais.

Quando isso não acontece, o risco de penalizações ou até de encerramento da atividade é elevado. Na verdade, muitas empresas acabam por fechar devido à falta de planeamento e à ausência ou ineficácia da gestão financeira. Isto acontece porque, muitas vezes, os empresários não valorizam devidamente os dados contabilísticos. Todos ambicionam obter lucro, atrair clientes e reduzir encargos fiscais, mas poucos compreendem a complexidade da contabilidade. Acreditam que basta gerir o dia a dia da operação até chegar ao consumidor final para alcançar o sucesso, esquecendo que a verdadeira sustentabilidade de um negócio depende de uma base contabilística sólida e bem estruturada.

2.2.2 Qual o papel da Contabilidade de uma empresa

Ao longo dos anos, a contabilidade tem vindo a evoluir de forma significativa, assumindo um papel fundamental na economia global. De acordo com Antunes (2019), embora a contabilidade seja indispensável para empresas de todos os sectores, independentemente da sua dimensão, muitos gestores ainda desconhecem a sua verdadeira função no contexto da gestão organizacional. O principal problema reside no facto de a contabilidade, na maioria das vezes, apenas ser recordada quando surgem grandes desafios que exigem resolução.

Tal situação ocorre porque se trata de um trabalho silencioso, levado a cabo pelo contabilista certificado e, por vezes, com o apoio da sua equipa — ou, em determinadas circunstâncias, exclusivamente por si. Este trabalho manifesta-se na organização e análise das contas, bem como no cumprimento das obrigações fiscais da empresa. A contabilidade é, assim, a área responsável pelo estudo e aplicação de métodos, técnicas e procedimentos que permitem registar, calcular e interpretar toda a situação financeira de uma organização.

Está profundamente enganado quem acredita que o trabalho do contabilista ou do gestor se limita ao simples cálculo de números. Pelo contrário, é este profissional que orienta e sustenta decisões cruciais que se impõem no quotidiano das organizações. A contabilidade constitui, assim, um pilar essencial para a definição de estratégias e para o crescimento sustentável da empresa, uma vez que é através da sua análise que se determina o momento oportuno para realizar investimentos, proceder a novas contratações ou efetuar outras operações financeiras indispensáveis à expansão do negócio.

2.2.3 As funções da Contabilidade numa organização

A complexidade inerente ao tema torna desafiante a tarefa de explicar, de forma simples, a real importância da contabilidade. No entanto, conforme refere Silva (2023), é possível organizar as funções contabilísticas em algumas ações principais, permitindo uma melhor compreensão do seu papel no contexto organizacional, tais como:

2.2.3.1 Registar

A contabilidade de uma empresa é a área responsável pelo registo e documentação de todas as transações financeiras da organização. Assim, todos os comprovativos relativos a compras, vendas, despesas e proveitos devem ser devidamente registados, incluindo a identificação da origem e do destino de cada valor movimentado.

Para além destes elementos, é igualmente necessário proceder ao registo de despesas com pessoal, consumos e existências (stocks) da empresa. Todos estes movimentos devem ser introduzidos no sistema ERP, ou Enterprise Resource Planning, devidamente certificado pela Autoridade Tributária, em conformidade com o disposto da Portaria nº 363/2010, de 23 de junho, e o Decreto-Lei 28/2019, de 15 de fevereiro de 2019.

Estes registos permitem aferir a viabilidade financeira da organização, através da análise de indicadores como os ativos, o património líquido, os lucros e os dividendos gerados. Adicionalmente, possibilitam uma avaliação detalhada dos gastos e dos proveitos, permitindo identificar as rúbricas da Demonstração de Resultados que requerem maior atenção. Esta informação é crucial para que o gestor possa delinear, atempadamente, estratégias de recuperação em cenários mais críticos, assegurando uma gestão eficiente e sustentável.

2.2.3.2 Organizar

Um dos papéis fundamentais da contabilidade nas empresas é a organização rigorosa da informação financeira. Dado que existem diversas formas de estruturar e sistematizar os dados contabilísticos, cabe ao Contabilista Certificado conceber métodos e estratégias adequadas à realidade específica de cada organização, assegurando sempre que a informação apresentada seja fidedigna e reflita, com a maior exatidão possível, a situação económica e financeira da entidade.

Esta tarefa pode revelar-se particularmente desafiante para proprietários e gestores que pretendem aventurar-se no domínio contabilístico sem formação especializada. Por essa razão, o mais sensato é recorrer ao apoio de um profissional qualificado — o Contabilista Certificado —, garantindo assim a fiabilidade da informação e o cumprimento das obrigações legais.

2.2.3.3 Demonstrar

O papel da contabilidade nas empresas consiste, entre outras funções, na produção de demonstrações financeiras com base na informação previamente organizada. Estas demonstrações têm como finalidade apresentar de forma clara a situação patrimonial, económica e financeira da organização.

É também através da contabilidade que se elaboram a Demonstração dos Resultados por Naturezas (DRN) e o Balanço, documentos fundamentais que refletem o impacto das operações no património da empresa. Estes instrumentos são essenciais para que os gestores possam disponibilizar informações precisas relativamente às diversas rúbricas e proceder a uma análise consistente dos resultados económicos da atividade desenvolvida.

Para além disso, a contabilidade permite observar e avaliar ações passadas da vida económica da empresa, oferecendo uma visão aprofundada da situação atual e contribuindo para a projeção de cenários futuros. Esta capacidade analítica constitui um alicerce indispensável à definição de planos estratégicos e de orientação administrativa, quer a curto, quer a médio e longo prazo.

2.2.3.4 Analisar

A contabilidade é a área responsável pela análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de gestão resultantes das ações passadas e atuais da organização. Com base nesses dados, torna-se possível apurar os resultados alcançados e projetar, com maior precisão, cenários futuros.

Para o gestor, esta fase reveste-se de particular importância, pois permite avaliar se a empresa atuou em conformidade com o plano estabelecido, se os gastos se mantiveram dentro dos limites previstos e quais são as perspetivas para os meses e/ou anos seguintes.

Através desta análise, o planeamento futuro pode ser elaborado com base em informação concreta, própria da realidade interna da empresa, em vez de depender exclusivamente de projeções de mercado. Esta abordagem representa a forma mais fiável de traçar estratégias, uma vez que assenta em dados reais, específicos à organização em estudo, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões conscientes e eficazes.

2.2.3.5 Acompanhamento da Contabilidade

Uma contabilidade eficiente permite aos gestores acompanhar, de forma sistemática, a execução dos planos económicos da empresa, sem descurar as despesas fixas e as receitas correntes da organização.

Para além do controlo financeiro, a contabilidade possibilita uma atuação preventiva. Quando determinados valores previstos deixam de ser recebidos, por exemplo, o gestor pode adotar estratégias para mitigar os impactos na saúde financeira da entidade.

Este acompanhamento contínuo permite, ainda, a antevisão de encargos em períodos específicos, como subsídios, férias, gratificações e outras despesas com o pessoal. Assim, estes compromissos podem ser antecipadamente planeados, reduzindo significativamente o impacto financeiro no momento da sua concretização.

Em suma, o que a contabilidade proporciona é uma visão clara e estruturada dos bens e das obrigações da empresa. Estar informado sobre os acontecimentos financeiros da organização é essencial para tomar decisões assertivas, fundamentadas em dados concretos.

Importa sublinhar que a contabilidade não se revela fundamental apenas em contextos de crise, mas também durante fases de crescimento e de estabilidade financeira, servindo de suporte à viabilidade e sustentabilidade do negócio.

A contabilidade é igualmente responsável por determinar o enquadramento fiscal da empresa, nomeadamente no que respeita ao Regime Normal da Contabilidade Organizada ou ao Regime Simplificado, conforme previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

Por fim, é através de uma contabilidade contínua e eficaz que se assegura o cumprimento das obrigações perante a Autoridade Tributária, prevenindo assim eventuais problemas fiscais, bem como a aplicação de coimas e penalizações legais.

2.2.4 A Contabilidade Externa e interna

2.2.4.1 Contabilidade Externa

A contabilidade externa tem como principal função a elaboração das demonstrações financeiras, com base nas informações patrimoniais da entidade. Essa vertente da contabilidade visa atender às necessidades informativas de utilizadores

externos à organização, tais como instituições bancárias, credores, entidades governamentais, acionistas e agências de análise de crédito.
Através de relatórios financeiros estruturados, a contabilidade externa proporciona uma visão clara e fidedigna da situação económica, financeira e patrimonial da empresa, servindo como instrumento essencial para a tomada de decisões por parte desses intervenientes.
Importa salientar que todas as práticas relacionadas com a contabilidade externa devem estar em estrita conformidade com a legislação portuguesa vigente, bem como observar as normas contabilísticas aplicáveis, assegurando, assim, a transparência, a comparabilidade e a fiabilidade da informação divulgada (Paiva & Carvalho, 2021).

2.2.4.2 Contabilidade Interna

A contabilidade interna, também designada por contabilidade analítica ou de gestão, é direcionada para a disponibilização de informações detalhadas e pertinentes aos administradores, sócios e demais responsáveis pela condução estratégica da organização. A sua principal finalidade é apoiar o planeamento, a análise e o controlo financeiro da empresa, permitindo uma gestão mais eficiente e informada (Nabais, 2021).

Apesar de não estar sujeita a uma regulamentação legal tão rígida quanto a contabilidade externa, a contabilidade interna deve alinhar-se com os princípios éticos e os valores instituídos por cada organização. É fundamental que haja integração entre a contabilidade interna e externa, pois o cruzamento e a coerência dos dados de ambas as áreas são indispensáveis para garantir a fiabilidade e a precisão das informações financeiras.

Sem um sistema contabilístico claro, objetivo e abrangente, torna-se inviável o controlo eficaz das finanças e do funcionamento global da organização. A prática contabilística sistemática, contínua e tecnicamente competente é essencial, não apenas para assegurar o cumprimento das obrigações legais e fiscais, mas também para fornecer suporte à tomada de decisões estratégicas. Por meio da contabilidade, o gestor pode avaliar se a organização se encontra em condições de investir ou se há necessidade de recorrer a financiamentos (Santos, 2019).

Assim, a contabilidade, nas suas vertentes interna e externa, assume um papel central na administração empresarial. Entre os seus contributos mais significativos, segundo Conde, (2019) destacam-se:

- **Tomada de decisão**: Os relatórios financeiros oferecem dados atualizados e fiáveis sobre a situação económica da organização, sendo cruciais para a formulação de estratégias, avaliação da rentabilidade, planeamento de investimentos e implementação de melhorias.
- **Transparência e conformidade**: A correta elaboração dos relatórios contabilísticos assegura o cumprimento das disposições legais e regulamentares, promovendo a transparência das operações, especialmente em organizações que necessitam prestar contas a sócios, investidores e órgãos reguladores.
- **Análise de desempenho**: Instrumentos como o balanço patrimonial, a demonstração dos resultados e a demonstração de fluxos de caixa permitem à organização monitorizar o seu desempenho ao longo do tempo, identificar tendências e comparar os seus resultados com padrões do setor ou concorrentes diretos.
- **Atração de investimentos**: A qualidade e a clareza dos relatórios financeiros influenciam diretamente a perceção dos investidores e credores quanto ao risco e retorno dos seus investimentos. Uma contabilidade bem estruturada aumenta a confiança do mercado e facilita a captação de recursos.
- **Gestão de risco**: A análise financeira desempenha um papel essencial na identificação e mitigação de riscos que possam comprometer a sustentabilidade e o desempenho da organização. Através da interpretação sistemática dos relatórios financeiros, torna-se possível detetar vulnerabilidades que, se não forem devidamente geridas, podem gerar impactos significativos. Entre os riscos mais comuns encontram-se o elevado grau de endividamento, que pode limitar a capacidade de investimento da empresa; a insuficiência de liquidez, que compromete o cumprimento das obrigações correntes; e a instabilidade no fluxo de caixa, que afeta a previsibilidade das operações.

Para além dos riscos estritamente financeiros, é também importante considerar riscos operacionais, como a dependência excessiva de determinados clientes ou fornecedores, falhas nos sistemas de informação contabilística, ou até a exposição a variações cambiais e flutuações nas taxas de juro. Através de uma contabilidade bem estruturada e de uma leitura atenta dos seus indicadores, a gestão pode antecipar-se a essas ameaças e implementar estratégias preventivas, tais como a diversificação de fontes de financiamento, a negociação de prazos com fornecedores, ou a constituição de reservas técnicas de capital.

Deste modo, a contabilidade assume um papel central na política de gestão de risco, fornecendo os dados e os instrumentos necessários para a tomada de decisões prudentes, que garantam a estabilidade financeira e a resiliência da organização face a contextos económicos adversos ou a imprevistos de mercado.

- **Planeamento fiscal**: A contabilidade contribui significativamente para o planeamento tributário, permitindo à organização gerir as suas obrigações fiscais de forma estratégica, otimizando o pagamento de impostos e preservando a sua saúde financeira.
- **Comunicação com *stakeholders***: Os relatórios financeiros são também uma ferramenta de comunicação fundamental com os *stakeholders* — como acionistas, fornecedores, clientes e instituições financeiras —, oferecendo uma visão clara, precisa e transparente da realidade económica da empresa.

Concluindo, a produção rigorosa e sistemática de relatórios financeiros é um pilar essencial para a integridade, sustentabilidade e crescimento das organizações. A contabilidade oferece a base necessária para a tomada de decisões estratégicas, o cumprimento das exigências legais e a manutenção de uma relação de confiança com todos os intervenientes no ecossistema empresarial.

2.2.5 A contabilidade na era digital

A era digital tem provocado uma transformação profunda no exercício da contabilidade, impulsionada pelos avanços tecnológicos e pela automação de processos. Atividades anteriormente executadas de forma manual e demorada podem, atualmente, ser realizadas em poucos minutos, com maior eficiência e precisão. Esta mudança não só reforça a importância da tecnologia na contabilidade moderna, como também redefine o papel do contabilista no contexto organizacional (Magalhães, 2023).

Com a digitalização, os profissionais da contabilidade deixaram de ser meros processadores de dados para se tornarem gestores de informação, responsáveis por interpretar, analisar e comunicar dados estratégicos que influenciam diretamente o desempenho das organizações. Segundo Franco (2024), para que um contabilista se mantenha relevante neste novo panorama, é necessário desenvolver competências diversificadas que vão além do domínio técnico, abrangendo literacia digital, pensamento crítico e visão empresarial.

A combinação entre as competências tradicionais, a ética profissional e o domínio de tecnologias emergentes colocam os contabilistas numa posição de destaque como parceiros estratégicos na tomada de decisão. A transformação digital não implica a substituição da mão de obra humana pelas máquinas, mas antes uma oportunidade para os profissionais ampliarem as suas capacidades, combinando os conhecimentos adquiridos com as novas ferramentas digitais (Magalhães, 2023).

A digitalização permitiu tornar a contabilidade mais ágil, eficaz e estratégica. O uso de softwares especializados, inteligência artificial e sistemas de gestão integrados proporciona uma maior capacidade de análise, relatórios em tempo real e uma tomada de decisão mais fundamentada. Neste contexto, destacam-se as seguintes vantagens da contabilidade digital:

- Maior eficiência e produtividade operacional;
- Redução de erros humanos;
- Acesso instantâneo a informações em tempo real;
- Redução de custos operacionais;

- Segurança no armazenamento e partilha de dados;
- Integração e comunicação entre departamentos;
- Organização e digitalização de documentos;
- Elaboração de análises e relatórios avançados;
- Flexibilidade e mobilidade no acesso à informação;
- Padronização dos processos de negócio.

Segundo Araújo (2025), a contabilidade digital simboliza uma mudança profunda e contínua na profissão, marcada por uma nova abordagem baseada na automação, na análise avançada de dados e na interligação global. Os contabilistas certificados são agora vistos como aliados estratégicos, contribuindo com insights valiosos para a gestão e agregando valor à performance organizacional.

Neste cenário, conclui-se que a contabilidade digital não apenas incrementa a eficiência dos processos, mas também redefine a função do contabilista como um consultor estratégico, capaz de transformar dados em conhecimento útil e decisões inteligentes. O futuro da profissão está, cada vez mais, associado à capacidade de adaptação tecnológica e à valorização da informação como ativo central na gestão das empresas.

2.2.6 Conclusão do capítulo

Durante muitos anos, a contabilidade foi percecionada por diversos empresários apenas como um instrumento de cumprimento fiscal, ou como um custo necessário à manutenção da atividade empresarial. Contudo, esta visão tem sido progressivamente substituída por uma compreensão mais abrangente e estratégica da contabilidade como ferramenta essencial para a gestão eficiente e sustentável dos negócios (Nabais, 2015).

O empreendedor moderno, orientado para o crescimento e a perenidade do seu negócio, necessita de uma compreensão clara da situação económico-financeira da sua empresa para tomar decisões fundamentadas, planear investimentos e gerir recursos de forma eficiente. O principal objetivo da contabilidade é, assim, a produção de informações úteis, capazes de apoiar a tomada de decisões estratégicas e de antecipar cenários futuros com maior segurança (Leitão et al., 2024).

Entre os principais benefícios proporcionados pela contabilidade, destacam-se:

- Controlo sobre receitas, despesas e resultados, permitindo a identificação de lucros ou prejuízos;
- Monitorização de recebimentos, favorecendo um ciclo de tesouraria equilibrado;
- Controlo de pagamentos pendentes, minimizando prejuízos com encargos financeiros;
- Organização dos processos administrativos, dado que todas as operações empresariais convergem para a contabilidade;
- Projeção do futuro, com base no registo do presente e na análise do passado;
- Acompanhamento da evolução patrimonial da empresa;
- Garantia de veracidade das operações financeiras;
- Transparência nas informações prestadas à gestão e aos *stakeholders*, reforçando a confiança do mercado;
- Responsabilidade na formação e transmissão da informação financeira, assegurando a clareza e precisão dos dados.

Segundo Leitão et al., (2024), a contabilidade permite ao empresário mensurar, identificar, interpretar e avaliar os objetivos empresariais de forma concreta. Dada a complexidade crescente da legislação e do ambiente de negócios, é fundamental que a contabilidade seja assumida como uma ferramenta de gestão indispensável. A contratação de profissionais qualificados e atualizados torna-se, assim, essencial para garantir a permanência e o sucesso sustentável das empresas no mercado.

Adicionalmente, ao promover a confiança e a credibilidade nas informações financeiras, a contabilidade contribui para a estabilidade dos mercados e para o crescimento económico. Ela apoia uma melhor alocação de recursos, estimula a responsabilidade social e proporciona bases sólidas para decisões de investimento.

De acordo com Pais & Ferreira (2024), a uniformização das normas contabilísticas é crucial para a integração e estabilidade dos mercados financeiros globais. A contabilidade, nesse contexto, não apenas serve à gestão interna, mas torna-se um elo vital na cadeia de comunicação e confiança entre as empresas e a sociedade.

2.3 Sistema de Normalização Contabilística

2.3.1 Sistema de Normalização Contabilística

O modelo de normalização contabilística em vigor em Portugal foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, posteriormente alterado pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho. Este modelo caracteriza-se por uma forte convergência com a legislação contabilística da União Europeia, assumindo como referência as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Não obstante esta aproximação ao quadro normativo internacional, o sistema português preserva algumas especificidades, nomeadamente a existência de um código de contas auxiliar, que facilita a uniformização e o controlo das operações contabilísticas ao nível nacional.

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) constitui o referencial contabilístico de base em Portugal e é de aplicação obrigatória para as seguintes entidades:

- Empresas sujeitas ao Código das Sociedades Comerciais;
- Empresas individuais reguladas pelo Código Comercial;
- Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- Empresas públicas;
- Cooperativas;
- Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico.

Esta obrigatoriedade tem como objetivo garantir a harmonização da informação financeira, promovendo a comparabilidade, transparência e fiabilidade dos dados financeiros reportados.

Em Portugal, os normativos contabilísticos adotados podem ser classificados em duas grandes categorias:

- Normas de âmbito internacional, designadas por International Accounting Standards (IAS) e International Financial Reporting Standards (IFRS), adotadas essencialmente por entidades com relevância pública ou que operam em mercados internacionais;

- Normas de âmbito nacional, que compreendem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o qual é aplicado maioritariamente por pequenas e médias empresas (PME) e outras entidades que não estejam obrigadas ao reporte segundo as normas internacionais.

A escolha entre um referencial internacional ou nacional depende, assim, da natureza, dimensão e enquadramento jurídico da entidade. Empresas com ações cotadas em bolsa ou com atividade transnacional tendem a adotar as normas internacionais (IAS/IFRS), enquanto entidades de menor dimensão permanecem enquadradas pelo SNC.

A adoção de um sistema normativo alinhado com os padrões internacionais reforça a confiança dos investidores, facilita o acesso ao financiamento e contribui para a integração dos mercados financeiros. Por outro lado, a existência de um referencial nacional adaptado à realidade portuguesa garante que as PME possam dispor de um sistema contabilístico acessível, adequado às suas necessidades e capacidades.

Neste contexto, o modelo contabilístico português procura equilibrar a modernização normativa com a especificidade do tecido empresarial nacional, assegurando uma resposta eficaz às exigências de normalização, sem comprometer a aplicabilidade prática no quotidiano das organizações.

Para uma melhor compreensão, a tabela seguinte apresenta uma sistematização dos principais normativos contabilísticos em vigor em Portugal, identificando os seus destinatários, âmbito de aplicação e enquadramento legal:

Normativo Contabilístico	Sigla	Âmbito de Aplicação	Entidades Abrangidas	Base Legal / Instituição Emitente
Sistema de Normalização Contabilística	SNC	Nacional	Pequenas e médias empresas, cooperativas, empresas não cotadas, entidades sem fins lucrativos	Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho
Normas Internacionais de Contabilidade	IAS	Internacional	Grandes empresas, multinacionais, empresas com necessidade de reporte internacional	International Accounting Standards Board (IASB)
Normas Internacionais de Relato Financeiro	IFRS	Internacional (obrigatório para certas entidades)	Empresas cotadas em bolsa, instituições financeiras, entidades de interesse público	Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho
Normas do SNC-AP (Administração Pública)	SNC-AP	Nacional (setor público)	Serviços e organismos da administração central, regional, local e setor público empresarial	Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro
Normas contabilísticas para microentidades	NCRF-ME	Nacional (simplificado)	Microentidades com volume de negócios reduzido e estrutura contabilística simplificada	Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho

Tabela 1 - Normativos contabilísticos adotados em Portugal
Fonte: Lourenço, 2023

2.3.1.1 Estrutura Normativa Contabilística:

O **primeiro nível** do SNC refere-se à aplicação obrigatória das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards – IAS) e das Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), conforme adotadas pela União Europeia. Desde 2005, todas as empresas com títulos cotados em mercados regulamentados passaram a estar obrigadas a utilizar este referencial internacional na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas.

Este enquadramento responde à crescente necessidade de uma linguagem contabilística universal, que permita:

- A **mensuração uniforme de ativos e passivos**, assegurando que as avaliações financeiras sejam comparáveis entre diferentes jurisdições;
- A **harmonização das normas de relato financeiro**, de modo que investidores, independentemente do seu contexto económico, possam avaliar de forma fiável e consistente o desempenho e a posição financeira de uma entidade.

O **segundo nível** do SNC contempla as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), de caráter nacional, aplicáveis a empresas não cotadas ou que não estão sujeitas às exigências de reporte internacional. Estas normas foram desenvolvidas com base nas IAS/IFRS, mas adaptadas à realidade das pequenas e médias empresas, que não necessitam de um grau elevado de divulgação para fins de mercado.

As NCRF permitem que estas entidades mantenham uma estrutura contabilística consistente, respeitando os princípios fundamentais das normas internacionais, mas com menor complexidade e exigência em termos de reporte. Este nível do SNC promove, assim, a qualidade da informação financeira sem sobrecarregar as organizações com requisitos desnecessários ao seu contexto de atuação.

O **terceiro nível** da estrutura normativa contabilística em Portugal corresponde à aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE). Este referencial foi desenvolvido como uma versão simplificada das NCRF, destinada a entidades de menor dimensão, permitindo-lhes cumprir os requisitos contabilísticos de forma proporcional à sua capacidade organizativa e às suas necessidades de reporte financeiro.

De acordo com o disposto no artigo 9.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, podem adotar as NCRF-PE as entidades que, à data do balanço, não excedam dois dos três critérios seguintes:

- Total de vendas líquidas e outros rendimentos: 4.000.000 €;
- Total do balanço: 8.000.000 €;
- Número médio de trabalhadores durante o exercício: 50.

Importa destacar que as entidades que preencham estes requisitos podem optar por aplicar, voluntariamente, o conjunto completo das NCRF, caso considerem que tal melhor serve os seus interesses de gestão ou reporte.

As NCRF-PE foram elaboradas com o objetivo de condensar os principais princípios de reconhecimento, mensuração e divulgação constantes nas normas nacionais completas (NCRF), oferecendo uma abordagem mais direta e simplificada, sem prejuízo da qualidade e fiabilidade da informação financeira produzida.

No entanto, existem algumas normas que não se aplicam no contexto das NCRF-PE, nomeadamente:

- NCRF 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- NCRF 5 – Divulgação de Partes Relacionadas;

- NCRF 8 – Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas;
- NCRF 11 – Propriedades de Investimento;
- NCRF 12 – Imparidade de Ativos;
- NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas;
- NCRF 14 – Concentrações de Atividades Empresariais;
- NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação;
- NCRF 16 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais;
- NCRF 24 – Acontecimentos Após a Data do Balanço.

Esta exclusão visa reduzir a complexidade do normativo aplicável às pequenas entidades, mantendo o equilíbrio entre o rigor técnico e a capacidade de cumprimento destas organizações conforme o previsto no nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. Assim, as NCRF-PE constituem um instrumento essencial para garantir a conformidade contabilística das PME, sem descurar a transparência e a utilidade da informação financeira para os diversos *stakeholders*.

O **quarto nível** é representado pelas normas aplicáveis às microentidades, sendo estas entidades com estrutura simplificada e volume de negócios reduzido. As NCRF-ME foram concebidas para responder às necessidades específicas deste segmento, oferecendo um modelo contabilístico simplificado e proporcional à sua dimensão e capacidade administrativa, mantendo, ainda assim, os princípios fundamentais de fiabilidade e clareza da informação financeira.

2.3.1.2 O Código de Contas

Aprovado pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) constitui o referencial contabilístico de aplicação obrigatória às entidades sujeitas ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Para além destas, também podem adotar o SNC, de forma voluntária, as entidades que aplicam as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), conforme o disposto no artigo 4.º do referido decreto-lei. Esta possibilidade visa reforçar a comparabilidade e a transparência das demonstrações financeiras, promovendo a harmonização contabilística a nível nacional e internacional (anexo 1).

O SNC integra um conjunto articulado de normas contabilísticas, elaborado e continuamente atualizado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), órgão responsável pela normalização técnica no domínio da contabilidade em Portugal. Este sistema apresenta uma estrutura adaptável à natureza e à dimensão das entidades, contemplando normas específicas para diferentes tipos organizacionais, entre os quais se destacam:

Entidades	SNC
Microentidades	Norma contabilística para microentidades (NC-ME)
Pequenas entidades	Norma contabilística e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE)
Médias e grandes entidades	Norma contabilística e de relato financeiro (NCRF)
Entidades do setor não lucrativo	Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL)

Tabela 2 - Normativo contabilístico nacional (SNC)
Fonte: Lourenço, 2023

2.3.2 Prestação de Contas

A prestação de contas constitui um dos pilares fundamentais da boa governação organizacional, sendo essencial para assegurar a transparência, a confiança e a eficiência na gestão das entidades. Este processo traduz-se na obrigação de demonstrar, de forma clara e fidedigna, como os recursos – financeiros, humanos e materiais – foram utilizados ao longo de um determinado período, garantindo o cumprimento dos princípios éticos, legais e regulamentares que regem a atividade económica e financeira.

Do ponto de vista legal, as empresas estão obrigadas à prestação de contas no final de cada exercício económico, apresentando aos seus acionistas ou sócios a posição financeira, os resultados e a evolução da atividade desenvolvida. Esta obrigação encontra respaldo no artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), que determina que os membros da administração devem elaborar e submeter ao órgão competente da sociedade:

- O relatório de gestão;
- As contas do exercício;
- E demais documentos legalmente exigíveis para efeitos de prestação de contas.

Estes documentos devem ser apresentados e apreciados nos primeiros três meses após o termo do exercício, correspondendo, normalmente, ao final do ano civil.

Adicionalmente, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 117.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as entidades estão igualmente obrigadas à entrega de:

- Uma declaração periódica de rendimentos;
- E uma declaração anual de informação contabilística e fiscal, que integra, entre outros elementos, o balanço, a demonstração de resultados e o anexo às contas.

A finalidade da prestação de contas é, portanto, demonstrar de forma objetiva e fundamentada como uma organização administra os seus recursos, reforçando a responsabilidade dos gestores, promovendo a transparência da informação financeira

e contribuindo para a prevenção de fraudes e irregularidades (Antunes, 2019). Este processo é indispensável para manter a confiança dos *stakeholders*, incluindo investidores, colaboradores, entidades reguladoras e a sociedade em geral.

Importa ainda referir que todo o conteúdo relativo à prestação de contas deve estar em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), integradas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), assegurando, assim, a uniformização, comparabilidade e qualidade da informação financeira reportada pelas entidades.

2.3.2.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras constituem instrumentos fundamentais da contabilidade, ao fornecerem uma visão clara, estruturada e padronizada da posição financeira, do desempenho económico e dos fluxos de caixa de uma entidade num determinado período. A sua elaboração e apresentação são essenciais não apenas para assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão organizacional, mas também para garantir que todas as partes interessadas – investidores, credores, reguladores e demais *stakeholders* – possam aceder a informação fidedigna, relevante e comparável (Lopes et al.,2022).

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, as entidades sujeitas ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC) estão obrigadas à apresentação das seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo às demonstrações financeiras.

Estas demonstrações formam um conjunto interligado de documentos contabilísticos, cuja função é evidenciar, de forma sistemática, os efeitos das decisões de gestão sobre a estrutura financeira e os resultados da atividade empresarial.

Importa referir que, conforme estabelecido no mesmo diploma, as pequenas entidades que se enquadrem nos critérios definidos legalmente estão dispensadas de

apresentar a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, como forma de simplificação do cumprimento das suas obrigações contabilísticas.

Do ponto de vista conceptual, as demonstrações financeiras desempenham um papel central no processo de tomada de decisão, tanto a nível interno (gestores e administradores) como externo (investidores, financiadores, autoridades fiscais). Elas permitem:

- Avaliar a posição financeira e a respetiva evolução ao longo do tempo;
- Medir a rentabilidade e eficiência da gestão;
- Analisar a liquidez, solvabilidade e capacidade de geração de caixa;
- Fundamentar estratégias futuras de investimento, financiamento e operação.

A qualidade da informação financeira divulgada através destas demonstrações é um fator determinante para o funcionamento eficiente dos mercados, fomentando a confiança dos investidores e a estabilidade das relações económicas. Tal como preconizado pelo SNC (2018), o objetivo primordial das demonstrações financeiras é fornecer informações relevantes, fiáveis e compreensíveis, que sustentem uma visão integrada e precisa da realidade económica e financeira da entidade, sendo indispensáveis para uma gestão estratégica e responsável.

2.3.2.2 Demonstração financeira – O Balanço

Com base no balancete final, elaborado após os lançamentos de regularização e retificação contabilística, procede-se à construção do Balanço (anexo 2), uma das principais demonstrações financeiras exigidas no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O Balanço tem como principal objetivo evidenciar a composição patrimonial da entidade, numa determinada data, geralmente correspondente ao encerramento do exercício económico.

Este documento contabilístico permite a análise comparativa entre os três grandes elementos do património da empresa: o Ativo, o Passivo e o Capital Próprio, sustentando-se na equação fundamental da contabilidade (§49 E.C):

ATIVO = CAPITAL PRÓRPIO + PASSIVO

Esta equação representa o equilíbrio entre os recursos controlados pela entidade (ativos) e as respetivas origens de financiamento, quer sejam de capitais próprios, quer de capitais alheios.

A estrutura e o conteúdo do Balanço devem respeitar normas técnicas e legais específicas, nomeadamente as definidas na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que regulamenta os modelos de apresentação das demonstrações financeiras. Assim, o Balanço deve obedecer aos seguintes requisitos formais:

- **Identificação clara da entidade** a que se refere o documento;
- **Indicação do período de relato financeiro**, evidenciando a data de referência do balanço;
- **Especificação sobre a natureza do Balanço**, ou seja, se se trata de um balanço individual ou consolidado;
- **Indicação expressa da unidade monetária** utilizada na apresentação dos valores (normalmente o Euro, em Portugal).

O Balanço está dividido da seguinte forma:

Ativo	**Não Corrente**		Ativos Fixos Tangíveis	Máquinas, Imóveis, Terrenos, Veículos, outros equipamentos	Os ativos não correntes incluem ativos tangíveis, intangíveis e financiamento de longo prazo que ultrapassam um ano durante o ciclo operacional da empresa.	*"Ativo é um recurso controlado como um resultado de aconteceimento passado e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros"* (§ 49 a) da EC).
			Ativos Fixos Intangíveis	Patentes, direitos, marcas		
			Ativos Biológicos	Animais (seres vivos)		
			Locações	Aquisição de equipamentos por locação financeira		
			Propriedades de Investimento	Propriedade detida para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas as finalidades		
	Corrente		Espera-se que seja vendido ou consumido num ciclo operacional	Inventários	Um ativo deve ser classificado como corrente quando se espera que seja realizado, vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade, ou esteja detido essencialmente para negociação. Espera-se que seja realizado num período até 12 meses após a data do Balanço; caixa ou equivalentes de caixa.	
			Caixa ou equivalentes de caixa	Ativos financeiros - dinheiro, ações, clientes, outras contas a receber		
			Espera-se que seja realizado num período até 12 meses da data do Balanço	Outros ativos corrente, onde se incluem os acréscimos e diferimentos		
Passivo e Capital Próprio	**Capital Próprio**		Capital Subscrito	Representa a posição dos detentores de capital da organização	O capital próprio, também conhecido como património líquido ou situação líquida, é o saldo patrimonial, positivo ou negativo, que resulta do valor do ativo depois de abater o valor do passivo. Corresponde à diferença entre o valor dos ativos e dos passivos.	*"Capital Próprio é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos."* (§ 49 c) da EC)
			Resevas Legais	Reservas, são parte dos resultados obtidos e não distribuídos aos detentores de capital		
			Outras Reservas			
			Resultados Transitados	Resultados obtidos e não distribuídos		
			Resultado Líquido do Período	Valor apresentado na Demontração dos Resultados		
	Passivo	**Não Corrente**	Empréstimos concedidos a longo prazo	Empréstimos concedidos por entidades financeiras superior de 12 meses	Passivos exigíveis a mais de um ano	*"Passivo é uma obrigação presente da entidade proviniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos das entidade incorporando benefícios económicos"* (§ 49 b) da EC)
			Provisões	Os gastos que surgem de obrigações presentes que, decorrente de eventos passados são destinados a acautelar ou prevenir despesas que a empresa estima que provavelmente irá ter no futuro, desde que seja possível calcular uma estimativa confiável de suas quantias (ex: grarantias a clientes).		
			Outros divídas a pagar	Dividas de outra natureza a médio e longo prazo, ou seja, com vencimento a mais de 12 meses		
		Corrente	Fornecedores	Divídas a pagar referente à atividade operacional inferior ou até 12 meses	Passivos exigíveis a menos de um ano	
			Estado e outros entes públicos	Impostos a pagar ao Estado		
			Empréstimos concedidos a curto prazo prazo	Empréstimos concedidos por entidades financeiras inferior ou até 12 meses		
			Diferimentos	Custos já liquidados a serem considerados no ano seguinte		

Fonte: Elaboração própria, adaptado (Nabais, 2015).

Tabela 3 - Estrutura resumida da Demonstração Financeira - Balanço

2.3.2.3 Demonstração Financeira – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é uma das principais demonstrações financeiras previstas no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), assumindo um papel central na análise do desempenho económico da entidade ao longo de um determinado período de relato.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar de forma estruturada os rendimentos e os gastos do exercício, permitindo assim apurar o resultado líquido do período – lucro ou prejuízo – e compreender de que forma os recursos foram utilizados pela gestão. Conforme refere Nabais (2015), a demonstração de resultados é essencial na avaliação do desempenho da empresa, ao evidenciar os aspetos positivos e negativos da sua atividade durante o período em análise.

Para além de representar a eficiência operacional da entidade, esta demonstração contribui para uma tomada de decisão mais informada, tanto por parte da administração como dos demais *stakeholders*, nomeadamente investidores, credores e entidades reguladoras.

A estrutura da Demonstração de Resultados obedece a normas contabilísticas específicas, assegurando a uniformidade e a comparabilidade da informação divulgada. Em conformidade com o SNC, podem ser utilizados dois modelos alternativos para a sua apresentação:

Demonstração de Resultados por Naturezas: Apresenta os rendimentos e gastos classificados segundo a sua natureza (ex.: vendas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal, amortizações, entre outros). Este modelo é obrigatório para as entidades que adotam o SNC, exceto em casos específicos previstos por normas setoriais.

Demonstração de Resultados por Funções: Agrupa os elementos da demonstração com base na sua função no processo produtivo, como custo das mercadorias vendidas, gastos com distribuição, gastos administrativos, entre outros. Este modelo é comum em normas internacionais, mas menos utilizado em Portugal, dado que o modelo por naturezas é o previsto nos modelos oficiais da contabilidade nacional.

Independentemente do modelo adotado, a Demonstração de Resultados deve refletir com rigor o desempenho financeiro da entidade, funcionando como um instrumento indispensável para a análise da rentabilidade, eficiência e sustentabilidade da atividade empresarial.

2.3.2.3.1 Demonstração de Resultados por Naturezas

A Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE), comumente conhecida como Demonstração dos Resultados, é uma das principais demonstrações financeiras de uma empresa, sendo fundamental para a análise do seu desempenho financeiro ao longo de um período específico. A DRE permite a avaliação da rentabilidade e da eficiência operacional da empresa, apresentando de forma clara as receitas, as despesas e o resultado final – lucro ou prejuízo.

A Demonstração de Resultados por Naturezas segue as disposições estabelecidas pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, e deve estar em conformidade com o Anexo 2 dessa mesma Portaria. Essa forma de apresentação tem como principais requisitos a obrigatoriedade de incluir as seguintes informações:

- **Identificação da entidade** responsável pela elaboração da demonstração;
- **Período de referência** para o qual a demonstração se aplica;
- **Modelo** de apresentação da demonstração, conforme as normas e critérios definidos;
- **Unidade monetária** utilizada, que deve ser a mesma para todas as transações e relatórios financeiros.

A Demonstração de Resultados por Naturezas é composta por todas as rubricas de despesas (classe 6 – conforme o Código de Contas do SNC) e de receitas (classe 7 – conforme o Código de Contas do SNC) incorridas durante o período de atividade da empresa, sendo que os principais itens incluem:

- **Receitas Operacionais**: ingressos provenientes da venda de produtos ou serviços;
- **Custos e Despesas Operacionais**: relacionados com as atividades principais da empresa, como custos com mercadorias, materiais, mão de obra, etc.;

- **Outras Receitas e Despesas**: englobando rendimentos ou gastos não diretamente ligados à atividade principal da empresa, mas que impactam o resultado final.

Esta forma de demonstração facilita a análise detalhada do comportamento de cada categoria de receita e despesa, permitindo aos gestores e *stakeholders* compreender de forma clara a estrutura de custos e o desempenho financeiro da organização.

A Demonstração dos Resultados por Naturezas tem como principais objetivos:

- **Proporcionar transparência** sobre a composição dos resultados da empresa, permitindo uma visão clara das receitas e despesas;
- **Facilitar a análise do desempenho operacional**, evidenciando a eficiência e a rentabilidade das operações da empresa ao longo do período;
- **Apoiar a tomada de decisões de gestão e estratégias**, fornecendo informações detalhadas que são essenciais para definir o rumo estratégico da organização;
- **Garantir a comparabilidade e conformidade** com as normas de contabilidade, assegurando que os dados apresentados estão de acordo com os requisitos legais e contabilísticos;
- **Facilitar a avaliação da estrutura de custos**, permitindo identificar as principais fontes de despesas e analisar sua relação com a geração de receita;
- **Melhorar a comunicação com os *stakeholders***, proporcionando uma visão clara e objetiva da saúde financeira da empresa para investidores, parceiros, e demais interessados (Luís Pacheco, 2021).

Esses objetivos destacam a importância da Demonstração de Resultados por Naturezas não apenas para os gestores, mas também para os demais envolvidos na análise da performance financeira da organização.

Na figura abaixo, segue a estrutura da Demonstração dos Resultados por Naturezas:

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / −	+ / −
Variação nos inventários da produção		+ / −	+ / −
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		−	−
Fornecimentos e serviços externos		−	−
Gastos com o pessoal		−	−
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		− / +	− / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		− / +	− / +
Provisões (aumentos/reduções)		− / +	− / +
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		− / +	− / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / −	+ / −
Outros rendimentos		+	+
Outros gastos		−	−
EBITDA **Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos**		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		− / +	− / +
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		− / +	− / +
EBIT **Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)**		=	=
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		−	−
EBT **Resultado antes de impostos**		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		− / +	− / +
RLP **Resultado líquido do período**		=	=

Figura 2 - Demonstração Financeira - Demonstração dos Resultados por Naturezas

EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização:

Resultado operacional antes de considerar depreciação, amortização, juros e impostos.

Fórmula:

EBITDA = Lucro Bruto − Despesas Operacionais (sem depreciações e amortizações)

EBIT (Earnings before interest and taxes) ou RESULTADO OPERACIONAL: Conhecida como a calculadora do lucro operacional. Funciona principalmente para medir o desempenho das operações comerciais e mostrar a rentabilidade. O cálculo do EBIT é essencial, pois mostra a capacidade de controlar os custos operacionais e gerar lucros a partir das operações comerciais.

Lucro operacional após considerar a depreciação e amortização, mas antes de considerar juros e impostos.

Fórmula:

EBIT = EBITDA − Depreciações e Amortizações

EBT (Earnings Before Taxes) ou RAI (Resultado antes de imposto): Antes de ser deduzido a estimativa para impostos sobre o rendimento (IRC), este resultado visa demonstrar os resultados globais, ou seja, deduz-se ao EBIT ou RO os gastos com os financiamentos e adicionamos os rendimentos com juros obtidos;

Fórmula:

EBT = EBIT + Receitas Financeiras − Despesas Financeiras

Resultado Líquido do Período (RLP): Ao RAI deduzimos o imposto a pagar, ou seja, o RLP é o lucro ou prejuízo final da empresa após a dedução de todos os custos, juros e impostos;

Fórmula:

RL = EBT − Impostos

De salientar, que o aviso nº 6726-A/2011, nos pontos 4.12 a 4.15 refere que:

"4.12 — Todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período devem ser incluídos nos resultados a menos que um outro capítulo o exija de outro modo. Informação a ser apresentada na face da demonstração dos resultados

4.13 — A informação mínima a apresentar na face da demonstração dos resultados consta do respectivo modelo publicado em Portaria.

4.14 — Uma entidade não deve apresentar itens de rendimento e de gasto como itens extraordinários, quer na face da demonstração dos resultados quer no anexo.

4.15 — Os itens a apresentar na demonstração dos resultados deverão basear-se numa classificação que atenda à sua natureza."

A Demonstração dos Resultados por Natureza oferece uma visão detalhada e informativa da composição do resultado financeiro de uma empresa, permitindo análises profundas sobre a eficiência da operação, controlo de custos e direção estratégica com uma contribuição significativa para a gestão financeira e a tomada de decisão.

A Demonstração dos Resultados por Naturezas encontra-se no anexo 3.

2.3.2.3.2 Demonstração de Resultados por funções

A elaboração da Demonstração dos Resultados por Funções é realizada com base na classificação das receitas e despesas de acordo com a atividade que as originou, agrupando-as em categorias como custos de distribuição, custos administrativos, custos financeiros, proveitos financeiros ou extraordinários. Importa destacar que os resultados apresentados na Demonstração dos Resultados por Funções devem ser iguais aos resultados exibidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas, garantindo consistência e coerência nas informações financeiras.

Assim como a Demonstração dos Resultados por Naturezas, esta demonstração também obedece à Portaria nº 220/2015, de 24 de julho, e deve, obrigatoriamente, conter os seguintes elementos:

- Identificação da entidade;
- Período a que respeita;
- O modelo adotado;
- A unidade monetária utilizada.

A Demonstração dos Resultados por Funções encontra-se no anexo 4.

2.3.2.4 Demonstração Financeira – Demonstração Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) constitui uma das principais demonstrações financeiras exigidas às entidades que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2 (NCRF 2). Esta demonstração tem como objetivo principal apresentar informação relevante acerca dos recebimentos e pagamentos em numerário, incluindo os depósitos à ordem, ocorridos ao longo do ciclo operacional da empresa.

Através da DFC, é possível analisar as principais origens e utilizações dos recursos financeiros, tanto em investimentos como em operações de financiamento, quer por capitais próprios, quer por capitais alheios. Esta visão integrada permite compreender melhor a estrutura e o comportamento da tesouraria da entidade.

A análise da DFC, quando articulada com outras demonstrações financeiras – como o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo –, possibilita uma avaliação mais precisa da capacidade da empresa em gerar excedentes de caixa. Essa capacidade é fundamental não só para honrar compromissos financeiros, como também para remunerar os sócios, nomeadamente através da distribuição de dividendos.

A apresentação da DFC encontra-se regulamentada pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Anexo 5), devendo respeitar os seguintes elementos obrigatórios:

- Identificação da entidade;
- Período a que respeita a demonstração;
- Indicação do modelo utilizado;
- Unidade monetária adotada.

A estrutura da Demonstração de Fluxos de Caixa está dividida em três grandes blocos, conforme as atividades da empresa:

- **Fluxos de caixa das atividades operacionais:** incluem os recebimentos de vendas e serviços prestados, bem como os pagamentos a fornecedores, encargos com pessoal, contribuições para a Segurança Social e outros pagamentos operacionais.

- **Fluxos de caixa das atividades de investimento:** referem-se a pagamentos com aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis, investimentos financeiros, ou ainda recebimentos provenientes da alienação desses ativos, subvenções ao investimento, juros, dividendos e outros rendimentos similares.
- **Fluxos de caixa das atividades de financiamento:** dizem respeito aos recebimentos provenientes de financiamentos obtidos, da realização de capital social em dinheiro, ou outras formas de cobertura de necessidades de financiamento, bem como aos pagamentos de juros, dividendos e reduções de capital.

Adicionalmente, a DFC contempla o dinheiro em caixa e seus equivalentes, designadamente as contas de caixa (conta 11) e os depósitos à ordem (conta 12), assim como as aplicações financeiras de elevada liquidez e de curto prazo, registadas na conta 13.

Entre as principais vantagens da Demonstração de Fluxos de Caixa, destacam-se:

- **Avaliação da liquidez:** permite verificar se a empresa possui recursos suficientes para cumprir as suas obrigações de curto prazo;
- **Análise da solvência:** avalia a capacidade da entidade em satisfazer os seus compromissos financeiros a longo prazo;
- **Planeamento e apoio à decisão:** fornece dados fundamentais para decisões estratégicas, tais como investimentos, análise de custos e reestruturação de capital;
- **Transparência financeira:** complementa o Balanço e a Demonstração de Resultados, proporcionando uma visão holística e fidedigna da saúde financeira da empresa.

Em suma, a Demonstração de Fluxos de Caixa representa uma ferramenta indispensável para a gestão financeira, permitindo avaliar a liquidez, sustentabilidade e eficiência operacional da empresa, tanto a curto como a longo prazo.

A Demonstração de Fluxos de Caixa encontra-se no anexo 5.

2.3.2.5 Demonstração Financeira – Demonstração de Alterações de Capital Próprio

A Demonstração de Alterações no Capital Próprio (DACP) constitui uma das demonstrações financeiras obrigatórias no contexto das Normas Internacionais de Contabilidade e, consequentemente, integra o conjunto de demonstrações exigidas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Esta demonstração visa apresentar, de forma sistemática e transparente, todas as alterações verificadas nos capitais próprios de uma entidade entre duas datas de balanço consecutivas.

De acordo com a legislação vigente, nomeadamente a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, Anexo IV, a DACP deve obrigatoriamente conter os seguintes elementos:

- Identificação da entidade;
- Período a que respeita a demonstração;
- Modelo adotado;
- Unidade monetária utilizada.

A estrutura da DACP evidencia duas grandes categorias de alterações no capital próprio:

- Variações decorrentes de operações com os detentores de capital, tais como a realização de capital, os prémios de emissão, reduções de capital, distribuição de dividendos, cobertura de prejuízos acumulados, bem como prestações suplementares ou acessórias;
- Resultado integral, o qual corresponde à soma do resultado líquido do exercício com todas as variações diretamente reconhecidas nos capitais próprios, sem transitar pela demonstração de resultados.

Esta demonstração permite uma visão alargada da dinâmica do capital próprio, refletindo não apenas os resultados operacionais da empresa, mas também as decisões estratégicas relacionadas com a sua estrutura de financiamento, política de distribuição de resultados e sustentabilidade económica.

A Demonstração de Alterações no Capital Próprio constitui, assim, um instrumento fundamental para a análise da estabilidade financeira da empresa, proporcionando aos gestores, investidores e demais *stakeholders* uma leitura aprofundada sobre a forma como os lucros são aplicados, seja na remuneração dos acionistas, seja no reforço da capacidade de investimento e crescimento da entidade.

A Demonstração de Alterações de Capital Próprio encontra-se no anexo 6.

2.3.2.6 O Anexo às demonstrações financeiras

O Anexo às Demonstrações Financeiras constitui uma componente essencial do sistema de relato financeiro de qualquer entidade, assumindo-se como um instrumento complementar de elevado valor informativo. A sua principal função é fornecer informações adicionais e explicativas que permitem uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das demonstrações principais, nomeadamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

De acordo com o Anexo VI da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, cada entidade deve adotar uma sequência numérica própria para a apresentação das notas explicativas, respeitando a obrigatoriedade de inclusão das notas de 1 a 4, as quais são reservadas a temas específicos definidos na legislação. Além disso, o ponto 4.17 do Aviso n.º 6726-A/2011 reforça a importância de manter a sistematização e numeração conforme o modelo legalmente estabelecido, indicando explicitamente como “não aplicável” as notas que não sejam relevantes à entidade em causa. Adicionalmente, cada item constante no Balanço e na Demonstração dos Resultados que seja objeto de esclarecimento deve conter referência cruzada às respetivas notas do Anexo.

Importância do Anexo às Demonstrações Financeiras

O Anexo desempenha múltiplas funções fundamentais para a transparência, a conformidade e a utilidade da informação financeira, entre as quais se destacam:

- **Esclarecimento de critérios contabilísticos e políticas adotadas**: Nas notas explicativas são detalhados os métodos utilizados para a mensuração de ativos e passivos, o reconhecimento de rendimentos e gastos, as estimativas contabilísticas, bem como as depreciações e provisões. Estas informações permitem compreender de que forma os valores apresentados foram determinados.
- **Apoio à tomada de decisões**: As informações complementares constantes no Anexo são cruciais para investidores, analistas financeiros, credores e outros

stakeholders, permitindo-lhes avaliar com maior rigor o desempenho económico-financeiro da entidade.

- **Cumprimento normativo e regulatório**: A elaboração e divulgação do Anexo é uma exigência imposta pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), bem como pelos princípios contabilísticos geralmente aceites, assegurando a conformidade da entidade com o quadro legal e normativo aplicável.
- **Análise de riscos e incertezas**: O Anexo permite divulgar riscos financeiros e operacionais relevantes, tais como riscos cambiais, de crédito, de mercado, bem como litígios em curso ou alterações legais com impacto potencial na atividade da empresa.
- **Divulgação de eventos subsequentes**: São igualmente incluídas informações sobre eventos relevantes ocorridos após a data de encerramento do exercício, como fusões, aquisições, alterações no capital social, ou modificações nas condições de financiamento que possam ter impacto material sobre a situação financeira da entidade.
- **Facilitação do trabalho de auditoria e análise externa**: As notas explicativas constituem um suporte fundamental para os auditores e analistas financeiros, uma vez que fornecem elementos adicionais que permitem validar, cruzar e compreender a consistência das práticas contabilísticas utilizadas.

Em síntese, o Anexo às Demonstrações Financeiras reforça a transparência e integridade do relato financeiro, sendo indispensável para assegurar uma comunicação clara e completa da posição financeira e do desempenho da entidade. Trata-se de uma ferramenta imprescindível à análise e à avaliação da saúde financeira, promovendo a confiança dos utilizadores da informação contabilística, internos e externos.

2.3.3 Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão constitui um instrumento fundamental de prestação de contas e de comunicação entre a administração da entidade e os seus *stakeholders*. Trata-se de um documento explicativo que complementa as demonstrações financeiras, apresentando um conjunto de informações de natureza económica, financeira e estratégica, que traduzem a situação patrimonial da empresa no momento presente, assim como as perspetivas de desenvolvimento futuro da atividade.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), os membros da administração têm a responsabilidade de:

"1 - Os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, incluindo a demonstração não financeira ou o relatório separado com essa informação, ambos referidos nos artigos 66.º-B e 508.º-G, quando aplicáveis, as contas do exercício, bem como os demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual."

Adicionalmente, o artigo 66.º CSC, define o conteúdo mínimo obrigatório deste relatório, estabelecendo que:

"1 - O relatório de gestão deve conter, pelo menos, uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

O n.º 5 do referido artigo detalha, de forma mais específica, os elementos que devem constar no Relatório de Gestão:

a) *A evolução da gestão nos diferentes sectores em que a sociedade exerceu actividade, designadamente no que respeita a condições do mercado, investimentos, custos, proveitos e actividades de investigação e desenvolvimento;*
b) *Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício;*
c) *A evolução previsível da sociedade;*
d) *O número e o valor nominal ou, na falta de valor nominal, o valor contabilístico das quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas durante o período, a fração do capital subscrito que representam, os motivos desses atos e o*

respetivo preço, bem como o número e valor nominal ou contabilístico de todas as quotas e ações próprias detidas no fim do período;

e) *As autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º;*
f) *Uma proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada.*
g) *A existência de sucursais da sociedade.*
h) *Os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transacções previstas para as quais seja utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição por parte da sociedade aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros."*

Em síntese, o Relatório de Gestão é um documento estratégico e analítico, que visa reforçar a transparência da gestão, apoiar a tomada de decisões informadas e garantir a sustentabilidade e responsabilidade empresarial. A sua elaboração cuidadosa permite uma leitura mais completa da situação da empresa, fomentando a confiança dos investidores, a credibilidade da administração e a qualidade da governação corporativa.

2.3.4 Ata de aprovação de contas

A ata de aprovação de contas constitui um documento oficial e indispensável no contexto da prestação de contas das entidades empresariais. Através desta ata, é registada a decisão tomada por um órgão deliberativo – como a assembleia geral de sócios, acionistas ou membros de uma organização – relativamente à aprovação ou não das demonstrações financeiras e da prestação de contas correspondentes a um determinado exercício económico.

Nos termos do n.º 2 do artigo 63.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), as deliberações dos sócios devem constar obrigatoriamente em ata, sendo esta lavrada no respetivo livro de atas. O conteúdo mínimo da ata, conforme previsto na legislação, deve incluir:

"a) A identificação da sociedade, o lugar, o dia e a hora da reunião;
b) O nome do presidente e, se os houver, dos secretários;
c) Os nomes dos sócios presentes ou representados e o valor nominal das partes sociais, quotas ou acções de cada um, salvo nos casos em que a lei mande organizar lista de presenças, que deve ser anexada à acta;
d) A ordem do dia constante da convocatória, salvo quando esta seja anexada à acta;
e) Referência aos documentos e relatórios submetidos à assembleia;
f) O teor das deliberações tomadas;
g) Os resultados das votações;
h) O sentido das declarações dos sócios, se estes o requererem. "

Para garantir a sua validade jurídica, a ata deve ser assinada e rubricada por todos os participantes da assembleia, refletindo assim a autenticidade dos factos deliberados.

Importância da Ata de Aprovação de Contas

A elaboração e conservação da ata de aprovação de contas reveste-se de especial relevância por diversas razões, nomeadamente:

- **Registo Formal**: Funciona como prova documental da aprovação (ou reprovação) das contas anuais, incluindo as deliberações tomadas, os resultados das votações e eventuais observações dos sócios.
- **Transparência e Conformidade Legal**: Assegura que a entidade cumpre com os requisitos legais e regulamentares em matéria de governação e prestação de contas.
- **Proteção Jurídica**: Constitui uma salvaguarda para os órgãos de gestão e para a própria entidade, evidenciando que as decisões foram tomadas de forma legal, informada e com base em documentos oficiais.
- **Validação das Demonstrações Financeiras**: Confere legitimidade às demonstrações financeiras, evidenciando a aceitação e confiança dos sócios na veracidade dos dados financeiros apresentados.
- **Transparência Interna e Externa**: Favorece uma comunicação clara, coerente e acessível das decisões tomadas relativamente às contas, contribuindo para a confiança dos *stakeholders*.
- **Base para Ações Futuras**: Permite o registo de orientações adicionais, recomendações ou decisões estratégicas que possam orientar a gestão e a atividade futura da organização.

Em síntese, a ata de aprovação de contas representa um elemento essencial no processo de relato financeiro, sendo um pilar da boa governação corporativa, da transparência organizacional e da responsabilidade na gestão das entidades empresariais.

2.3.5 Conclusão do capítulo

As demonstrações financeiras representam um instrumento essencial no contexto da informação económico-financeira, fornecendo aos seus utilizadores dados relevantes sobre os ativos e passivos de uma entidade na data de relato, bem como sobre os gastos incorridos e os ganhos obtidos ao longo do período de referência. Para além disso, evidenciam o fluxo de recursos entre diferentes períodos, permitindo avaliar a evolução financeira da entidade.

Estas informações são particularmente úteis na medida em que permitem aos *stakeholders* analisar a capacidade da entidade para cumprir as suas obrigações financeiras, manter a continuidade da sua operação e prestar bens e serviços de forma sustentada. Adicionalmente, facilitam a identificação dos recursos que serão necessários para garantir a continuidade das atividades no futuro, cumprindo assim com os compromissos assumidos.

As demonstrações financeiras constituem, assim, uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho económico de uma organização. O seu principal objetivo é disponibilizar, de forma clara e compreensível, informações úteis sobre a situação financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, de modo a apoiar um vasto conjunto de utilizadores na tomada de decisões fundamentadas, nomeadamente no que se refere à afetação de recursos (EC, 2003, §§ 12 a 14).

Um dos pilares do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) é a Base para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), que estabelece os requisitos essenciais para garantir a comparabilidade das demonstrações financeiras entre diferentes entidades. Esta comparabilidade é fundamental para assegurar a coerência na comunicação financeira e promover uma análise fidedigna por parte dos utilizadores da informação (SNC, 2018).

Na tabela seguinte, são apresentados os principais conceitos definidos pela BADF, que servem de base para a elaboração e interpretação das demonstrações financeiras:

BADF	Conceito
Continuidade (§2.2)	As demonstrações financeiras são elaboradas com base no pressuposto da continuidade, ou seja, nos próximos 12 meses. Caso a continuidade esteja dependente de determinadas circunstâncias, tal facto deve ser divulgado no anexo.
Regime do acréscimo (§2.3)	As demonstrações financeiras devem ser preparadas de acordo com o regime de acréscimo, com a exceção da demonstração dos fluxos de caixa.
Consistência de apresentação (§2.4)	A apresentação e classificação dos diferentes elementos nas demonstrações financeiras deve ser mantida de um período para o outro (exceto se existir alguma exigência em contrário).
Materialidade e agregação (§2.5)	Cada classe material de elementos semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras, sendo que uma informação é materialmente relevante se a sua incorreção ou omissão puder influenciar as decisões dos utilizadores.
Compensação (§2.6)	A compensação de ativos e passivos, rendimentos e gastos não é permitida, exceto se tiver prevista numa NCRF.
Informação comparativa (§2.7)	A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior, podendo ser apresentada a informação descritiva.

Tabela 4 - Base de apresentação das demonstrações financeiras (BADF)

Fonte: Adaptado Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, 13 julho

2.4 Revisão de literatura III – Análise Económico-financeira

2.4.1 Análise Financeira

A análise financeira constitui um instrumento fundamental na avaliação da situação económico-financeira de uma organização, permitindo interpretar os dados contabilísticos com o objetivo de extrair conclusões relevantes para a tomada de decisões estratégicas. Trata-se de um processo sustentado num conjunto de técnicas e indicadores financeiros que visa identificar pontos fortes e fracos da empresa, acompanhar a sua evolução ao longo do tempo e propor medidas de correção ou reforço, quando necessário.

Segundo Fernandes et al. (2022), a análise financeira "*equivale à realização de uma radiografia da empresa, numa perspetiva de evolução temporal, detetando pontos fortes e fracos e propondo medidas que ultrapassem possíveis fraquezas detetadas*". Esta abordagem implica não apenas a leitura objetiva dos dados, mas a sua interpretação crítica no contexto da realidade económica da organização.

Um dos principais instrumentos desta análise é a utilização de rácios financeiros, que, de acordo com Fernandes et al. (2022), consistem numa "*relação entre dois elementos económicos que tem uma relação de coerência ou de correlação*". Estes rácios permitem analisar diferentes dimensões da atividade empresarial, tais como a liquidez, rentabilidade, eficiência operacional, solvência e estrutura de capital, oferecendo assim uma perspetiva global da sua saúde financeira.

A sua importância é amplamente reconhecida na literatura especializada. Cunha (2013) destaca que os rácios financeiros proporcionam uma avaliação quantitativa dos dados extraídos das demonstrações financeiras – nomeadamente o **balanço, a demonstração dos resultados e a demonstração de fluxos de caixa** – sendo utilizados em contextos diversos como análise interna de gestão, avaliação de risco de crédito, decisões de investimento, entre outros.

A aplicação sistemática de rácios facilita ainda a comparação entre diferentes períodos de uma mesma empresa e entre empresas do mesmo sector, o que permite aferir tendências, aferir competitividade e identificar potenciais desequilíbrios. Neste sentido, os rácios constituem um instrumento sintético, que resume grandes volumes de informação financeira de forma inteligível, como refere Cunha (2013): "*embora não sejam um "medicamento" que cura os problemas das empresas, permitem, contudo, identificar possíveis "doenças"*".

A utilização de rácios como instrumento de previsão da falência empresarial ganhou notoriedade com os modelos de *Altman* (1968) e *Beaver* (1966), que demonstraram a sua eficácia enquanto ferramentas de análise preventiva (Neves, 2014). Contudo, como salienta Nabais (2021), a sua aplicação exige uma análise integrada e contextualizada, pois só a interpretação conjunta de múltiplos rácios pode garantir uma avaliação fiável e completa da condição económica da organização.

Neste sentido, Encarnação (2009) reforça que a análise por rácios permite estabelecer relações significativas entre diferentes rubricas contabilísticas, proporcionando uma leitura mais conclusiva do que seria possível apenas com os valores absolutos. No entanto, conforme destaca Anjos (2021), apesar de a informação financeira ser objetiva, a sua análise comporta sempre uma componente subjetiva, determinada pelo conhecimento, experiência e objetivos específicos do analista. Diferentes analistas podem chegar a conclusões distintas a partir da mesma informação, o que reforça a necessidade de clarificar previamente os objetivos da análise.

Importa ainda salientar que os rácios baseiam-se em dados do passado e são de natureza eminentemente quantitativa. Por essa razão, não são suficientes por si só para avaliar plenamente a condição da empresa nem prever, com segurança, o seu desempenho futuro. Assim, deve sempre complementar-se esta análise com informação qualitativa, a fim de assegurar conclusões mais sólidas e fundamentadas (Anjos, 2021).

Num contexto de crescente complexidade dos mercados e elevado risco financeiro, a administração financeira e a gestão estratégica convergem como duas dimensões indissociáveis. A gestão financeira deve ser integrada num planeamento estratégico global, que oriente a organização no sentido da sua sustentabilidade e competitividade a médio e longo prazo, mesmo em cenários de incerteza e mudança (Cunha, 2013).

Na atualidade, grande parte das empresas enfrenta riscos financeiros significativos, o que exige uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis, de modo a garantir a sua capacidade de financiar projetos de crescimento, desenvolvimento e inovação (Neves, 2012). Por conseguinte, a compreensão rigorosa da situação

económico-financeira da empresa torna-se indispensável para que se possam tomar decisões adequadas à realidade concreta da organização.

Neste sentido, a análise financeira oferece as informações essenciais ao processo de tomada de decisão, conferindo-lhe um carácter lógico, fundamentado e objetivo. Esta análise deve centrar-se em questões cruciais para o funcionamento e crescimento da empresa, tais como: equilíbrio financeiro, rentabilidade, liquidez, endividamento, risco e crescimento sustentável (Sá Silva, 2023).

A importância da análise financeira estende-se a vários grupos de interessados, incluindo:

- Investidores, que avaliam o potencial da empresa antes de aplicar os seus recursos;
- Instituições financeiras, que analisam os balanços e resultados antes de conceder crédito;
- Trabalhadores e sindicatos, para fundamentar negociações salariais;
- Administração fiscal, para garantir a exatidão dos impostos devidos;
- Acionistas, interessados em acompanhar a evolução dos seus investimentos;
- Clientes e fornecedores, que procuram estabilidade e continuidade nas relações comerciais;
- Concorrentes, que comparam a sua performance com os principais atores do sector;
- Gestores da própria empresa, que utilizam a informação para planear, controlar e avaliar as suas atividades e decisões.

Assim, a análise financeira constitui um instrumento de apoio à decisão imprescindível à gestão moderna, sendo uma peça fundamental para a sustentabilidade e competitividade das organizações no contexto empresarial atual.

2.4.2 Gestão Financeira – Aplicabilidade da Análise Financeira

A avaliação financeira desempenha um papel central no processo de tomada de decisão nas organizações, sendo considerada um instrumento imprescindível à gestão estratégica e operacional. De acordo com Sá Silva (2023), a avaliação financeira é essencial por proporcionar uma base sólida e fundamentada para as decisões empresariais, permitindo alinhar os recursos financeiros disponíveis com os objetivos estratégicos definidos pela organização.

Através da análise de indicadores financeiros, da leitura de relatórios de desempenho e da elaboração de projeções económico-financeiras, os gestores e os investidores encontram suporte técnico para formular decisões mais informadas, reduzir custos, otimizar recursos e identificar eventuais desequilíbrios que possam comprometer a estabilidade da organização. Esta informação, quando bem interpretada, torna-se um instrumento de apoio à ação racional e sustentada, diminuindo a incerteza que naturalmente acompanha a gestão empresarial.

A análise financeira, neste contexto, cumpre várias funções críticas para a saúde e sustentabilidade da empresa, podendo ser agrupadas em três domínios principais:

1. **Avaliação do equilíbrio financeiro**: A análise permite aferir a capacidade da empresa para manter uma relação estável entre os seus recursos próprios e alheios, bem como garantir o financiamento adequado das suas atividades correntes. O equilíbrio financeiro é fundamental para assegurar a solvência a curto e médio prazo e evitar ruturas de tesouraria.
2. **Avaliação da rendibilidade da empresa**: Permite medir a eficiência com que os recursos da empresa estão a ser utilizados para gerar resultados, através da análise de rácios como a rendibilidade do ativo, dos capitais próprios e das vendas. Esta vertente é essencial para os investidores e acionistas, uma vez que traduz a capacidade da empresa de gerar valor.
3. **Avaliação do risco económico**: A análise financeira contribui para identificar e quantificar os riscos associados à atividade da empresa, seja ao nível da exposição ao endividamento, da sensibilidade a variações nos custos operacionais ou da vulnerabilidade a alterações do mercado. Este diagnóstico

é vital para antecipar cenários adversos e definir estratégias de mitigação adequadas.

Em síntese, a avaliação financeira ultrapassa a sua tradicional função de instrumento de análise ex post, assumindo-se como uma ferramenta estratégica integrada no processo de planeamento, monitorização e controlo da gestão empresarial. O seu contributo revela-se essencial para uma governação mais eficiente, informada e transparente, promovendo decisões sustentadas e alinhadas com os objetivos de criação e preservação de valor no seio da organização.

2.4.2.1 Equilíbrio Financeiro

O equilíbrio financeiro constitui um pressuposto fundamental para a sustentabilidade e continuidade da atividade empresarial. Este equilíbrio traduz-se na capacidade da organização manter uma estrutura financeira sólida e funcional, capaz de responder eficazmente aos riscos inerentes à sua atividade e de assegurar, de forma consistente, os recursos financeiros necessários ao financiamento das suas operações correntes.

Neste enquadramento, o equilíbrio financeiro reflete-se na harmonia entre as fontes de financiamento (capitais próprios e alheios) e os investimentos realizados, tendo sempre como referência a adequação temporal entre os meios disponíveis e as necessidades financeiras da empresa. Trata-se, assim, de uma correspondência equilibrada entre os prazos de exigibilidade dos passivos e a maturidade dos ativos, garantindo a capacidade da empresa honrar os seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo, de forma sustentável e previsível (Vilela, 2025).

A análise do equilíbrio financeiro deve, por isso, considerar duas dimensões temporais essenciais:

Curto prazo: Avaliação da capacidade da empresa para fazer face aos compromissos imediatos, assegurando a liquidez necessária para cumprir obrigações com fornecedores, trabalhadores, Estado, entre outros.

Médio e longo prazo: Exame da estrutura de capitais e da solvabilidade da empresa, garantindo que os recursos obtidos são adequados ao financiamento dos ativos duradouros e à sustentabilidade financeira futura.

A manutenção do equilíbrio financeiro é, pois, uma condição indispensável para a resiliência e competitividade da empresa, sendo simultaneamente um indicador de boa governação financeira e uma referência central para investidores, credores e demais *stakeholders*.

2.4.2.2 Equilíbrio Financeiro a Curto Prazo

O equilíbrio financeiro a curto prazo diz respeito à capacidade da empresa de manter uma relação equilibrada entre os seus ativos e passivos correntes, assegurando que dispõe de recursos suficientes para satisfazer as suas obrigações de curto prazo, sem necessidade de recorrer, de forma excessiva, a financiamento externo de emergência. Este equilíbrio é essencial para a estabilidade operacional da organização e constitui um dos primeiros indicadores da sua solidez financeira.

Entre os aspetos centrais desta análise destaca-se a liquidez, entendida como a capacidade de converter ativos em numerário de forma célere e sem perda significativa de valor. A presença de níveis adequados de liquidez é fundamental para garantir o funcionamento normal da empresa, uma vez que as dívidas de curto prazo são, geralmente, aquelas que exercem maior pressão sobre a tesouraria e a gestão corrente da organização.

A liquidez geral, enquanto indicador sintético do equilíbrio financeiro a curto prazo, corresponde ao chamado fundo de maneio, isto é, à diferença entre os ativos correntes e os passivos correntes. Segundo, Cunha (2013), este indicador é como uma "*reserva de segurança*" da empresa face às suas responsabilidades imediatas, sendo por isso de particular interesse para os credores e entidades financeiras.

Neste sentido, quanto mais elevado for o valor do rácio de liquidez geral, maior será a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos financeiros de curto prazo, o que reflete uma situação de menor vulnerabilidade e maior autonomia na gestão dos fluxos de caixa. A monitorização contínua deste indicador permite não apenas assegurar o cumprimento pontual das obrigações, mas também reforçar a confiança dos *stakeholders* e prevenir situações de rutura financeira.

Assim, o equilíbrio financeiro a curto prazo, avaliado sobretudo através da análise da liquidez, constitui um pilar essencial da gestão financeira prudente, contribuindo para a continuidade das operações e para a capacidade de resposta imediata da empresa em ambientes de incerteza ou pressão de mercado.

EQUILIBRIO FINANCEIRO A CURTO PRAZO	**LIQUIDEZ GERAL**	**Liquidez Geral = $\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$**			
		Liquidez Geral	**Valor Ideal**	**Valor aceitável**	**Valor critico**
			≥ 2	1,5 ≥ LG ≥ 1,3	< 1
		A liquidez geral é um indicador financeiro que mede a capacidade de uma empresa cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo com os seus ativos correntes disponíveis. (Cunha, 2013)			
	LIQUIDEZ REDUZIDA	**Liquidez Reduzida = $\frac{\text{Ativo Corrente - Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$**			
		Liquidez Reduzida	**Valor Ideal**	**Valor aceitável**	**Valor critico**
			≥ 2	1,5 ≥ LR ≥ 1,3	< 1
		A liquidez reduzida é um rácio que avalia a capacidade de uma empresa honrar as suas obrigações de curto prazo com os ativos líquidos excluindo os stocks. A razão para excluir os stocks é que estes podem não ser rapidamente convertidos em dinheiro, especialmente em emergências financeiras. Este índice é importante porque, em momentos de crise ou necessidade de caixa imediato, os stocks podem não ser uma fonte rápida de liquidez. (Cunha, 2013)			
	LIQIDEZ IMEDIATA	**Liquidez Imediata = $\frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$**			
		Liquidez Imediata	**Valor Ideal**	**Valor aceitável**	**Valor critico**
			≥ 1	= 1	< 1
		A liquidez imediata é um índice financeiro que mede a capacidade de uma empresa pagar as suas obrigações de curto prazo com apenas os ativos mais líquidos, ou seja, aqueles que podem ser convertidos imediatamente em dinheiro, como disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa). (Cunha, 2013)			

Tabela 5 – Indicadores de liquidez

Fonte: Elaboração própria (2024).

2.4.2.3 Equilíbrio Financeiro a Médio e Longo Prazo

O equilíbrio financeiro a médio e longo prazo refere-se à capacidade de uma organização para manter uma estrutura financeira sólida, estável e sustentável, assegurando que os seus ativos de longo prazo estão devidamente financiados por capitais igualmente duradouros e que os compromissos assumidos ao longo do tempo poderão ser cumpridos sem comprometer a viabilidade da empresa.

De acordo com Fernandes et al. (2022), este equilíbrio é determinante para garantir que a empresa possa prosseguir as suas operações de forma estruturada, sustentando o seu desenvolvimento sem enfrentar desequilíbrios financeiros estruturais. Trata-se, pois, de uma condição essencial para a continuidade da atividade económica, para a resiliência perante choques externos e para a capacidade de geração de valor ao longo do tempo.

Importância do Equilíbrio Financeiro a Médio e Longo Prazo

A avaliação da sustentabilidade financeira numa perspetiva de médio e longo prazo permite compreender a verdadeira robustez da organização e a coerência entre os recursos utilizados e os investimentos realizados. Entre os principais benefícios associados à manutenção deste equilíbrio, destacam-se:

Sustentabilidade operacional: Garante que a empresa pode realizar investimentos em ativos fixos sem colocar em risco a sua estabilidade financeira, contribuindo para uma gestão prudente e coerente com os seus objetivos de longo prazo.

Crescimento sustentado: Uma estrutura de capitais bem equilibrada e uma gestão eficiente dos passivos de longo prazo possibilitam à organização expandir as suas operações com menor exposição a riscos financeiros, reforçando a sua capacidade competitiva.

Mitigação de riscos financeiros: Empresas financeiramente equilibradas a longo prazo revelam-se menos vulneráveis a situações de alavancagem excessiva e possuem maior flexibilidade para responder a variações macroeconómicas, como flutuações nas taxas de juro ou recessões.

Capacidade de investimento e inovação: Uma base financeira sólida proporciona à organização maior margem de manobra para investir em inovação,

diversificação e melhoria dos processos, sem depender excessivamente de capital alheio, o que favorece a sua autonomia estratégica (Fernandes et al., 2022).

Práticas para Manter o Equilíbrio Financeiro a Médio e Longo Prazo

A preservação do equilíbrio financeiro a médio e longo prazo exige a adoção de políticas de gestão financeira prudentes e orientadas para o futuro. Segundo Fernandes et al., (2022), algumas das práticas recomendadas incluem:

Alinhamento entre investimentos e fontes de financiamento: Financiamento de ativos duradouros com recursos de longo prazo, evitando o uso de capitais de curto prazo, como créditos bancários de curto vencimento, para suportar investimentos em imobilizado.

Controlo rigoroso do endividamento: Estabelecer uma relação equilibrada entre capital próprio e passivo, assegurando que a estrutura de financiamento não coloque em causa a solvência da empresa.

Acompanhamento permanente do fluxo de caixa: Monitorização contínua das entradas e saídas de tesouraria, garantindo que os recursos operacionais gerados são suficientes para suportar não apenas os custos correntes, mas também os encargos financeiros de médio e longo prazo.

Constituição de reservas e fundos de segurança: Manutenção de níveis adequados de liquidez ou reservas de caixa, capazes de responder a situações imprevistas, reduzindo a dependência de financiamento externo de emergência.

A ausência de uma visão alargada, que considere apenas o equilíbrio de curto prazo, poderá comprometer a estabilidade futura da organização. Uma análise integrada, que contemple simultaneamente os horizontes de curto, médio e longo prazo, é fundamental para garantir a continuidade operacional e a sustentabilidade financeira.

Neste contexto, torna-se imperioso avaliar a capacidade da empresa para cumprir os seus compromissos de longo prazo, mas também compreender a origem e estrutura dos recursos que sustentam as suas operações. Como refere Cunha (2013), só através desta análise alargada será possível preservar as condições essenciais para o funcionamento normal da empresa e, consequentemente, assegurar a sua viabilidade futura.

EQUILIBRIO FINANCEIRO A MÉDIO E LONGO PRAZO

SOLVABILIDADE

Solvabilidade = Capital Próprio / Capital Alheio

Solvabilidade	Valor Ideal	Valor aceitável	Valor critíco
	≥ 0,5	≥ 0,35	< 0,35

A Solvabilidade é um conceito que refere à capacidade de uma empresa honrar os seus compromissos a médio e longo prazo. (Cunha, 2013)

AUTONOMIA FINANCEIRA

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo Total

Autonomia Financeira	Valor Ideal	Valor aceitável	Valor critíco
	≥ 0,5	≥ 0,25	< 0,25

A autonomia financeira de uma empresa traduz-se na capacidade de financiar o seu ativo com os seus capitais próprios, sem a necessidade de recorrer a empréstimos (capital de alheio). Trata-se de um indicador particularmente apreciado pelos especialistas em crédito, auxiliando na avaliação do risco relacionada à estrutura financeira do negócio. (Cunha, 2013)

ENDIVIDAMENTO

Endividamento = Capital Alheio / Capital Total

Endividamento	Valor Ideal	Valor aceitável	Valor critíco
	≥ 0,5	0,5 ≥ X ≥ 0,65	< 0,65

O rácio de endividamento é complementar ao de autonomia financeira, pois indica a dependência da empresa em relação ao capital alheio, representando a proporção do passivo em relação ao total de fontes de financiamento da empresa. (Cunha, 2013)

Estrutura do Endividamento

Estrutura do Endividamento = Capital Alheio de Curto Prazo / Capital Alheio

A estrutura do endividamento avalia a estrutura temporal do capital alheio, averiguando se o endividamento da empresa incide, maioritariamente, no curto prazo ou no médio e longo prazo.
Através deste rácio analisa-se que quanto maior o valor deste rácio, maior o endividamento a curto prazo, o que pode exercer uma situação de constrangimento na tesouraria. Por outro lado, quanto maior o capital alheio de médio e longo prazo, em comparação com o de curto prazo, melhor para a solidez e equilíbrio financeira da empresa. (Cunha, 2013)

Tabela 6 - Solvabilidade, Autonomia Financeira e Endividamento

Fonte: Elaboração própria

2.4.3 Rendibilidade da Empresa

A rentabilidade representa a capacidade de uma empresa gerar lucros a partir das suas operações e investimentos, constituindo-se como um dos indicadores mais relevantes para avaliar a eficácia da gestão e o desempenho económico-financeiro da organização. De acordo com Neves (2012), trata-se de um elemento essencial para aferir não apenas o sucesso das decisões operacionais, mas também a sustentabilidade da empresa ao longo do tempo.

Neste contexto, a análise financeira desempenha um papel determinante ao permitir medir a capacidade da empresa para obter ganhos superiores aos custos incorridos, como resultado de uma gestão eficaz e racional dos recursos disponíveis — sejam eles financeiros, materiais ou humanos (Fernandes et al., 2022).

De forma geral, a avaliação da rentabilidade pode ser conduzida sob duas perspetivas complementares:

- A **perspetiva operacional**, que relaciona os resultados obtidos com o volume de negócios, avaliando a eficácia da atividade corrente da empresa;
- A **perspetiva estratégica**, que relaciona os resultados com o investimento realizado, aferindo o retorno gerado pelos capitais aplicados.

Para ambas as abordagens, recorre-se à utilização de rácios e indicadores financeiros específicos, os quais proporcionam uma visão quantitativa da eficiência na gestão dos recursos e da capacidade da empresa em gerar valor económico (Cunha, 2013). Entre os mais utilizados destacam-se o rácio da rentabilidade do ativo, da rentabilidade dos capitais próprios e da margem líquida de resultados.

A importância da rentabilidade transcende a mera obtenção de lucro contabilístico, assumindo um papel estruturante na definição de estratégias de crescimento e sustentabilidade empresarial. A sua relevância manifesta-se em múltiplas dimensões, nomeadamente:

- **Sustentabilidade do negócio**, assegurando a continuidade da atividade em condições económicas viáveis;
- **Capacidade de investimento e expansão**, permitindo reinvestir lucros em projetos de desenvolvimento e inovação;

- **Atratividade junto de investidores e instituições financeiras**, reforçando a confiança dos *stakeholders*;
- **Criação de valor**, tanto para os acionistas como para a própria organização;
- **Melhoria da eficiência operacional**, ao permitir identificar áreas de desperdício e otimização de recursos;
- **Resiliência em contextos adversos**, como crises económicas ou instabilidade de mercado;
- **Capacidade de inovação**, essencial para manter a competitividade e responder às exigências do mercado;
- **Diferenciação estratégica**, através da criação de vantagens competitivas sustentadas;
- **Reforço da credibilidade e reputação no mercado**, potenciando relações comerciais e institucionais duradouras;
- **Contributo para o impacto social e a sustentabilidade ambiental**, integrando a criação de valor económico com responsabilidade social.

Assim, a análise da rentabilidade ultrapassa a simples medição do resultado líquido, assumindo-se como um instrumento estratégico de diagnóstico e planeamento, indispensável para a tomada de decisões fundamentadas, tanto ao nível operacional como na definição de orientações futuras. É, portanto, um indicador transversal que apoia o crescimento sustentável e a criação de valor duradouro no contexto empresarial contemporâneo.

RENDIBILIDADE DA EMPRESA	**RENDIBILIDADE OPERACIONAL DAS VENDAS**	**Rendibilidade operacional das vendas (ROV)= Resultado Operacional / Volume de negócios X 100** Este indicador mede o retorno em relação ao resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) obtido a partir do volume de negócios realizado durante o período. Ou seja, mede a eficiência com que a empresa gera o lucro a partir das operações principais em relação às vendas, sendo um indicador fundamental para avaliar o desempenho financeiro da empresa e a capacidade de converter as vendas em lucro (Fernandes et al., 2022).
	RENDIBILIDADE LÍQUIDA DAS VENDAS	**Rendibilidade líquidas das vendas (RLV) = Resultado Líquido / Volume de negócios X 100** A rendibilidade líquida das vendas, também conhecida como a margem de lucro líquida, é uma métrica financeira onde é analisada a percentagem do lucro líquido em relação às vendas totais de uma empresa. Esse indicador é fundamental para avaliar a capacidade da empresa em gerar lucros após considerar todas as despesas, incluindo custos operacionais, impostos, juros e outros encargos (Fernandes et al., 2022).
	RENDIBILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO	**Rendibilidade Operacional do ativo (ROA) = Resultado Operacional / Ativo Total X 100** O resultado operacional do ativo é uma métrica que mede a eficiência com que a empresa utiliza os seus ativos para gerar lucro operacional. Ou seja, o ROA mostra o quanto a empresa consegue lucrar com cada unidade de ativo que possui. Quanto maior o seu valor, maior a propensão da empresa gerar resultados (Fernandes et al., 2022).
	Rendibilidade do Capital Próprio	**Rendibilidade Capital Próprio (RCP) = Resultado Líquido / Capital Próprio X 100** A rendibilidade do capital próprio, também conhecido como Return on Equity (REO) é um indicador financeiro onde é medida a capacidade da empresa gerar lucro a partir dos recursos investidos pelos acionistas. Ou seja, o REO demonstra o quanto a empresa consegue retornar em lucro para cada unidade de capital próprio investido pelos seus propriétários. Um REO elevado indica que que a administração está a utilizar o capital próprio de maneira eficaz facilitanto a criação de condições financeiras favoraveis ao contínuo crescimento e desenvolvimento da empresa (Fernandes et al., 2022).

Tabela 7 - Rendibilidade da empresa

Fonte: Elaboração própria

2.4.4 Risco Empresarial

O risco empresarial pode ser definido como o conjunto de incertezas e ameaças que podem comprometer a capacidade de uma organização atingir os seus objetivos estratégicos, financeiros e operacionais. Estes riscos podem ter origem em fatores internos ou externos e impactar diretamente a rentabilidade, sustentabilidade e até a sobrevivência da empresa (Weber & Diehl, 2014).

No domínio da gestão financeira, a análise do risco assume particular importância, sendo abordada tanto sob uma perspetiva económica (operacional) como financeira, ou ainda numa abordagem integrada que considera o ambiente global em que a empresa opera (Silva, 2022).

Principais Tipos de Risco Empresarial

Risco de Mercado: Refere-se às variações nas condições do mercado que influenciam diretamente o desempenho da organização. Este tipo de risco inclui oscilações na procura, alterações nos preços dos produtos ou serviços, aumento da concorrência ou inovações tecnológicas disruptivas.

Exemplos: crises económicas, mudanças nas preferências dos consumidores, obsolescência de produtos por falta de inovação.

Risco Financeiro: Está associado à capacidade da empresa de gerir eficazmente os seus compromissos financeiros, nomeadamente no que diz respeito ao pagamento de dívidas, juros e obrigações com investidores. Este risco aumenta proporcionalmente ao grau de alavancagem financeira e à exposição a variações nas taxas de juro e de câmbio.

Exemplos: aumento das taxas de juro que eleva os custos de financiamento, desvalorização cambial, elevado nível de endividamento.

Risco Operacional: Relaciona-se com a ineficiência ou falhas nos processos internos da organização, podendo incluir desde erros humanos e avarias em equipamentos, até disfunções tecnológicas ou interrupções na cadeia de abastecimento.

Exemplos: falhas de produção, problemas logísticos, avarias de sistemas informáticos, erros de planeamento.

Risco Estratégico: Decorre da tomada de decisões estratégicas inadequadas, que podem comprometer o posicionamento da empresa no mercado ou a sua capacidade de crescimento e inovação.

Exemplos: expansão para mercados não rentáveis, fusões e aquisições mal avaliadas, ausência de inovação em sectores competitivos.

Risco Tecnológico: Está relacionado com a utilização de tecnologias obsoletas ou vulneráveis, o que pode diminuir a eficiência da organização ou torná-la exposta a ameaças como ciberataques.

Exemplos: falha em adotar novas tecnologias, ausência de sistemas de cibersegurança, ataques informáticos.

Risco Político: Deriva de alterações no contexto político e legislativo, que podem afetar diretamente a atividade da empresa, tanto a nível nacional como internacional.

Exemplos: instabilidade governamental, alterações nas políticas fiscais ou comerciais, sanções internacionais, conflitos geopolíticos.

A Importância da Gestão de Riscos Empresariais

Segundo Weber & Diehl (2014), a gestão de riscos é uma componente essencial para a resiliência organizacional e a sustentabilidade a longo prazo. Num ambiente de crescente complexidade e incerteza, torna-se imperativo que as empresas adotem práticas sistemáticas para identificar, avaliar e mitigar os riscos aos quais estão expostas. Entre as principais razões que justificam a relevância desta prática, destacam-se:

Prevenção de perdas: A identificação atempada de riscos potência a sua mitigação, evitando prejuízos de ordem financeira, operacional e reputacional.

Aumento da competitividade: Organizações com sistemas eficazes de gestão de riscos têm maior capacidade de adaptação e de resposta em contextos adversos, o que pode representar uma vantagem competitiva significativa.

Suporte ao planeamento estratégico: O conhecimento claro dos riscos permite à empresa tomar decisões mais fundamentadas, desenvolver estratégias preventivas e preparar-se para cenários adversos.

Proteção dos interesses dos *stakeholders*: A gestão de riscos contribui para a salvaguarda dos interesses de acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas, assegurando a continuidade do negócio e a estabilidade das relações comerciais.

Em suma, o risco é uma dimensão inevitável da atividade empresarial, mas a sua identificação e gestão eficiente constituem fatores determinantes para minimizar impactos negativos e potenciar oportunidades. As organizações que desenvolvem uma cultura sólida de gestão de risco estão mais bem preparadas para enfrentar a incerteza, garantir a continuidade das operações e promover um crescimento sustentável e seguro.

2.4.4.1 Risco Económico

O risco económico traduz-se na probabilidade de os resultados operacionais de uma empresa não atingirem os objetivos previamente definidos, ou seja, de os rendimentos obtidos através da atividade corrente não serem suficientes para cobrir as despesas ou perdas operacionais incorridas. Este tipo de risco está intrinsecamente associado à variabilidade dos resultados operacionais face a alterações no volume de negócios (Fernandes et al., 2022).

A avaliação deste risco é essencial para compreender o grau de sensibilidade da empresa perante oscilações no mercado ou na procura. A forma mais comum de quantificação deste risco é através do Grau de Alavancagem Operacional (GAO) — um indicador que mede o impacto proporcional que uma variação no volume de vendas pode ter sobre o resultado operacional (EBIT) da empresa.

O GAO permite, assim, analisar o comportamento dos custos fixos face à variação da atividade empresarial. Quanto mais elevada for a proporção de custos fixos na estrutura de custos da empresa, maior será a sensibilidade dos resultados operacionais a oscilações no volume de negócios, e, consequentemente, maior será o risco económico.

Um valor elevado do GAO indica que uma pequena redução nas vendas poderá provocar uma queda significativa nos lucros operacionais, refletindo um maior grau de risco associado à estrutura operacional da empresa. Inversamente, empresas com um GAO mais reduzido apresentam uma estrutura de custos mais flexível, e, por isso, uma exposição menor ao risco económico.

Neste sentido, a análise do risco económico, e em particular do **Grau de Alavancagem Operacional**, é uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões estratégicas, nomeadamente no que respeita à estrutura de custos, política de preços, planeamento de produção e avaliação da sustentabilidade das operações em diferentes cenários de mercado.

. Apresentam-se, de seguida, as fórmulas fundamentais utilizadas na determinação do Grau de Alavancagem Operacional (GAO), essenciais para a análise da sensibilidade dos resultados operacionais face a variações no volume de negócios. Estas expressões constituem instrumentos cruciais para a avaliação do risco económico, permitindo uma leitura quantitativa da estrutura de custos da organização e da sua capacidade de absorver oscilações na atividade comercial.

$$\textbf{GAO} = \frac{\frac{\Delta \text{ Res. Operacional}}{\text{Res. Operacional}}}{\frac{\Delta \text{ Vol. Negócios}}{\text{Vol.Negócios}}}$$

A fórmula acima representada pode ser desenvolvida, obtendo-se a equação:

$$\textbf{GAO} = \frac{\text{Margem de Contribuição}}{\text{Resultado operacional}}$$

*** Margem contribuição = Volume de negócios - Gastos Fixos**

Quando o Grau de Alavancagem Operacional (GAO) assume o valor zero, tal significa que não existe risco económico associado à variação do volume de negócios, ou seja, os resultados operacionais da empresa não são afetados por flutuações na atividade comercial. Este cenário, embora teoricamente possível, é raro na prática empresarial, pois implicaria uma estrutura de custos composta exclusivamente por custos variáveis, sem qualquer encargo fixo (Fernandes et al., 2022).

À medida que o valor absoluto do GAO aumenta, cresce também o risco económico, uma vez que se verifica uma maior sensibilidade dos resultados operacionais face a alterações no volume de vendas. Assim, quanto mais elevado for o grau de alavancagem operacional, maior será o impacto de uma eventual quebra no volume de negócios sobre o resultado da empresa, expondo-a a um risco acrescido em contextos de instabilidade ou de procura volátil (Fernandes et al., 2022).

2.4.4.2 Risco Financeiro

O risco financeiro está intrinsecamente relacionado com a estrutura de capital da empresa e resulta, essencialmente, da utilização de capitais alheios para financiar a sua atividade. Este tipo de risco traduz a exposição da empresa a variações nos custos de financiamento, bem como o efeito que tais variações podem ter sobre a rentabilidade dos capitais próprios.

Para a sua avaliação, recorre-se frequentemente ao Grau de Alavancagem Financeira (GAF) — um indicador que mede a sensibilidade dos lucros líquidos do período face a alterações no resultado operacional (EBIT). Este rácio reflete o impacto da estrutura de endividamento na variação dos resultados líquidos disponíveis para os acionistas.

De acordo com Fernandes et al. (2022), quanto mais elevado for o valor do GAF, maior será o risco financeiro associado, uma vez que a empresa se torna mais dependente do serviço da dívida e, por conseguinte, mais vulnerável a flutuações nas taxas de juro ou a uma eventual queda dos seus resultados operacionais.

O GAF assume, assim, um papel relevante na análise da sustentabilidade financeira da empresa, ajudando a compreender até que ponto o uso de financiamento externo amplifica os efeitos positivos (ou negativos) da variação da atividade económica sobre o retorno dos capitais próprios. Trata-se, por isso, de um instrumento indispensável na definição de políticas de financiamento prudentes e na avaliação do equilíbrio entre risco e rentabilidade.

Apresentam-se, em seguida, as fórmulas correspondentes, cuja aplicação é fundamental para a compreensão e análise dos indicadores anteriormente descritos.

$$GAF = \frac{\frac{\Delta \text{ Res. Líquido Período}}{\text{Res. Líquido Período}}}{\frac{\Delta \text{ Res. Operacional}}{\text{Res. Operacional}}}$$

A fórmula acima representada pode ser desenvolvida, obtendo-se a equação:

$$GAF = \frac{\text{Resultado operacional}}{\text{Resultado Antes de Imposto}}$$

2.4.5 Conclusão do capítulo

A análise financeira assume um papel determinante no contexto da gestão empresarial contemporânea, revelando-se um instrumento indispensável para a compreensão da real situação económica e financeira das organizações. Ao permitir uma leitura estruturada dos dados contabilísticos, a análise financeira transforma a informação num verdadeiro suporte à decisão, contribuindo para a definição de estratégias coerentes e sustentáveis.

Através da utilização criteriosa de rácios e indicadores, é possível aferir dimensões essenciais do desempenho organizacional, como a liquidez, a solvência, a rentabilidade e o risco. Estes parâmetros oferecem uma visão clara da capacidade da empresa em gerar valor, cumprir as suas obrigações e adaptar-se às exigências de um mercado em constante mutação. Em particular, a análise do equilíbrio financeiro, tanto a curto como a médio e longo prazo, possibilita avaliar a robustez da estrutura de capitais, a adequação entre os recursos disponíveis e as necessidades de financiamento, bem como a sustentabilidade das operações ao longo do tempo.

Para além disso, a análise da rentabilidade e dos diferentes tipos de risco — económico e financeiro — fornece indicadores decisivos sobre a eficiência da gestão dos recursos, a resiliência da empresa perante adversidades e o grau de exposição às incertezas do mercado. Ferramentas como o Grau de Alavancagem Operacional (GAO) e o Grau de Alavancagem Financeira (GAF) traduzem, de forma objetiva, o impacto das variações na atividade sobre os resultados, alertando para o equilíbrio necessário entre crescimento e prudência.

Assim, a análise financeira não se limita a uma avaliação estática de dados do passado, mas assume uma natureza preditiva e orientadora. É, por isso, um alicerce essencial da governação empresarial moderna, permitindo transformar informação contabilística em conhecimento estratégico, reforçando a capacidade das organizações de tomarem decisões fundamentadas, eficazes e alinhadas com os seus objetivos de longo prazo.

3 Trabalho empírico

3.1 Objetivos e questões de Investigação

O principal objetivo deste estudo consiste em aprofundar o conceito de insolvência, explorando a sua base teórica e compreendendo os impactos que este fenómeno acarreta a nível empresarial, social e económico. A análise visa, assim, clarificar a relevância da insolvência no contexto das organizações e da economia em geral, refletindo sobre as suas implicações tanto para os agentes económicos como para os mercados onde se inserem.

De forma complementar, pretende-se identificar e analisar as variáveis contabilísticas com potencial preditivo da insolvência, compreendendo a sua utilidade e relevância para o diagnóstico precoce de situações de risco. Este objetivo está intrinsecamente ligado ao papel da contabilidade como instrumento essencial de gestão, na medida em que permite à entidade dispor de informação fiável e atempada para a tomada de decisões estratégicas.

No plano empírico, a investigação incide sobre a análise de um conjunto de indicadores financeiros e contabilísticos, cuja evolução pode sinalizar a deterioração da situação económica das organizações, contribuindo para a antecipação de estados de pré-insolvência. Este exercício permitirá avaliar, com base em dados reais, quais os fatores que melhor explicam ou antecipam a ocorrência de insolvência no meio organizacional.

Um dos pontos centrais da investigação consiste em compreender qual o enquadramento organizacional mais propício à criação de valor – não apenas para as próprias empresas, mas também para a economia e sociedade em geral. Neste sentido, reconhece-se que a sustentabilidade organizacional está diretamente relacionada com fatores como: o setor de atividade, a cultura corporativa, a política de gestão adotada, a capacidade de inovação, a competitividade, o posicionamento face à concorrência e a utilização eficiente dos recursos.

A tomada de decisões de investimento, bem como os meios utilizados para a sua concretização, são igualmente aspetos críticos. Um investimento mal estruturado ou desajustado à realidade da empresa pode comprometer seriamente a sua viabilidade económica e conduzir à sua insolvência.

Neste enquadramento, emergem as seguintes questões de investigação, que se procuram responder tanto com base no enquadramento teórico como nas conclusões obtidas a partir da análise prática:

Q01: Qual a importância dada a este tema, em particular ao das variáveis que justificam a insolvência nas organizações ao longo dos anos?

Q02: Como prever a insolvência das organizações através da contabilidade?

Q03: Qual a importância da contabilidade nas organizações, e o seu impacto na gestão?

3.2 Metodologia

Após a análise teórica sobre o conceito de insolvência e a importância da contabilidade nas organizações, torna-se fundamental aprofundar esta temática sob uma perspetiva prática. Os tópicos desenvolvidos anteriormente permitiram compreender que existem diversas variáveis que podem contribuir para a prevenção da insolvência, sendo a organização da contabilidade um fator determinante para a obtenção de resultados fidedignos e para a disponibilização célere de informação útil à gestão.

A relevância de uma contabilidade organizada reside na sua capacidade de proporcionar uma visão clara sobre a viabilidade financeira da organização, permitindo antecipar dificuldades, analisar com maior rigor os investimentos realizados e apoiar a tomada de decisões estratégicas em tempo oportuno. É importante sublinhar que cada entidade deve ser analisada como um caso singular, não sendo sempre possível aplicar de forma rígida os princípios teóricos definidos.

A presente investigação assenta numa abordagem quantitativa, sendo este o método mais utilizado em estudos desta natureza. A abordagem quantitativa permite quantificar perceções e opiniões com base numa amostra significativa, recorrendo a análises estatísticas rigorosas dos dados obtidos, geralmente recolhidos por via de questionários estruturados (Agostinho & Monteiro, 2013).

O instrumento de recolha de dados consistiu num questionário de resposta fechada, aplicado online. Esta modalidade foi escolhida pela sua eficiência na recolha de um elevado número de respostas num curto espaço de tempo, facilitando a participação de um público vasto. O questionário, de caráter académico, foi concebido com respostas objetivas de forma a garantir a clareza e acessibilidade para todos os participantes.

Para uma recolha mais rica de dados, foram incluídas questões com respostas múltiplas e questões com escala de *Likert*, de forma a diversificar, amplificar e qualificar as perceções dos inquiridos. O público-alvo do inquérito incluiu contabilistas certificados, estudantes de contabilidade e profissionais com conhecimentos na área, garantindo uma amostra representativa do setor.

A divulgação do questionário foi efetuada através das redes sociais (*Facebook, LinkedIn*), da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), do e-mail institucional do

ISVOUGA e diretamente junto de gabinetes de contabilidade e departamentos financeiros de empresas. No total, foram obtidas 447 respostas, o que representa uma base sólida de dados para análise e interpretação. O inquérito esteve disponível entre janeiro e maio de 2024.

No respeito pela Regulamentação Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), todas as respostas foram tratadas de forma anónima e confidencial, garantindo a proteção da identidade dos participantes.

As questões de investigação formuladas neste estudo foram operacionalizadas sob a forma de variáveis de análise, sendo essencial compreender a sua relevância e justificação.

A primeira questão de investigação foi abordada através de uma revisão da literatura e análise do enquadramento teórico, com base em fontes normativas e académicas como o CIRE, SNC, Estrutura Conceptual (EC), bem como diversos estudos e obras de referência na área da contabilidade e análise financeira.

A segunda questão procurou compreender de que forma a contabilidade pode identificar sinais de insolvência empresarial, exigindo uma leitura minuciosa da informação financeira da organização. Documentos como o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa constituem ferramentas essenciais para avaliar a situação económico-financeira da entidade e antever riscos de insolvência (Nabais, 2015).

Relativamente à terceira questão, foi realizada uma análise sobre a importância da contabilidade e o impacto que esta tem na gestão das organizações. A contabilidade, mais do que uma simples formalização de transações, é hoje vista como instrumento fundamental de apoio à gestão, fornecendo informação relevante para decisões estratégicas e operacionais (Antunes, 2019). Ao permitir uma leitura clara da situação financeira da empresa, a contabilidade assume-se como pilar da sustentabilidade e eficiência organizacional.

As perguntas do inquérito foram desenhadas com o objetivo de captar as perceções dos profissionais da área sobre o uso da contabilidade como ferramenta preditiva da insolvência, bem como sobre os impactos decorrentes de uma contabilidade desorganizada ou ineficiente.

A escolha deste tema surge da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o papel da contabilidade na gestão das empresas, avaliando os efeitos negativos que podem advir de uma má prática contabilística.

A opção por um inquérito online justificou-se pela facilidade de distribuição, o que permitiu recolher um número de respostas (n=447). A abordagem quantitativa adotada oferece uma base estatística robusta, que possibilita avaliar objetivamente as perceções dos profissionais da área contabilística sobre os temas em análise.

A análise dos dados recolhidos será realizada através do *software IBM SPSS Statistics*, amplamente reconhecido pelas suas capacidades de tratamento estatístico e facilidade de utilização, permitindo gerar resultados fiáveis e adequados às necessidades desta investigação.

O inquérito utilizado encontra-se disponível no Anexo 7 desta dissertação.

3.3 Definição da Amostra

Como referido anteriormente, a presente investigação recorreu à aplicação de um questionário estruturado, constituindo este o instrumento principal para a recolha de dados. Assim, a definição da amostra representa uma etapa essencial em qualquer estudo que envolva a análise estatística de dados empíricos.

A amostragem consiste na seleção de um subconjunto representativo de uma população-alvo, com o intuito de extrair conclusões válidas e generalizáveis sobre o todo, a partir da observação e análise desse grupo. Uma seleção criteriosa e adequada da amostra é determinante para assegurar a validade dos resultados, bem como a sua relevância estatística e aplicabilidade em contextos mais amplos. Além disso, contribui para a eficiência da investigação, uma vez que possibilita a obtenção de dados significativos de forma mais económica e pragmática (Santos & Nogueira, 2024).

Dado que o tema central deste estudo incide sobre a importância da contabilidade na previsão de insolvências empresariais, definiu-se como público-alvo da amostra indivíduos com conhecimento técnico e/ou académico na área da contabilidade. Desta forma, a amostra foi composta por Contabilistas Certificados, estudantes de contabilidade e profissionais com competências específicas na área contabilística.

Ao todo, participaram no estudo 447 indivíduos, permitindo assim uma base robusta de dados para análise quantitativa, com um grau de confiança adequado para a interpretação dos resultados e validação das hipóteses colocadas ao longo da investigação.

3.4 Caracterização da amostra

O presente ponto visa apresentar a caracterização detalhada da amostra envolvida no estudo, com base na análise das respostas obtidas através do instrumento de recolha de dados utilizado – o questionário. Esta caracterização permite enquadrar o perfil dos respondentes, contribuindo para a contextualização e interpretação dos resultados da investigação.

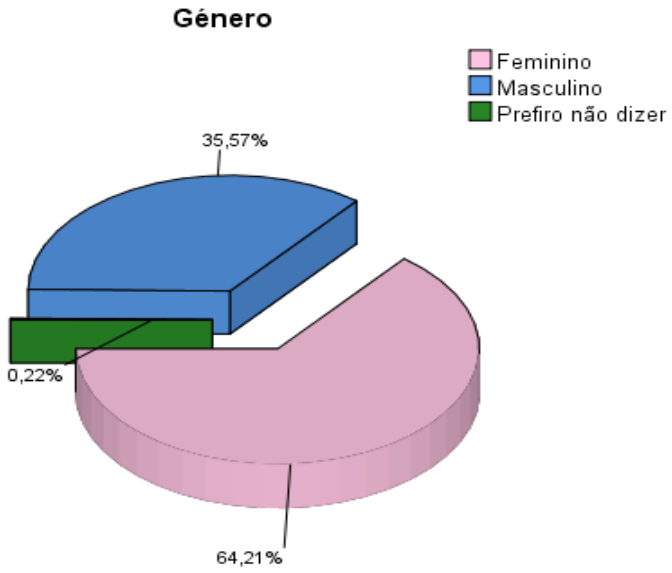


Gráfico 1 - Género

Fonte: Output do SPSS (2024)

No que respeita à variável **género**, observa-se uma predominância da participação do público feminino, representando **64,21%** do total de respondentes. Em contraste, os participantes do sexo masculino correspondem a **35,57%**, enquanto a opção **"Prefiro não dizer"** foi assinalada por **0,22%** dos inquiridos. Estes dados

evidenciam uma maior representatividade do género feminino na amostra considerada.

Relativamente à variável **idade**, recorreu-se à criação de intervalos com limites inferiores e superiores, com o intuito de facilitar a análise e agrupamento dos dados. A tabela apresentada infra permite observar a distribuição etária dos participantes, possibilitando uma leitura mais clara das faixas etárias com maior representatividade no estudo.

Idade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	18 aos 25	87	19,5	19,5	19,5
	26 aos 35	163	36,5	36,5	56,0
	36 aos 45	85	19,0	19,0	75,0
	46 aos 55	86	19,2	19,2	94,2
	56 aos 65	20	4,5	4,5	98,7
	Mais de 65	6	1,3	1,3	100,0
	Total	447	100,0	100,0	

Tabela 8 – Idade dos inquiridos

Fonte: Output do SPSS (2024)

Analisando a distribuição da amostra por faixas etárias, constata-se uma maior concentração de inquiridos no intervalo dos 26 aos 35 anos, com um total de 163 respostas, o que corresponde a 36,5% do total da amostra — evidenciando, assim, uma participação particularmente expressiva deste grupo etário.

De forma relativamente equilibrada, seguem-se as faixas 18-25 anos, 36-45 anos e 46-55 anos, com 87 (19,5%), 85 (19,0%) e 86 (19,2%) respondentes, respetivamente. Estes valores demonstram uma distribuição harmoniosa entre estas faixas etárias intermédias, reforçando a diversidade da amostra no que diz respeito à idade.

Nas faixas de idade mais avançadas, verifica-se uma participação menos expressiva. O grupo dos 56 aos 65 anos contou com 20 inquiridos, representando 4,5% da amostra, enquanto a faixa superior a 65 anos registou apenas 6 respostas, correspondentes a 1,3% do total. Estes dados revelam uma menor representatividade dos participantes mais idosos no presente estudo.

No que diz respeito às habilitações académicas, verifica-se uma clara predominância do público feminino em todos os níveis de escolaridade considerados, reforçando a tendência anteriormente observada na variável género. Conforme se pode observar na tabela abaixo, ao nível da Licenciatura, as mulheres representam 35,3% da amostra, face aos 18,6% dos homens.

No Mestrado, a diferença mantém-se significativa, com 11,0% de participação feminina e 6,5% masculina. No que toca ao Ensino Secundário, as mulheres perfazem 10,5%, enquanto os homens registam 6,3%. Também ao nível da Pós-graduação, a presença feminina é superior (6,9%) face à masculina (4,3%). Por fim, ao nível do Doutoramento, apenas o público feminino apresenta representatividade, ainda que residual, com 0,4%, não tendo sido registada qualquer resposta do género masculino neste grau académico.

Habilitações Académicas vs Género

			Género			
			Masculino	Feminino	Prefiro não dizer	Total
Habilitações Académicas	Ensino secundário	Contagem	28	47	0	75
		% do Total	6,3%	10,5%	0,0%	16,8%
	Licenciatura	Contagem	83	158	1	242
		% do Total	18,6%	35,3%	0,2%	54,1%
	Pós-graduação	Contagem	19	31	0	50
		% do Total	4,3%	6,9%	0,0%	11,2%
	Mestrado	Contagem	29	49	0	78
		% do Total	6,5%	11,0%	0,0%	17,4%
	Doutoramento	Contagem	0	2	0	2
		% do Total	0,0%	0,4%	0,0%	0,4%
Total		Contagem	159	287	1	447
		% do Total	35,6%	64,2%	0,2%	100,0%

Tabela 9 - Habilitações académicas vs Género

Fonte: Output do SPSS (2024)

A análise da variável localização geográfica dos inquiridos, com base na tabela apresentada infra, revela uma clara predominância de respostas provenientes da região Norte, com um total de 321 participantes, o que corresponde a 71,8% do total da amostra. Esta forte representatividade destaca a concentração geográfica da maioria dos respondentes nesta zona do país.

Em segundo lugar, surge a região Centro, com 21,7% das respostas, seguida da região Sul, que reúne 4,9% dos inquiridos. No que respeita às Regiões Autónomas, registaram-se percentagens mais residuais, com a Região Autónoma da Madeira a representar 1,1% da amostra e a Região Autónoma dos Açores com 0,4%.

Importa ainda salientar que, em linha com os dados anteriormente analisados, a participação do público feminino mantém-se superior à do público masculino em todas as regiões consideradas, reforçando a sua expressiva representatividade nesta investigação.

Zona Geográfica vs Género

			Género			
			Masculino	Feminino	Prefiro não dizer	Total
Qual a sua zona geográfica?	Norte	Contagem	110	211	0	321
		% do Total	24,6%	47,2%	0,0%	71,8%
	Centro	Contagem	31	66	0	97
		% do Total	6,9%	14,8%	0,0%	21,7%
	Sul	Contagem	14	8	0	22
		% do Total	3,1%	1,8%	0,0%	4,9%
	Ilha da Madeira	Contagem	2	2	1	5
		% do Total	0,4%	0,4%	0,2%	1,1%
	Ilha dos Açores	Contagem	2	0	0	2
		% do Total	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%
Total		Contagem	159	287	1	447
		% do Total	35,6%	64,2%	0,2%	100,0%

Tabela 10 - Zona Geográfica vs Género

Fonte: Output do SPSS (2024)

Ao proceder à análise cruzada entre a situação profissional dos inquiridos e as suas faixas etárias, verifica-se que a maior parte dos indivíduos em situação laboral ativa se concentra nas idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos, intervalo que corresponde, em conjunto, a mais de metade da amostra. Este dado revela uma predominância de respondentes em plena fase de desenvolvimento das suas carreiras profissionais, facto que pode explicar o elevado grau de envolvimento e interesse demonstrado na temática abordada.

No que diz respeito aos inquiridos em situação de desemprego, observa-se uma distribuição relativamente dispersa entre os grupos etários mais jovens (18-25 anos) e intermédios (36-45 anos), o que pode refletir, por um lado, o início de percurso profissional e, por outro, os desafios de reintegração no mercado de trabalho numa fase de transição. Já os inquiridos que se encontram reformados situam-se, naturalmente, nas faixas superiores a 65 anos, sendo este grupo o menos representado na amostra.

Relativamente à articulação entre a situação profissional e as habilitações académicas, constata-se que a maioria dos respondentes com níveis de qualificação mais elevados, nomeadamente Licenciatura, Mestrado e Pós-graduação, se encontra inserida no mercado de trabalho. Este dado reforça a ideia de que a formação académica avançada está positivamente associada à empregabilidade, corroborando tendências identificadas em estudos anteriores sobre a valorização da qualificação no contexto profissional.

Por outro lado, entre os inquiridos em situação de desemprego, verifica-se uma presença mais acentuada de indivíduos com habilitações ao nível do Ensino Secundário, o que pode indicar a existência de maiores dificuldades de acesso ou permanência no mercado de trabalho por parte deste grupo. No entanto, a presença de desempregados com formação superior, embora menos expressiva, não é inexistente, apontando para a complexidade das dinâmicas laborais atuais, nas quais a qualificação, embora essencial, não garante por si só estabilidade profissional.

Esta análise multidimensional permite, assim, compreender melhor o perfil sociodemográfico da amostra e as possíveis implicações que as características dos inquiridos podem ter na forma como percecionam o papel da contabilidade na previsão de insolvências organizacionais. A predominância de profissionais ativos e

qualificados confere robustez e atualidade às conclusões do estudo, dado que estas opiniões são maioritariamente oriundas de indivíduos com experiência prática e conhecimento direto das dinâmicas empresariais contemporâneas.

Situação Profissional vs Género

			Género			
			Masculino	Feminino	Prefiro não dizer	Total
Qual a sua situação profissional?	Empregado	Contagem	150	257	1	408
		% do Total	33,6%	57,5%	0,2%	91,3%
	Desempregado	Contagem	5	28	0	33
		% do Total	1,1%	6,3%	0,0%	7,4%
	Reformado	Contagem	4	2	0	6
		% do Total	0,9%	0,4%	0,0%	1,3%
Total		Contagem	159	287	1	447
		% do Total	35,6%	64,2%	0,2%	100,0%

Tabela 11 - Situação Profissional vs Género

Fonte: Output do SPSS (2024)

Com base na análise da tabela apresentada, verifica-se que a maior parte dos inquiridos exerce a sua atividade profissional em pequenas e médias empresas (PME), representando 31,3% do total da amostra. De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, consideram-se médias entidades aquelas que, à data do balanço, não excedam dois dos três seguintes limites:

- Total do balanço: 20.000.000€
- Volume de negócios líquido: 40.000.000€
- Número médio de empregados durante o período: 250

Seguem-se as microentidades, com 27,3% dos inquiridos a indicarem trabalhar em organizações com esta classificação. Nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, as microentidades são definidas como aquelas que, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três seguintes critérios:

- Total do balanço: 350.000€
- Volume de negócios líquido: 700.000€
- Número médio de empregados durante o período: 10

No que respeita às grandes empresas, 22,1% dos participantes referem trabalhar neste tipo de organização. Conforme estabelecido no n.º 4 do artigo 9.º, consideram-se grandes entidades aquelas que, à data do balanço, ultrapassem dois dos três limites fixados para as médias empresas, anteriormente referidos.

Ainda no âmbito desta análise, 16,3% dos inquiridos indicam estar inseridos em pequenas entidades. Segundo o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, uma entidade é classificada como pequena quando, à data do balanço, **não ultrapassa dois dos três limites seguintes**:

- Total do balanço: 4.000.000€
- Volume de negócios líquido: 8.000.000€
- Número médio de empregados durante o período: 50

Por fim, 2,9% dos inquiridos referem desempenhar funções no Setor Público (Estado). De acordo com o n.º 5 do mesmo artigo, as entidades de interesse público — entre as quais se incluem organismos estatais — são igualmente consideradas grandes entidades, dada a sua dimensão, relevância e impacto económico-social.

Importa ainda referir que, nesta variável, tal como em outras analisadas ao longo do estudo, se verifica uma predominância de inquiridos localizados na zona Norte do país, o que reforça a tendência anteriormente observada no que diz respeito à distribuição geográfica da amostra.

Dimensão da empresa em que exerce/exerceu a sua atividade profissional vs Zona Geográfica?

			Zona geográfica					
			Norte	Centro	Sul	Ilha da Madeira	Ilha dos Açores	Total
No percurso laboral que obtém/obteve, qual a dimensão da empresa em que exerce/exerceu a sua atividade profissional?	Micro-Entidade	Contagem	91	25	6	0	0	122
		% do Total	20,4%	5,6%	1,3%	0,0%	0,0%	27,3%
	Pequena empresa	Contagem	55	14	1	2	1	73
		% do Total	12,3%	3,1%	0,2%	0,4%	0,2%	16,3%
	Pequena e média empresa	Contagem	94	32	11	2	1	140
		% do Total	21,0%	7,2%	2,5%	0,4%	0,2%	31,3%
	Grande empresa	Contagem	73	22	4	0	0	99
		% do Total	16,3%	4,9%	0,9%	0,0%	0,0%	22,1%
	Estado	Contagem	8	4	0	1	0	13
		% do Total	1,8%	0,9%	0,0%	0,2%	0,0%	2,9%
Total		Contagem	321	97	22	5	2	447
		% do Total	71,8%	21,7%	4,9%	1,1%	0,4%	100,0%

Tabela 12 - Situação profissional vs Zona Geográfica

Fonte: Output do SPSS (2024)

A análise do tipo de entidade empregadora permite estabelecer inferências relevantes sobre o contexto profissional dos inquiridos e, por conseguinte, sobre as suas perceções relativamente ao papel da contabilidade na prevenção de situações de insolvência. A predominância de respostas provenientes de profissionais que exercem funções em pequenas e médias empresas (PME) e microentidades — que, em conjunto, representam cerca de 58,6% da amostra — revela-se particularmente significativa, considerando o grau de vulnerabilidade que estas organizações frequentemente apresentam face a perturbações económicas, financeiras e de mercado.

Neste tipo de estruturas empresariais, onde os recursos são mais limitados e a margem para erro é reduzida, a contabilidade assume um papel ainda mais crítico na gestão estratégica e no acompanhamento da performance financeira. A necessidade de um controlo rigoroso dos fluxos de caixa, da rentabilidade e dos rácios de solvência torna a informação contabilística uma ferramenta indispensável à antecipação de sinais de instabilidade e à adoção de medidas corretivas em tempo útil.

A elevada presença de inquiridos provenientes de micro e pequenas entidades pode, assim, contribuir para uma perceção mais sensível e realista da contabilidade

enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão e prevenção de insolvência. Estas organizações, muitas vezes privadas de departamentos financeiros robustos, dependem fortemente da atuação do contabilista certificado como parceiro estratégico na gestão e no planeamento financeiro.

Por outro lado, os inquiridos que laboram em grandes empresas ou em entidades públicas, embora representem uma menor percentagem da amostra, trazem uma perspetiva complementar, muitas vezes mais institucionalizada, sobre o papel da contabilidade, valorizando aspetos como a transparência, o cumprimento normativo e o reporte estruturado. A presença de controlos internos mais consolidados e de departamentos especializados poderá influenciar uma perceção da contabilidade mais orientada para a conformidade e a governação corporativa, sem, no entanto, descurar a sua dimensão analítica e preditiva.

Assim, é possível concluir que a diversidade de contextos organizacionais representados neste estudo enriquece a análise empírica e confere maior amplitude às conclusões obtidas. A contabilidade revela-se transversal a todas as realidades, assumindo-se como um pilar fundamental na gestão e na sustentabilidade organizacional, independentemente da dimensão ou setor de atividade da entidade.

3.5 Análise dos resultados das questões de Investigação

Após a caracterização detalhada da amostra utilizada no presente estudo, procede-se, nesta secção, à análise do comportamento dos inquiridos face às questões formuladas no questionário aplicado. Esta análise visa interpretar, de forma rigorosa e sistematizada, os dados recolhidos, proporcionando uma compreensão estatística das perceções, opiniões e práticas dos participantes relativamente aos tópicos investigados.

Deste modo, dar-se-á início à apresentação e exploração das questões constantes do inquérito, através da aplicação de técnicas estatísticas adequadas, com o intuito de evidenciar padrões de resposta, tendências e possíveis correlações entre variáveis. Esta abordagem permitirá não só validar os objetivos definidos na investigação, mas também sustentar as conclusões a partir de uma base empírica sólida.

3.5.1 QI1 - Qual a importância dada a este tema, em particular ao das variáveis que justificam a insolvência nas organizações ao longo dos anos?

3.5.1.1 Na sua opinião, qual o papel da contabilidade a nível empresarial e social?

Opções de resposta: Sem importância; Pouco importante; Razoavelmente importante; Importante; Muito importante;

A contabilidade desempenha um papel incontornável na gestão financeira das organizações, sendo um alicerce fundamental para a tomada de decisões estratégicas, o controlo eficiente dos custos, a elaboração de orçamentos e o cumprimento das obrigações fiscais. Para além da sua função empresarial, contribui de forma significativa para a transparência financeira, reforçando a confiança de investidores, parceiros e entidades financiadoras (Nabais, 2015).

No plano social, a contabilidade assume igualmente uma função de relevo, ao promover a responsabilidade social das empresas, permitindo a monitorização e divulgação de práticas sustentáveis, bem como o seu impacto positivo na sociedade. Simultaneamente, desempenha um papel relevante na gestão dos recursos públicos, na promoção da transparência das políticas governamentais e no estímulo à

estabilidade económica e social, favorecendo a criação de emprego e o bem-estar coletivo (Sampaio, 2021).

No âmbito do presente estudo, a questão "Na sua opinião, qual o papel da contabilidade a nível empresarial e social?" permitiu aferir as perceções dos inquiridos relativamente à importância atribuída à contabilidade nestas duas dimensões.

Os dados recolhidos e representados graficamente evidenciam uma valorização bastante expressiva da contabilidade: 77,9% dos respondentes consideram que esta assume um papel muito importante tanto a nível empresarial como social. Por sua vez, 18,8% classificam o seu papel como importante, enquanto 3,1% a consideram razoavelmente importante. Apenas 0,2% dos participantes atribuem à contabilidade um papel sem importância.

Estes resultados reforçam a perceção de que a contabilidade é amplamente reconhecida como um pilar essencial, não só para a eficiência interna das organizações, mas também para a construção de uma sociedade mais transparente, sustentável e economicamente equilibrada.

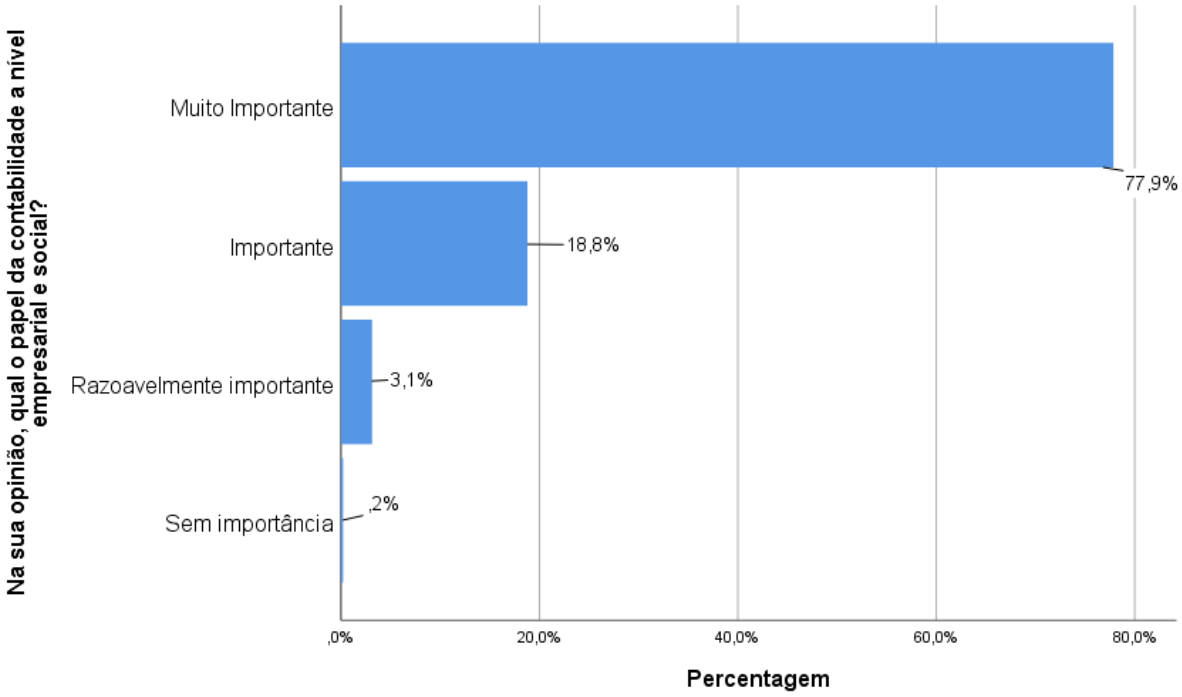


Gráfico 2 - Perceção sobre o Papel da Contabilidade nas Organizações e na Sociedade

Fonte: Output do SPSS (2024)

Através da análise da tabela cruzada que se apresenta nesta secção, é possível observar a distribuição geográfica das respostas relativamente à importância atribuída à contabilidade, tanto a nível empresarial como social.

Na sua opinião, qual o papel da contabilidade a nível empresarial e social? VS Qual a sua zona geográfica?

			Norte	Centro	Sul	Ilha da Madeira	Ilha dos Açores	Total
7. Na sua opinião, qual o papel da contabilidade a nível empresarial e social?	Sem importância	Contagem	0	0	0	1	0	1
		% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%
	Razoavelmente importante	Contagem	11	2	0	1	0	14
		% do Total	2,5%	0,4%	0,0%	0,2%	0,0%	3,1%
	Importante	Contagem	59	20	4	1	0	84
		% do Total	13,2%	4,5%	0,9%	0,2%	0,0%	18,8%
	Muito importante	Contagem	251	75	18	2	2	348
		% do Total	56,2%	16,8%	4,0%	0,4%	0,4%	77,9%
Total		Contagem	321	97	22	5	2	447
		% do Total	71,8%	21,7%	4,9%	1,1%	0,4%	100,0%

Tabela 13 - Papel da Contabilidade por Zona Geográfica

Fonte: Output do SPSS (2024)

Através da análise da tabela cruzada que se apresenta nesta secção, é possível observar a distribuição geográfica das respostas relativamente à importância atribuída à contabilidade, tanto a nível empresarial como social.

Verifica-se que a zona Norte do país foi a que registou a maior representatividade, com um total de 321 respostas, das quais 251 inquiridos (56,2%) consideraram que a contabilidade desempenha um papel muito importante. Este valor destaca-se claramente face às restantes regiões, evidenciando uma forte valorização do papel da contabilidade neste território.

Adicionalmente, nas regiões Centro e Sul, registaram-se 75 e 18 respostas na mesma categoria de importância, correspondendo a 16,8% e 4%, respetivamente. Estes dados confirmam uma tendência generalizada de reconhecimento do papel fundamental da contabilidade no contexto empresarial e social, com variações apenas residuais entre regiões.

No que respeita às Regiões Autónomas, obtiveram-se duas respostas na Região Autónoma da Madeira e duas na Região Autónoma dos Açores, correspondendo cada uma a 0,4% do total. Embora estas regiões estejam sub-representadas na amostra, importa destacar que, na Região Autónoma da Madeira, verificou-se uma resposta que classificou a contabilidade como "sem importância", representando 0,2% do total. Este dado, embora estatisticamente pouco expressivo, merece registo por constituir uma opinião divergente relativamente ao padrão maioritário.

Em suma, a análise geográfica das respostas permite concluir que existe uma valorização transversal da contabilidade no panorama nacional, sendo particularmente acentuada na zona Norte, o que poderá refletir uma maior sensibilização dos agentes económicos desta região para a importância da informação contabilística como suporte à gestão e à responsabilidade social empresarial.

3.5.1.2 Baseado na sua experiência, a Contabilidade é:

Opções de resposta: Ciência, Processo para a tomada de decisão; Informação; Análise; Estratégia; Controlo; Negócio; Planeamento; (das 8 escolher 4 opções)

Com base nos dados obtidos através do inquérito, os participantes foram convidados a indicar, entre oito opções possíveis, aquelas que melhor representam o papel da contabilidade segundo a sua experiência. As opções apresentadas foram: Ciência, Processo para a tomada de decisão, Informação, Análise, Estratégia, Controlo, Negócio e Planeamento, sendo solicitado aos inquiridos que selecionassem quatro.

A análise das respostas na tabela abaixo permitiu identificar as quatro opções mais frequentemente escolhidas, evidenciando a perceção predominante sobre a função da contabilidade nas organizações:

Análise	332	74,3%
Ciência	69	15,4%
Controlo	288	64,4%
Estratégia	183	40,9%
Informação	286	64,0%
Negócio	79	17,7%
Planeamento	223	49,9%
Proc. para a tomada de decisão	315	70,5%

Tabela 14 - Análise da Contabilidade
Fonte: Output do SPSS (2024)

Após o estudo realizado, pode-se concluir que:

- **Análise** (74,3%): Os inquiridos consideram que a contabilidade assume um papel central na análise detalhada das informações financeiras, permitindo interpretar resultados e orientar decisões fundamentadas;
- **Processo para a tomada de decisão** (70,5%): A contabilidade é vista como um instrumento essencial na avaliação de dados financeiros que sustentam a escolha de estratégias adequadas;
- **Controlo** (64,4%): Destaca-se a sua relevância no acompanhamento e supervisão das operações financeiras, assegurando a conformidade normativa e promovendo a eficiência;
- **Informação** (64,0%): É igualmente valorizado o contributo da contabilidade na organização e disponibilização de dados que sustentam o processo de tomada de decisão e avaliação de desempenho.

Adicionalmente, foi analisada a perceção dos inquiridos relativamente à importância da contabilidade no meio organizacional, recorrendo a uma escala de *Likert*. Através da análise da tabela cruzada correspondente, concluiu-se que a dimensão “Transparência” é aquela que recolhe maior consenso na escala “Muito Importante”, refletindo a valorização da clareza e fiabilidade da informação contabilística.

Outros dois aspetos com elevada representatividade foram o “Planeamento e suporte à tomada de decisão”, com 280 respostas (62,6%), e a “Análise e avaliação de desempenho”, com 227 respostas (50,8%). Estes dados reforçam a noção de que a contabilidade é amplamente reconhecida como um instrumento fundamental para a gestão estratégica e para o acompanhamento rigoroso do desempenho organizacional.

	Sem importância		Pouco importante		Razoavelmente importante		Importante		Muito importante	
	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha
Planeamento e suporte à tomada de decisão	6	1,3%	5	1,1%	31	6,9%	125	28,0%	280	62,6%
Análise e avaliação do desempenho	4	0,9%	10	2,2%	42	9,4%	164	36,7%	227	50,8%
Apoio e controlo das atividades da empresa	4	0,9%	7	1,6%	46	10,3%	178	39,8%	212	47,4%
Melhorar a competitividade da empresa	6	1,3%	17	3,8%	92	20,6%	171	38,3%	161	36,0%
Criação de valor aos stakeholders pela gestão eficiente de recursos	4	0,9%	11	2,5%	61	13,6%	189	42,3%	182	40,7%
Transparência	4	0,9%	7	1,6%	23	5,1%	114	25,5%	299	66,9%

Tabela 15 - A importância da contabilidade no meio organizacional

Fonte: Output do SPSS (2024)

A contabilidade assume um papel determinante no contexto organizacional, sobretudo ao promover a transparência das operações financeiras, disponibilizando informações claras, rigorosas e fidedignas sobre a situação económica da empresa. Esta transparência constitui um pilar essencial para o planeamento estratégico, na medida em que permite não só identificar oportunidades de crescimento, como também antecipar e gerir potenciais riscos.

Paralelamente, a contabilidade revela-se um instrumento de suporte à tomada de decisão, ao fornecer um conjunto estruturado de dados que sustenta escolhas racionais e fundamentadas por parte dos gestores. Ao assegurar a fiabilidade da informação disponibilizada, a contabilidade contribui de forma inequívoca para a definição de estratégias eficazes e para a melhoria do desempenho organizacional.

3.5.2 QI2 - Como prever a insolvência das organizações através da contabilidade?

3.5.2.1 A contabilidade pode prever a insolvência nas organizações?

No âmbito da presente investigação, foi colocada aos inquiridos a seguinte questão: *"A contabilidade pode prever a insolvência nas organizações?"* A análise das respostas obtidas revelou uma larga concordância quanto à capacidade preditiva da contabilidade neste domínio.

Dos 447 inquiridos, 96,6% (n = 432) responderam afirmativamente, reconhecendo que a contabilidade pode, de facto, antecipar situações de insolvência. Por outro lado, apenas 3,4% (n = 15) manifestaram uma opinião contrária.

Importa referir que estas respostas negativas se distribuem geograficamente da seguinte forma: 3 inquiridos pertencem à Região Autónoma da Madeira, 2 à zona Centro e 10 à zona Norte do país. Esta distribuição territorial poderá refletir diferentes perceções regionais relativamente ao papel da contabilidade na antecipação de dificuldades financeiras, podendo constituir um ponto de interesse para futuras investigações.

Na sua opinião, a contabilidade pode prever a insolvência nas organizações? VS Qual a sua zona geográfica?

			Norte	Centro	Sul	Ilha da Madeira	Ilha dos Açores	Total
A contabilidade pode prever a insolvência nas organizações?	Sim	Contagem	311	95	22	2	2	432
		% do Total	69,6%	21,3%	4,9%	0,4%	0,4%	96,6%
	Não	Contagem	10	2	0	3	0	15
		% do Total	2,2%	0,4%	0,0%	0,7%	0,0%	3,4%
Total		Contagem	321	97	22	5	2	447
		% do Total	71,8%	21,7%	4,9%	1,1%	0,4%	100,0%

Tabela 16 - Contabilidade e Previsão de Insolvência

Fonte: Output do SPSS (2024)

A contabilidade assume um papel fundamental na gestão financeira das organizações, proporcionando uma base sólida para o planeamento estratégico e para a análise rigorosa de dados financeiros, essenciais à tomada de decisões informadas, nomeadamente no que respeita a decisões de investimento.

Através de mecanismos de avaliação e gestão de riscos, a contabilidade permite não só antecipar desafios de natureza financeira, como também mitigar os seus impactos, promovendo uma gestão orientada para o desempenho sustentado. Neste contexto, destaca-se ainda o seu contributo na identificação precoce de sinais de dificuldade financeira, possibilitando a adoção de medidas de reestruturação económica que assegurem a viabilidade e sustentabilidade da organização a longo prazo.

A análise da tabela que se apresenta de seguida permite compreender o posicionamento dos inquiridos face à importância da contabilidade na prevenção de situações de insolvência, evidenciando a perceção generalizada do seu valor enquanto ferramenta estratégica de apoio à gestão organizacional.

	Sem importância		Pouco importante		Razoavelmente importante		Importante		Muito importante	
	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha
Planeamento	5	1,2%	14	3,5%	50	12,3%	156	38,5%	180	44,4%
Análise de dados	4	1,0%	4	1,0%	19	4,5%	130	31,1%	261	62,4%
Decisão de investimentos	3	0,7%	9	2,2%	36	8,7%	155	37,6%	209	50,7%
Gestão de avaliação de riscos	5	1,2%	4	1,0%	31	7,4%	127	30,5%	250	60,0%
Previsão	2	0,5%	6	1,5%	52	12,8%	176	43,5%	169	41,7%
Gestão de desempenho	3	0,8%	11	2,8%	70	17,5%	178	44,6%	137	34,3%
Identificação de dificuldades financeiras	3	0,7%	4	0,9%	18	4,3%	122	28,9%	275	65,2%
Restruturação financeira	4	1,0%	5	1,2%	37	9,0%	144	35,0%	221	53,8%

Tabela 17 - Itens Importantes na Previsão de Insolvência

Fonte: Output do SPSS (2024)

Para a análise da questão *"Quais dos itens têm mais importância na previsão de insolvências?"* recorreu-se à utilização de uma escala de *Likert*, pela sua reconhecida eficácia na recolha de perceções subjetivas. Esta abordagem metodológica apresenta vantagens significativas, nomeadamente a simplicidade das opções de resposta, que facilita a compreensão por parte dos inquiridos e reduz a probabilidade de erro, contribuindo para uma análise estatística mais fiável, consistente e de fácil interpretação.

Através da tabela apresentada, observa-se que as respostas se concentram maioritariamente nas categorias "Importante" e "Muito importante", o que demonstra a relevância atribuída pelos inquiridos aos diferentes fatores analisados na previsão de insolvências.

No que respeita à categoria “Muito importante”, destacam-se os seguintes itens:

- **Análise de dados, com 261 respostas**, correspondendo a 62,4% do total;
- **Gestão de avaliação de riscos**, com 250 respostas, representando 60% dos inquiridos.

Já na categoria “Importante”, os itens com maior expressão foram:

- **Gestão de desempenho**, com 178 respostas (44,6%);
- **Previsão**, com 176 respostas (43,5%).

Estes resultados evidenciam que, na perceção dos inquiridos, a análise e interpretação de dados, bem como a gestão de riscos, são considerados os fatores mais críticos na antecipação de situações de insolvência, enquanto a gestão contínua de desempenho e a capacidade preditiva também assumem um papel relevante no processo.

A contabilidade assume, nas organizações contemporâneas, um papel determinante, não apenas como instrumento de registo e controlo, mas também como ferramenta estratégica ao serviço da gestão. No contexto atual, marcado pelo avanço tecnológico e pela crescente complexidade dos mercados, áreas como a análise de dados, gestão de riscos, gestão de desempenho e previsão adquiriram uma importância incontornável para os profissionais da contabilidade e da gestão.

A **análise de dados** destaca-se como uma ferramenta indispensável, permitindo o tratamento de grandes volumes de informação financeira com o intuito de identificar tendências, padrões e anomalias. Esta capacidade analítica viabiliza a produção de relatórios mais rigorosos e relevantes, orientando a tomada de decisões com base em dados concretos e objetivos, o que, por sua vez, contribui para a eficiência operacional e o aumento da rentabilidade das organizações (Nabais, 2015).

A **gestão de avaliação de riscos**, por seu lado, envolve a identificação, avaliação e mitigação dos riscos de natureza financeira e operacional. Através de análises aprofundadas, os profissionais conseguem antecipar riscos de diversas tipologias — como os riscos de crédito, de mercado ou fiscais — e implementar estratégias adequadas para a sua minimização, assegurando assim a estabilidade e continuidade financeira das entidades (Pacheco et al., 2021).

A **gestão de desempenho** representa outro pilar essencial da função contabilística, na medida em que promove o acompanhamento sistemático dos resultados financeiros, comparando-os com os objetivos traçados. Este processo de monitorização contínua permite a identificação de desvios e oportunidades de melhoria, conduzindo a ajustamentos estratégicos que favorecem a otimização dos lucros e o reforço da competitividade (Lima Monteiro & Rocha, 2023).

Por fim, a **previsão** financeira desempenha um papel vital na contabilidade contemporânea, possibilitando a projeção de cenários futuros com base em dados históricos e modelos analíticos. Esta capacidade preditiva constitui um elemento-chave do planeamento estratégico, permitindo às organizações antecipar desafios e preparar-se para os mesmos, enquanto identificam novas oportunidades de crescimento e inovação (Monteiro & Rocha, 2023).

Para efeitos de análise dos indicadores considerados mais relevantes na **previsão de insolvências empresariais**, foi colocada aos inquiridos a seguinte questão:
"Para prever a insolvência de uma empresa é importante analisar diversos fatores financeiros e operacionais. Dos pontos apresentados, indique os que considera mais importantes (das 7 opções apresentadas, selecione apenas 4)."

As opções disponíveis incluíam: Demonstrações financeiras, Indicadores financeiros, Gestão de caixa, Análise setorial e de mercado, Histórico de tendências, Riscos operacionais e estratégicos, e Análise qualitativa (referente à reputação da empresa, da administração e à capacidade de inovação).

A análise das respostas, conforme ilustrado na tabela abaixo, revelou uma clara preferência por indicadores de natureza financeira. Destacaram-se, em primeiro lugar, as Demonstrações Financeiras, com 395 respostas (88,6%), seguidas pelos Indicadores Financeiros, com 354 respostas (79,4%), evidenciando o forte reconhecimento da sua importância no diagnóstico precoce de potenciais situações de insolvência.

Num segundo plano, com percentagens compreendidas entre os 70% e os 40%, surgem os seguintes fatores: Riscos operacionais e estratégicos, Análise setorial e de mercado, Gestão de caixa, e a Análise qualitativa, esta última englobando

perceções sobre a reputação da organização, a qualidade da sua administração e a sua capacidade de inovação.

Estes resultados demonstram que, embora os instrumentos financeiros tradicionais continuem a ser valorizados de forma prioritária, existe também uma crescente atenção a fatores de natureza operacional e qualitativa, cuja análise integrada pode proporcionar uma visão mais abrangente e preventiva do risco de insolvência nas organizações.

	Contagem	% de N da coluna
Demonstrações financeiras	395	88,6%
Indicadores financeiros	354	79,4%
Riscos operacionais e estratégicos	299	67%
Análise setorial e de mercado	203	45,5%
Gestão de caixa	191	42,8%
Análise qualitativa (Reputação da empresa, da administração e capacidade de inovação)	180	40,4%
Histórico de tendências	86	19,3%

Tabela 18 – Indicadores de análise de fatores financeiros e operacionais

Fonte: Output do SPSS (2024)

As demonstrações financeiras constituem um dos instrumentos mais relevantes para a avaliação da saúde financeira de uma organização, uma vez que refletem de forma estruturada a sua posição patrimonial, os seus resultados económicos e o desempenho global ao longo de determinado período. Através da análise destas demonstrações, é possível calcular indicadores financeiros essenciais, como os rácios de liquidez, rentabilidade e endividamento, os quais permitem aferir o grau de eficiência operacional, a capacidade de gerar retorno e o nível de solvência da empresa.

Paralelamente, a gestão de riscos operacionais deve ser considerada uma prioridade estratégica, dado que envolve a identificação e mitigação de fatores internos que possam comprometer a continuidade e a estabilidade das operações empresariais. A antecipação destes riscos permite às organizações adotar medidas preventivas, garantindo maior resiliência face a imprevistos.

A análise setorial e de mercado assume também um papel crucial, ao possibilitar a compreensão do posicionamento da organização dentro do seu sector

de atividade, bem como a identificação de tendências emergentes ou desafios externos que possam impactar negativamente o seu desempenho económico-financeiro.

Neste mesmo enquadramento, a gestão de caixa revela-se determinante para assegurar a liquidez necessária ao cumprimento das obrigações financeiras, bem como para permitir que a empresa capitalize oportunidades de investimento quando estas surgem. Uma gestão eficiente do fluxo de caixa é, por isso, um indicador-chave da solidez operacional de uma entidade.

Por fim, não menos importante, destaca-se a análise qualitativa, que contempla fatores não financeiros como a reputação da empresa, a qualidade da administração e a capacidade de inovação. Estes elementos, embora de natureza intangível, influenciam diretamente a perceção de risco por parte de investidores, clientes e demais *stakeholders*, condicionando a atratividade da organização no mercado e o seu potencial de crescimento sustentável.

3.5.2.2 A prestação de contas

Conforme anteriormente referido, a apresentação das contas constitui um processo central na contabilidade, assumindo um papel determinante na promoção da transparência da informação financeira e no reforço da responsabilidade organizacional em conformidade com as boas práticas do sector. Este processo contempla a preparação e divulgação das demonstrações financeiras — nomeadamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa — que têm como finalidade evidenciar, de forma clara e estruturada, a posição económica e financeira da entidade.

Nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 1 (NCRF 1) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), estas demonstrações devem ser obrigatoriamente apresentadas pelo menos uma vez por ano (§9). Contudo, a relevância da apresentação das contas ultrapassa largamente o mero cumprimento de exigências legais, assumindo uma dimensão estratégica. De facto, este processo fortalece a credibilidade da organização, suporta decisões de investimento e financiamento e permite uma gestão mais eficiente dos riscos financeiros e operacionais. Simultaneamente, promove a transparência perante entidades externas

— como investidores, instituições financeiras e entidades reguladoras —, fomentando a confiança no mercado e contribuindo para a sustentabilidade e bom funcionamento da empresa (Antunes, 2019).

No âmbito do questionário aplicado, os dados obtidos demonstram que uma maioria dos inquiridos (55,27%) considera que a apresentação das contas empresariais deve ocorrer com periodicidade mensal, enquanto 36,53% entende que tal deveria ser feita trimestralmente. Estes resultados revelam uma tendência para uma frequência mais elevada na divulgação da informação financeira, refletindo a crescente necessidade de monitorização regular e atualizada da performance económico-financeira das organizações.

Importa ainda referir que, de acordo com o n.º 5 do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), *"O relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas devem ser apresentados e apreciados nos três primeiros meses de cada ano civil"*. Assim, considerando que o ano civil corresponde ao período de janeiro a dezembro, os documentos de prestação de contas referentes a um determinado exercício devem ser apresentados até ao dia 31 de março do ano seguinte.

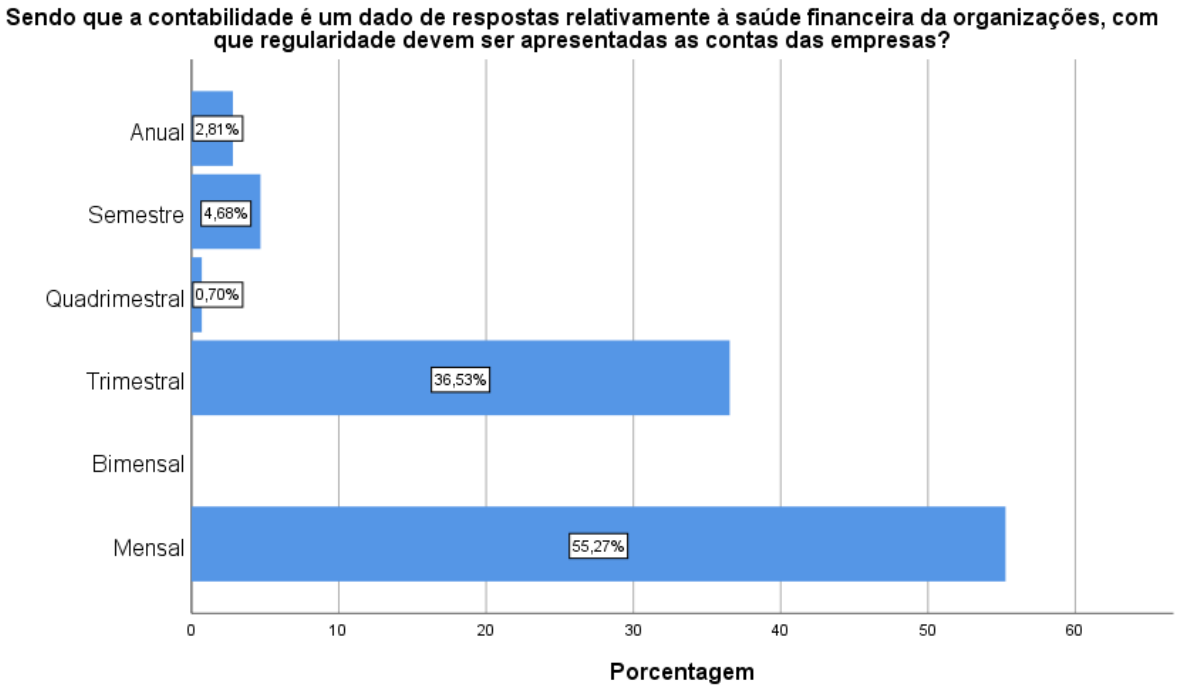


Gráfico 3 – Apresentação da prestação de contas

Fonte: Output do SPSS (2024)

A prestação de contas nas organizações assenta em pressupostos fundamentais que asseguram a transparência, a fiabilidade e a utilidade da informação financeira disponibilizada. Estes princípios constituem a base sobre a qual se desenvolve o relato contabilístico, promovendo a confiança dos *stakeholders* nas demonstrações financeiras apresentadas.

Entre os pressupostos mais relevantes destacam-se os seguintes:

- **Prudência:** A contabilidade deve ser conduzida com cautela, antecipando riscos e perdas potenciais, sem sobrevalorizar ativos ou receitas. Este princípio assegura uma representação realista e conservadora da situação financeira da empresa, conforme previsto no parágrafo 37 do Enquadramento Conceptual (EC).
- **Continuidade:** As demonstrações financeiras devem ser elaboradas com base no pressuposto de que a entidade continuará em funcionamento num futuro previsível, salvo evidência em contrário. Tal condiciona a avaliação de ativos e passivos, partindo do princípio de que não há intenção ou necessidade de liquidação iminente. Este conceito encontra-se definido no §23 do EC.
- **Periodicidade:** A informação contabilística deve ser apresentada de forma regular e sistemática, geralmente com periodicidade anual, permitindo o acompanhamento e análise comparativa do desempenho económico-financeiro da organização. Esta exigência encontra-se consagrada no §9 da NCRF 1.
- **Comparabilidade:** A aplicação consistente de métodos contabilísticos ao longo do tempo garante a comparabilidade entre períodos, facilitando a análise evolutiva e a interpretação dos dados financeiros. Este princípio está consagrado no §39 do EC.
- **Materialidade:** Apenas devem ser incluídas nas demonstrações financeiras informações relevantes, ou seja, aquelas que possam influenciar as decisões económicas dos utilizadores da informação. O princípio da materialidade visa evitar a omissão de dados significativos ou a inclusão de informações irrelevantes, conforme definido no §29 do EC.

A observância destes pressupostos contribui para que as demonstrações financeiras apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica e financeira da entidade, sendo assim instrumentos essenciais para a tomada de decisões por parte de investidores, credores e restantes partes interessadas. A correta prestação de contas constitui, por conseguinte, um pilar da boa gestão, da conformidade legal e da reputação organizacional no mercado.

No âmbito da análise dos indicadores, foi colocada aos inquiridos a seguinte questão: *"A prestação de contas tem como finalidade comunicar e informar tanto a situação financeira como operacional aos seus stakeholders. A prestação de contas deve: (Das 8 propostas apresentadas, escolha apenas 4)"*. As opções fornecidas incluíam: Garantir a transparência, Ajudar na tomada de decisão, Ser confiante e credível, Auxiliar na avaliação de desempenho da empresa, Ter responsabilidade, Estudar investimentos, Analisar estratégias e Avaliar a eficácia do modelo de negócio.

A análise dos dados recolhidos revela que, numa escala de preferência compreendida entre 50% e 85%, os inquiridos destacaram como prioritárias as seguintes quatro dimensões: garantir a transparência, ser confiante e credível, ajudar na tomada de decisão e auxiliar na avaliação do desempenho da empresa. Estes resultados evidenciam que os participantes atribuem maior relevância às funções da prestação de contas que promovem a clareza da informação, a fiabilidade dos dados apresentados, o suporte à gestão estratégica e o acompanhamento do desempenho organizacional.

	Contagem	% de N da coluna
Garantir a transparência	378	84,6%
Ser confiante e credível	340	76,1%
Ajudar na tomada de decisão	331	74,0%
Auxiliar na avaliação de desempenho da empresa	278	62,2%
Avaliar a eficácia no modelo de negócio	158	35,3%
Analisar estratégias	148	33,1%
Ter responsabilidade	92	20,6%
Estudar investimentos	51	11,4%

Tabela 19 - Indicadores da prestação de contas

Fonte: Output do SPSS (2024)

3.5.3 QI3 - Qual a importância da contabilidade nas organizações, e o seu impacto na gestão?

3.5.3.1 Uma vez que a contabilidade é direcionada para os negócios, acha que a contabilidade e o modelo de negócio devem estar em sintonia?

Tal como referido anteriormente, a contabilidade constitui uma ferramenta essencial para o funcionamento eficaz das organizações, indo muito além do mero registo de transações. Trata-se de um instrumento que permite obter uma visão aprofundada sobre a saúde financeira da empresa e sobre o seu desempenho operacional. Neste contexto, coloca-se a seguinte questão: *"Uma vez que a contabilidade é direcionada para os negócios, acha que a contabilidade e o modelo de negócio devem estar em sintonia?"*

A pertinência desta pergunta reside na necessidade de compreender de que forma a contabilidade pode ser alinhada com a estratégia empresarial, de modo a assegurar que as decisões financeiras tomadas são coerentes com o modelo de negócio adotado e com o ambiente em que a organização se insere. Como defendem Paiva & Carvalho (2021), este alinhamento pode revelar-se crucial para garantir a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo da empresa.

Quando existe uma sintonia efetiva entre contabilidade e modelo de negócio, a contabilidade pode fornecer informações precisas e relevantes que orientam a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o ajustamento de políticas, otimização de recursos e maximização da rentabilidade. Por exemplo, num modelo de negócio assente na inovação, a contabilidade deverá estar preparada para acompanhar de forma detalhada os investimentos em investigação e desenvolvimento. Por outro lado, um modelo centrado na eficiência operacional exigirá um controlo rigoroso dos custos e dos fluxos de caixa.

Relativamente à análise estatística da questão colocada e através do gráfico apresentado, verifica-se que 94,85% dos inquiridos considera que a contabilidade e o modelo de negócio devem, efetivamente, estar alinhados, ao passo que apenas 5,15% discorda dessa afirmação. Estes resultados evidenciam uma perceção amplamente consensual sobre a importância desta articulação para a gestão estratégica e financeira das organizações.

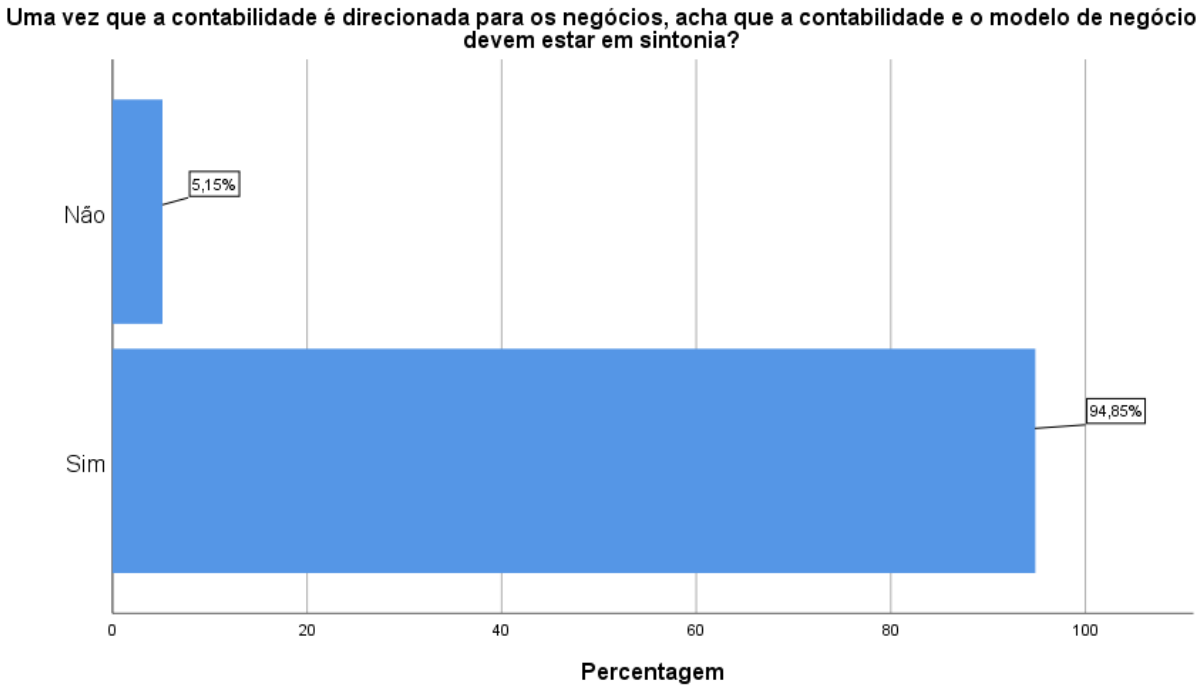


Gráfico 4 - A Contabilidade e o modelo de negócio

Fonte: Output do SPSS (2024)

Para avaliar a perceção dos inquiridos quanto à importância da contabilidade no modelo de negócio, recorreu-se à utilização de uma escala de *Likert*, reconhecida pela sua simplicidade e eficácia. Esta escala permite uma melhor compreensão das opções de resposta por parte dos participantes, reduzindo a margem de erro e facilitando a análise quantitativa subsequente dos dados recolhidos.

Através da análise da tabela cruzada que se segue, observou-se que, na categoria “Muito importante”, o fator mais destacado foi a fiabilidade, com um total de 282 respostas, o que representa 66,5% dos inquiridos. Este resultado evidencia a valorização da contabilidade como um instrumento essencial para a produção de informação fidedigna e consistente, reforçando o papel da contabilidade como base para a confiança na gestão empresarial.

Estes resultados reforçam a ideia de que a contabilidade é amplamente reconhecida como um instrumento de apoio à gestão estratégica, sendo considerada essencial não apenas para o cumprimento das exigências legais, mas também como base para uma atuação empresarial informada, sustentada e orientada para o sucesso a longo prazo.

Seguem-se, em termos de relevância, os pontos “Cumprimento das obrigações regulatórias e fiscais”, com 269 respostas (63,4%), e “Visão clara do desempenho financeiro”, com 259 respostas (61,1%). Estes resultados sublinham o reconhecimento da contabilidade não apenas como uma ferramenta de conformidade legal, mas também como um mecanismo fundamental para a monitorização e interpretação do desempenho económico da organização.

Na categoria “Importante”, destacam-se os fatores “Avaliação da viabilidade do modelo de negócio”, com 175 respostas (41,3%), e “Planeamento estratégico”, com 173 respostas (40,8%). Estes dados indicam que os inquiridos reconhecem a contabilidade como um suporte fundamental na análise da sustentabilidade do modelo empresarial, bem como no delineamento de estratégias futuras.

Por fim, o ponto “Tomada de decisão” registou 144 respostas, correspondendo a 34%, confirmando que a contabilidade é amplamente percecionada como um apoio direto aos processos decisórios dentro da organização.

Em suma, os resultados obtidos evidenciam uma clara valorização das diferentes dimensões da contabilidade no contexto do modelo de negócio, com especial ênfase na fiabilidade da informação, na conformidade regulatória e na capacidade de oferecer uma leitura objetiva e sistematizada do desempenho financeiro da empresa.

	Sem importância		Pouco importante		Razoavelmente importante		Importante		Muito importante	
	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha	Contagem	% de N da linha
Visão clara do desempenho financeiro	2	0,5%	5	1,2%	18	4,2%	140	33,0%	259	61,1%
Tomada de decisão	2	0,5%	6	1,4%	20	4,7%	144	34,0%	252	59,4%
Planeamento estratégico	3	0,7%	6	1,4%	29	6,8%	173	40,8%	213	50,2%
Avaliação na viabilidade do modelo de negócio	2	0,5%	10	2,4%	33	7,8%	175	41,3%	204	48,1%
Cumprimento nas obrigações regulatórias e fiscais	2	0,5%	7	1,7%	24	5,7%	122	28,8%	269	63,4%
Fiabilidade	2	0,5%	5	1,2%	15	3,5%	120	28,3%	282	66,5%

Tabela 20 - A importância da contabilidade no modelo de negócio

Fonte: Output do SPSS (2024)

A contabilidade assume um papel central no alinhamento e no sucesso de qualquer modelo de negócio, ao disponibilizar as ferramentas e informações indispensáveis para garantir a fiabilidade dos dados financeiros e, consequentemente, a sustentabilidade da empresa a longo prazo. A fiabilidade da informação contabilística revela-se um dos pilares fundamentais neste processo, uma vez que assegura que gestores, investidores e demais *stakeholders* disponham de uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas, seguras e fundamentadas.

Adicionalmente, a contabilidade desempenha uma função crucial no que respeita ao cumprimento das obrigações regulatórias e fiscais, assegurando que a organização atua em conformidade com o quadro legal em vigor. Este cumprimento não só evita sanções legais e fiscais, como também preserva a reputação institucional e a estabilidade financeira da empresa (Paiva & Carvalho, 2021).

Através das demonstrações financeiras, a contabilidade oferece uma leitura clara e sistemática do desempenho financeiro da organização, permitindo analisar indicadores como lucros, custos e rentabilidade. Esta informação é essencial para a avaliação da viabilidade do modelo de negócio, pois permite aferir se os resultados obtidos estão alinhados com os objetivos estratégicos definidos, ou se, pelo contrário, se justificam reajustamentos no modelo adotado (Paiva & Carvalho, 2021).

Paralelamente, a contabilidade revela-se uma aliada fundamental no planeamento estratégico, ao fornecer dados quantitativos e qualitativos que permitem projetar o futuro da empresa com base em cenários financeiros realistas e sustentáveis. Através desta base informativa, os gestores podem ajustar o modelo de negócio de forma a maximizar a eficiência, identificar novas oportunidades de crescimento e mitigar potenciais riscos (Paiva & Carvalho, 2021).

Em última instância, a contabilidade suporta a tomada de decisão, oferecendo dados detalhados e rigorosos sobre a saúde financeira da organização. Esta base analítica permite que as decisões estratégicas sejam tomadas com maior grau de confiança, reduzindo a incerteza e contribuindo para uma gestão mais eficaz (Paiva & Carvalho, 2021).

3.5.3.2 A contabilidade e a digitalização

A contabilidade e a digitalização encontram-se, cada vez mais, intrinsecamente ligadas, fruto do processo de transformação digital que tem vindo a marcar profundamente o tecido empresarial contemporâneo. Esta evolução tecnológica tem trazido avanços significativos na área contabilística, nomeadamente através da automação de processos, como o registo de transações e a elaboração de relatórios financeiros, promovendo ganhos expressivos em termos de eficiência operacional e redução de erros humanos.

A implementação de *softwares* especializados e sistemas de informação integrados tem possibilitado uma gestão financeira mais ágil, precisa e transparente,

enquanto garante o acesso remoto e em tempo real aos dados financeiros. Esta capacidade de monitorização contínua torna-se especialmente relevante num contexto empresarial em constante mutação, onde a rapidez na tomada de decisões pode representar uma vantagem competitiva determinante.

Além disso, a digitalização tem contribuído para simplificar o cumprimento das obrigações fiscais e legais, através da otimização da gestão documental e da automatização de tarefas rotineiras. Desta forma, a contabilidade digital não se limita a melhorar a eficiência dos processos internos, mas reforça também a sua função estratégica ao proporcionar uma base sólida para decisões mais informadas, céleres e sustentáveis (Magalhães, 2023).

No sentido de aferir a perceção dos inquiridos relativamente ao impacto da digitalização na comunicação interna das organizações, foi colocada a seguinte questão:
"*Acha que a digitalização poderá ser uma mais-valia para a comunicação e colaboração entre diferentes departamentos de uma empresa*?"

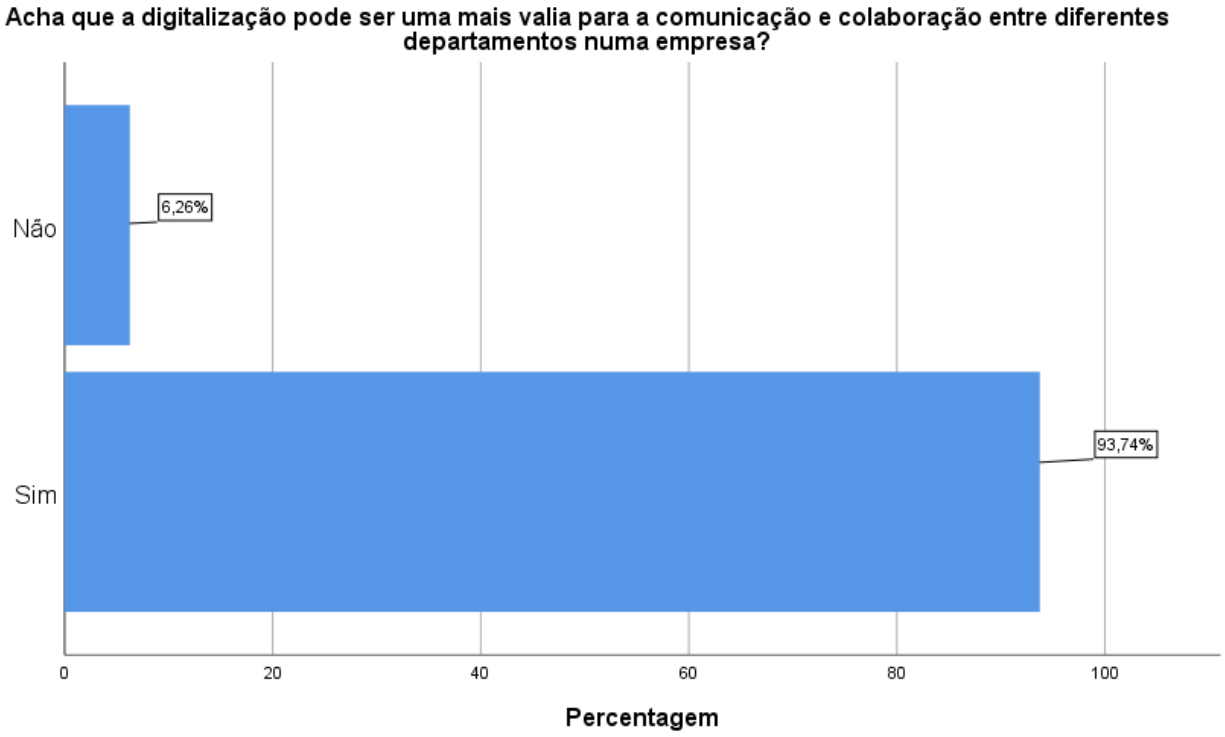


Gráfico 5 - Importância da digitalização na Contabilidade

Fonte: Output do SPSS (2024)

Através da análise do gráfico acima, observa-se que 93,74% dos respondentes indicou concordar com esta questão, revelando um elevado grau de concordância quanto ao potencial da digitalização como facilitadora da comunicação e cooperação interdepartamental. Este resultado evidencia uma forte consciência por parte dos participantes relativamente aos benefícios da tecnologia na articulação entre áreas funcionais distintas, promovendo um fluxo de informação mais eficiente e uma maior coesão organizacional.

Assim, os dados recolhidos confirmam que a digitalização é percecionada como uma mais-valia não apenas para os processos contabilísticos, mas também para o funcionamento integrado e colaborativo das organizações, reforçando o seu papel como pilar estratégico na gestão contemporânea.

Reconhecendo as múltiplas vantagens que a digitalização proporciona ao exercício da contabilidade, procurou-se aferir, junto dos inquiridos, quais os benefícios mais valorizados neste processo de transformação digital. Para tal, foi colocada a seguinte questão de resposta condicionada: **"***Se respondeu sim, indique quais as vantagens da digitalização: (Das 6 propostas apresentadas, escolha apenas 3)*.

As opções apresentadas foram as seguintes:

- *Aumento da eficiência operacional*
- *Redução de custos*
- *Maior acessibilidade e partilha de informação*
- *Tomada de decisões mais ágil e precisa*
- *Inovação*
- *Adaptação rápida às mudanças do mercado"*

Através da análise dos dados constantes na tabela abaixo, verifica-se que os inquiridos privilegiam três grandes dimensões como principais vantagens da digitalização aplicada à contabilidade.

A opção "Maior acessibilidade e partilha de informação" foi a mais selecionada, com 79,5% das respostas. Este resultado demonstra a forte valorização da

digitalização enquanto facilitadora do acesso remoto, em tempo real, e da comunicação eficaz entre diferentes áreas da organização, contribuindo assim para um ambiente mais colaborativo e integrado.

Seguidamente, destaca-se a opção “Aumento da eficiência operacional”, com 75,9% das respostas. Este dado reforça a ideia de que a automatização de processos e a eliminação de tarefas repetitivas potenciam uma gestão contabilística mais ágil, precisa e orientada para resultados, reduzindo o tempo necessário para o cumprimento de tarefas rotineiras.

Em terceiro lugar, surge a “Redução de custos”, assinalada por 62,1% dos inquiridos, revelando a perceção de que a digitalização contribui diretamente para otimizar os recursos financeiros, quer pela diminuição de erros, quer pela racionalização de processos e da necessidade de recursos humanos dedicados exclusivamente a tarefas administrativas.

	Contagem	% de N da coluna
Maior acessibilidade e compartilhamento de informação	333	79,5%
Aumento da eficiência operacional	318	75,9%
Redução de custos	260	62,1%
Tomada de decisões mais ágil e precisa	205	48,9%
Inovação	129	30,8%
Adaptação rápida às mudanças do mercado	127	30,3%

Tabela 21 - Vantagens da digitalização na contabilidade

Fonte: Output do SPSS (2024)

Estes resultados evidenciam que, para os participantes no estudo, a digitalização não é apenas um fenómeno tecnológico, mas sim uma alavanca estratégica com impacto direto na eficiência, comunicação e sustentabilidade económica das organizações. A sua integração na contabilidade é, assim, amplamente reconhecida como um fator de modernização e vantagem competitiva no contexto atual.

A digitalização tem-se revelado um fator profundamente transformador na área da contabilidade, introduzindo um conjunto de benefícios que têm alterado, de forma estrutural, a forma como as organizações gerem e organizam as suas finanças. Esta

transição digital tem contribuído para a modernização dos processos contabilísticos, promovendo não só a sua eficiência como também a sua integração estratégica nas empresas.

Um dos principais avanços apontados pelos inquiridos diz respeito à maior acessibilidade e partilha de informação fidedigna. A digitalização permite que contabilistas, gestores e restantes *stakeholders* tenham acesso a dados e relatórios atualizados, em tempo real e a partir de qualquer localização, promovendo uma comunicação mais fluida e uma partilha de informação mais eficaz entre departamentos. Este acesso imediato e permanente a informação financeira rigorosa melhora significativamente a precisão na análise dos dados e a qualidade da tomada de decisões, ao reduzir o tempo de resposta e eliminar a fragmentação da informação (Quadros et al., 2023).

Outro aspeto amplamente valorizado é o aumento da eficiência operacional, decorrente da automatização de tarefas anteriormente executadas manualmente, como a introdução de dados, reconciliações bancárias ou a preparação de demonstrações financeiras. A utilização de *softwares* especializados possibilita a redução do tempo despendido em tarefas repetitivas e administrativas, libertando os profissionais de contabilidade para funções de maior valor estratégico, como o planeamento financeiro, a análise de desempenho ou a assessoria à gestão (Benedicto et al, 2023).

Por fim, destaca-se a redução de custos como um dos impactos mais tangíveis da digitalização. A eliminação de processos manuais, a diminuição do uso de papel, a gestão digital de documentos e a automatização de tarefas contribuem para minimizar erros, retrabalho e desperdícios, resultando numa contabilidade mais económica, sustentável e eficaz. Além disso, a racionalização de recursos humanos em funções operacionais traduz-se numa estrutura organizacional mais enxuta e orientada para a produtividade (Magalhães, 2023).

Estes resultados reforçam a perceção generalizada de que a digitalização não só potencia a eficiência dos processos contabilísticos, como contribui diretamente para a criação de um ambiente empresarial mais dinâmico, preciso, colaborativo e economicamente sustentável.

3.5.4 Definição de contabilidade em 3 palavras:

Na última questão do questionário aplicado, foi solicitado aos inquiridos que definissem a contabilidade em três palavras à sua escolha, com total liberdade de expressão. Esta pergunta teve como objetivo identificar as palavras mais frequentemente associadas à contabilidade, permitindo assim compreender a forma como esta área é percecionada de forma intuitiva e espontânea pelos participantes.

A análise das respostas obtidas permitiu a construção de uma tabela com as 25 palavras mais repetidas, representando os conceitos mais recorrentes na perceção coletiva dos inquiridos. Esta abordagem qualitativa complementa a análise estatística desenvolvida ao longo do estudo, evidenciando os valores, funções e características mais associados à contabilidade no imaginário dos respondentes.

Na tabela seguinte apresentam-se, por ordem decrescente de frequência, as 25 palavras mais mencionadas pelos participantes, fornecendo uma visão sintética, mas reveladora do papel que a contabilidade desempenha, na prática e na perceção social, enquanto instrumento de apoio à gestão, à transparência e ao controlo financeiro das organizações.

Através da análise da tabela apresentada, é possível identificar as cinco palavras com maior incidência nas respostas dos inquiridos, o que permite compreender com maior profundidade os conceitos que, na sua perceção, melhor caracterizam a contabilidade. As palavras mais recorrentes foram “Transparência”, “Informação”, “Análise”, “Fiabilidade” e “Tomada de decisão”.

Estes resultados revelam uma clara valorização da contabilidade enquanto instrumento de apoio à gestão e à comunicação organizacional, destacando-se, em primeiro lugar, a transparência, que traduz a importância da contabilidade na disponibilização de informação clara, acessível e isenta. Em segundo lugar, surge a palavra informação, reforçando a ideia da contabilidade como fonte estruturada de dados financeiros essenciais à atividade empresarial.

A presença destacada da palavra análise evidencia a sua função interpretativa e analítica, na medida em que os dados contabilísticos não são apenas registados, mas também processados com vista à extração de indicadores úteis à avaliação do desempenho organizacional. A fiabilidade, por sua vez, sublinha a importância da confiança nos dados produzidos pela contabilidade, garantindo a sua coerência,

consistência e conformidade com as normas aplicáveis. Por fim, a tomada de decisão surge como resultado direto da utilização desta informação fiável e analisada, sendo a contabilidade percecionada como um suporte fundamental à definição de estratégias empresariais sustentadas.

	Contagem
Transparência	65
Informação	57
Análise	46
Fiabilidade	45
Tomada de decisão	40
Controlo	37
Importante	36
Rigor	33
Gestão	33
Ciência	23
Credível	20
Responsabilidade	18
Imprescindível	17
Essencial	17
Planeamento	15
Organização	15
Fundamental	14
Estratégica	14
Saúde Financeira	13
Precisão	12
Eficiente	12
Imagem verdadeira e apropriada	11
Registo	10
Espelho	10
Crescimento	10

Tabela 22 - Definição de contabilidade

Fonte: Output do SPSS (2024)

Desta forma, estas cinco palavras-chave sintetizam, de forma representativa, o modo como os inquiridos compreendem o papel da contabilidade nas organizações: como um sistema estruturado de produção de informação fiável, ao serviço da transparência e da tomada de decisões informadas.

3.6 Principais Conclusões do Trabalho Empírico

O presente trabalho empírico permitiu alcançar uma compreensão aprofundada e alicerçada na evidência sobre o papel incontornável da contabilidade na antecipação e mitigação de situações de insolvência organizacional. Através da análise dos dados recolhidos por via de questionário, complementada por uma leitura crítica da literatura científica, foi possível evidenciar a forma como a comunidade inquirida perceciona e valoriza a contabilidade no contexto da sustentabilidade financeira das organizações.

Os resultados obtidos demonstram de forma clara que a contabilidade é hoje entendida não apenas como uma prática técnica de registo de operações, mas como uma ferramenta essencial de gestão estratégica, dotada de uma função informativa, analítica e preditiva. Esta perspetiva moderna da contabilidade destaca a sua relevância para além do cumprimento de obrigações legais, posicionando-a como um instrumento de suporte à tomada de decisão, à monitorização do desempenho e à promoção da transparência e responsabilidade organizacional.

No que respeita à primeira questão de investigação *"Qual a importância que a comunidade científica tem dado a este tema, em particular ao das variáveis que justificam a insolvência nas organizações ao longo dos anos?"*, relativa ao grau de importância atribuído pela comunidade científica e profissional à contabilidade enquanto elemento central na identificação das causas da insolvência ao longo do tempo, os inquiridos revelaram uma perceção amplamente positiva. A maioria reconhece o valor substancial da contabilidade na compreensão e análise das dinâmicas financeiras das organizações, o que confirma a crescente consciencialização sobre o seu papel estrutural na sustentabilidade empresarial.

Quanto à segunda questão "*Como prever a insolvência das organizações através da contabilidade?*", centrada na capacidade da contabilidade para prever a insolvência, os dados recolhidos reforçam a ideia de que esta ciência assume um lugar privilegiado na deteção precoce de sinais de instabilidade financeira. As respostas indicam que instrumentos como as demonstrações financeiras, os indicadores financeiros e as análises de gestão de caixa e de desempenho constituem meios eficazes para avaliar a saúde económica das organizações. Estes mecanismos permitem não só diagnosticar fragilidades, como também antecipar riscos e sustentar

estratégias de reestruturação e correção, promovendo a resiliência empresarial em contextos de incerteza.

A terceira questão de investigação *"Qual a importância da contabilidade nas organizações, e o seu impacto na gestão?"*, procurou aferir o impacto da contabilidade na gestão organizacional. As conclusões apontam para a centralidade da contabilidade na arquitetura de uma gestão informada, fundamentada e orientada para resultados. A sua capacidade de gerar informação fiável, sistemática e atualizada permite aos gestores não só conhecer o estado real da organização, mas também projetar o seu futuro com maior grau de confiança e racionalidade. A contabilidade revela-se, assim, um elo entre a análise do passado e o planeamento do futuro, consolidando-se como um instrumento de visão estratégica.

Além do impacto interno, é de salientar a relevância da contabilidade na construção de relações de confiança com os *stakeholders* externos — desde investidores a credores e colaboradores — através da promoção da transparência e da prestação de contas rigorosa. Este aspeto reforça o seu papel enquanto pilar da governação corporativa e da sustentabilidade a longo prazo.

Importa ainda destacar que as palavras mais associadas à contabilidade pelos inquiridos — *transparência, fiabilidade, informação, análise* e *tomada de decisão* — refletem uma perceção integrada e consistente do seu papel multifacetado. Estas associações não só confirmam a pertinência das questões de investigação, como validam a importância crescente atribuída à contabilidade enquanto disciplina crítica para o sucesso e continuidade das organizações.

Em suma, a investigação empírica aqui apresentada demonstra, de forma clara e sustentada, que a contabilidade deve ser encarada como um eixo estratégico essencial, transversal à gestão, à prevenção de riscos e à salvaguarda da perenidade empresarial. A sua utilização eficaz traduz-se num contributo direto para a estabilidade e solidez das organizações, assumindo-se, sem margem para dúvidas, como um pilar indispensável na estrutura organizacional moderna.

A tabela 23 apresenta o quadro resumo das questões de investigação e as questões utilizadas no questionário para dar respostas às mesmas.

Numeração questões de investigação	Variável	Numeração das questões do questionário	Perguntas respetivas	Hipótese de respostas
Caracterização da amostra		1.	Qual o seu género?	Feminino; Masculino; Outro;
		2.	Qual é a sua idade?	Em escala dos 18 anos aos 65 anos;
		3.	Habilitações académias?	Ensino Secundário; Licenciatura; Pós-graduação; Mestrado; Douturamento;
		4.	Qual a sua situação laboral?	Empregado; Desempregado; Reformado;
		5.	Qual a sua zona geográfica?	Norte; Centro; Sul; Ilha da Madeira; Ilha dos Açores;
		6.	No percurso laboral que obtem/obteve, qual a dimensão da empresa em que exerce/exerceu a sua atividade profissional?	Micro entidade; Pequena empresa; Pequena e média empresa; Grande empresa; Estado;
QI 01	Qual a importância dada a este tema, em particular ao das variáveis que justificam a insolvência nas organizações ao longo dos anos?	7.	Na sua opinião, qual o papel da contabilidade a nível empresarial e social?	Sem importância; Pouco importante; Razoavelmente importante; Importante; Muito importante;
		8.	Baseado na sua experiência e conhecimento, a contabilidade é:	Ciência; Processo para a tomada de decisão; Informação;Análise; Estratégia; Controlo; Negócio; Planeamento; (escolher 4 opções)
		14.	Qual é a importância que a contabilidade tem no meio organizacional?	Planeamento e suporte à tomada de decisão; Análise e avaliação do desempenho; Apoio e controlo das atividades da empresa; Melhorar a competitividade da empresa; Criação de valor aos stakeholders pela gestão efeciente de recursos; Transparência;
QI 02	Como prever a insolvência das organizações através da contabilidade?	9.	A contabilidade pode prever a insolvência nas organizações?	Sim; Não;
		9.1.	Se respondeu sim, qual dos seguintes itens tem mais importância na previsão de insolvência ?	Planeamento; Análise de dados; Decisão de investimentos; Gestão de avaliação de riscos; Previsão; Gestão de desempenho; Identificação de dificuldades financeiras; Restruturação financeira;
		10.	Sendo que a contabilidade é um dado de respostas relativamente à saúde financeira das organizações, com que regularidade devem ser apresentadas as contas das empresas?	Mensal, Bimensal; Trimestral; Quadrimestral; Semestres; Anual;
		11.	Para prever a insolvência de uma empresa é importante analisar diversos fatores financeiros e operacionais. Dos pontos apresentados indique os que considera mais importantes.	Demonstrações financeiras; Indicadores financeiros; Gestão de caixa; Análise setorial e de mercado; Histórico e tendências; Riscos Operacicionais e estratégicos; Análise qualitativa (Reputação da empresa, qualidade da admnistração e capacidade de inovação); (escolher 4 opções)
		12.	A prestação de contas tem como finalidade comunicar e informar tanto a situação financeira como operacional aos seus stakeholders. A prestação de contas deve:	Garantir a transparência; Ajudar na tomada de decisão; Ser confiante e credível; Auxiliar na avaliação de desempenho da empresa; Ter responsabilidade; Estudar investimentos; Analisar estratégias; Avaliar a eficácia no modelo de negócio; (escolher 4 opções)
		13.	Sendo a digitalização cada vez mais frequente, acha que a digitalização é uma mais-valia na previsão de insolvência?	Sim; Não;
		13.1.	Se respondeu sim, porquê?	Melhor estratégia e planeamento; Análises mais rápidas; Mais fiabilidade; Valor acrescentado; Melhor tomada de decisão; Maior controlo; Relatórios integrados; Simplificar as tarefas repetitivas; Redução do erro humano;
QI 03	Qual a importância da contabilidade nas organizações, e o seu impacto na gestão?	15.	Uma vez que a contabilidade é direcionada para os negócios, acha que a contabilidade e o modelo de negócio devem estar em sintonia?	Sim; Não;
		15.1.	Se respondeu sim, qual a importância da contabilidade no modelo de negócio?	Visão clara do desempenho financeiro; Tomada de decisão; Planeamento estratégico; Avaliação na viabilidade do modelo de negócio; Cumprimentos nas obrigações regulatórias e fiscais; Fiabilidade;
		16.	Acha que a digitalização poderá ser uma mais valia para a comunicação e colaboração entre diferentes departamentos de uma empresa?	Sim; Não;
		16.1.	Se respondeu sim, indique quais as vantagens da digitalização:	Aumento da eficiência operacional; Redução de custos; Maior acessibilidade e compartilhamento de informação; Tomada de decisões mais agil e precisa; Inovação; Adaptação rápida às mudanças do mercado; (escolher 3 opções)
		17.	Sendo a contabilidade uma área que está em constante mudança, acha que a formação da equipa de contabilidade é uma mais-valia para as empresas?	Sim; Não;
		17.1.	Se respondeu sim, indique a relevância das vantagens da formação da equipa de contabilidade nas empresas:	Elaboração, organização e interpretação da informação financeira; Fiscalidade; Criação de valor para os stakeholders; Implementação de técnicas de apoio à tomada de decisão; Comunicação com a
		18.	Sendo o contabilista certificado um líder, qual a importância das seguintes competências para o exercício da profissão?	Habilidades de comunicação; Técnicas de motivação; Trabalho de equipa; Gestão de conflitos; Gestão de talentos; Conhecimentos na área de trabalho;
		19.	Relativamente ao desempenho das empresas, qual a importância do contabilista certificado para:	Melhoria na participação e valor de mercado; Melhoria dos lucros; Melhoria no crescimento;
		20.	Após responder ao presente inquérito, defina a contabilidade em 3 palavras:	

Tabela 23 - Quadro resumo das questões de investigação VS variáveis

Fonte: Elaboração própria, 2024

4 Conclusões, Limitações e Futura linhas de Investigação

A presente dissertação teve como principal objetivo analisar e compreender o papel da contabilidade na previsão das insolvências organizacionais, sublinhando a sua importância enquanto ferramenta essencial de diagnóstico, suporte à decisão e promotora da sustentabilidade empresarial. Num contexto económico marcado pela incerteza, pela complexidade dos mercados e pela elevada competitividade, torna-se imperativo dotar as organizações de instrumentos que lhes permitam antecipar riscos, tomar decisões informadas e garantir a sua continuidade. Neste sentido, a contabilidade revela-se um elemento estratégico de primeira ordem.

Através da articulação entre o enquadramento teórico e a investigação empírica desenvolvida, foi possível demonstrar que a contabilidade, quando aplicada de forma rigorosa e consciente, constitui uma mais-valia significativa na identificação precoce de sinais de instabilidade financeira. A análise de demonstrações financeiras, rácios e indicadores de desempenho permite detetar tendências e desvios que, se analisados atempadamente, possibilitam a implementação de medidas corretivas antes que se verifiquem situações de rutura. Esta capacidade preditiva confere à contabilidade um papel central no planeamento estratégico e na gestão preventiva das organizações.

A investigação empírica, suportada pela aplicação de um questionário dirigido a profissionais da área, permitiu recolher dados relevantes sobre a perceção atual da contabilidade no seio das organizações. Os resultados evidenciam uma valorização crescente da contabilidade enquanto disciplina que ultrapassa a mera função de registo e reporte. Os inquiridos reconhecem-na como um instrumento de apoio à decisão, de promoção da transparência, de avaliação de desempenho e de criação de valor para os *stakeholders*.

A contabilidade, tal como percecionada pelos participantes no estudo, assume-se como um elemento estruturante na construção de uma gestão eficaz, capaz de responder aos desafios contemporâneos e de antecipar eventuais ameaças à sustentabilidade financeira. Destaca-se, neste sentido, o seu contributo para uma maior responsabilidade na governação, a melhoria da comunicação com os investidores, a fidelização de clientes e fornecedores, bem como o reforço da confiança junto das instituições financeiras.

Contudo, como qualquer investigação, também este estudo apresenta limitações que importa reconhecer. A primeira prende-se com a dimensão da amostra. Embora tenham sido obtidas 447 respostas válidas, este número representa apenas uma fração do universo total de Contabilistas Certificados e demais profissionais da área em Portugal. Assim, os resultados obtidos, sendo uma base sólida, não podem ser generalizados sem cautela. Uma amostra de maior dimensão permitiria uma análise mais robusta e detalhada das diferentes perceções existentes.

Adicionalmente, algumas dimensões do questionário, nomeadamente aquelas relacionadas com as competências dos Contabilistas Certificados enquanto líderes e o papel da formação contínua das suas equipas, não foram exploradas em profundidade no presente estudo, ficando em aberto para futuras investigações. Estas questões, embora abordadas de forma preliminar, contêm potencial para o desenvolvimento de linhas de investigação promissoras.

Neste enquadramento, delineiam-se como linhas futuras de investigação os seguintes eixos:

1. **A importância da formação contínua das equipas de contabilidade**: sendo a contabilidade uma área em constante evolução, torna-se imprescindível estudar o impacto da formação especializada na qualidade da informação produzida, na eficiência dos processos de apoio à decisão e na capacidade de adaptação das empresas às exigências regulatórias e de mercado. A atualização permanente das competências técnicas e comportamentais dos profissionais da contabilidade constitui um fator crítico para a sustentabilidade organizacional.
2. **O perfil de liderança do Contabilista Certificado**: importa aprofundar o estudo das competências transversais exigidas aos profissionais de contabilidade no desempenho de funções de liderança, tais como a comunicação eficaz, a gestão de equipas, a resolução de conflitos e a capacidade de motivação. Estas competências, frequentemente menos valorizadas, são determinantes para a construção de equipas coesas, eficientes e orientadas para resultados.
3. **A contribuição da contabilidade para a criação de valor organizacional**: será pertinente investigar, em contextos sectoriais distintos, de que forma a

contabilidade influencia positivamente a performance financeira, o crescimento sustentável e a reputação empresarial. A correlação entre uma contabilidade estratégica e a melhoria dos lucros, do valor de mercado e da competitividade poderá fornecer dados relevantes para gestores e decisores políticos.

4. **A adoção de metodologias de gestão baseadas em dados contabilísticos**: outro caminho de investigação poderá incidir sobre o impacto da contabilidade na inovação organizacional e na implementação de metodologias de gestão centradas em dados, nomeadamente no apoio à tomada de decisões em tempo real, no controlo orçamental e na gestão de risco.

Em síntese, a presente dissertação procurou demonstrar que a contabilidade, mais do que uma obrigação legal, deve ser entendida como um verdadeiro pilar estratégico no seio das organizações. A sua função informativa, preditiva e integradora contribui decisivamente para a estabilidade financeira, a criação de valor e a perenidade das entidades económicas. A consolidação desta perceção no meio empresarial e académico constitui um passo fundamental para o reforço da cultura de gestão responsável, baseada em dados fiáveis e decisões sustentadas.

5 Bibliografia

(CIRE), C. d. (2004). *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.* Lisboa: Diário da Républica.

(EC), E. C. (2003). *Comissão de Normalização Contabilística.* Comissão Europeia: Comissão Europeia.

(SNC), S. d. (2018). *Sistema de Normalização Contabilística - 6ª edição.* Porto: Porto Editora.

Alves, P. A. (2018). *Dissertação de Mestrado - A Qualificação da Insolvência Incidentes e Efeitos.* Lisboa: Universidade de Lisboa.

Anjos, A. J. (2021). *Informação Financeira Prevenção da crise e insolvência empresarial* (1ª Edição ed.). Coimbra: Edições Almedina, S.A.

Antunes, J. E. (2019). *Direito da Contabilidade.* Coimbra: Almedina.

Araújo, J. (2025). *A transição digital e a inteligência artificial na contabilidade*.

Cardoso, M. B. (2018). *Dissertação de Mestrado - Causas da insolvência das pequenas e médias empresas.* Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Coelho, C. F. (2013). *O processo de Insolvência: Trâmites legais e medidas para a recuperação de empresas (Relatório de Estágio de Mestrado).* Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Conde, A. (2019). *Determinantes da adoção de práticas de gestão de risco nas empresas em Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa.

Cunha, J. (2013). *Dissertação de Mestrado - A Análise Financeira como ferramenta de apoio à tomada de decisão.* Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Encarnação, C. (2009). *Dissertação de Mestrado - Indicadores Económico-Financeiros: Os impactos da alteração normativa em Portugal.* Lisboa: ISCTE.

Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E., & Neiva, J. (2022). *Análise Financeira - Teoria e Prática* (6ª Edição ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Figueiredo, I. J. (2019). *Dissertação de Mestrado - As Funções do Administrador da Inslvência no Processo de Insolvência.* Leiria: Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Instituito Politécnico de Leiria.

Franco, P. (outubro de 2024). De obrigatoriedade a direiro. (n. 2. Revista da Ordem dos Contabilistas Certificados, Ed.)

Isabel Lourenço, A. I. (2023). *O Essencial - Contabilidade - Contabilidade Finaceira* (1ª Edição, 3ª impressão ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Lagoa Leitão, A., de Andrade Albarelli, B., & Santana Azevedo, M. (2024). *A importância da cultura organizacional nas empresas: o papel fundamental da contabilidade, Vol. 17* (Issue 7). doi:10.54751/revistafoco.v17n7-075

Laís Benedicto, M., de Almeida Reinaldi, M., & Rodrigues do Prado, E. (2023). *A importância do uso de sistemas de informações contabeis nos escritórios de contabilidade da Era Digital: Uma revisão de literatura, Vol. 16 Issue 12*. doi:10.54751/revistafoco.v16n12-120

Lima Monteiro, T. M., & Rocha, D. V. (2023). *O Papel do Controlo Interno na Prevenção de Erros e Fraudes.* Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.

Lopes, É., Pereira, T., Gonçalves, M., & Rito, S. (2022). O balanço e a demontrânção dos resultados por naturezas: Um guia útil a um gestor de empresas. *Revista de Contabilidade & Finanças, nº146/147*.

Luís Pacheco, J. L. (2021). *Avaliação de Empresas.* Lisboa: Edições Sílabo.

Magalhães, A. J. (2023). *Dissertação de Mestrado - A contabilidade na Era Digital: a perceção do contabilista.* Minho: Universidade do Minho.

NABAIS, C. (2015). *O meu livro de contabilidade.* Lisboa: Plátano Editora.

Nabais, C. N. (2021). *Prática Contabilística* (7ª edição ed.). Lisboa: Lidel Edições Tecnicas, Lda.

Neves, C. R. (2018). *Dissertação de Mestrado - Insolvência - Prática na deteção e prevenção de insolvência - O papel do Auditor.* Porto: Instituto Superios de Contabilidade e Administração do Porto.

Neves, F. E. (2014). *Previsão de insolvência: a importância dos rácios financeiros e cash-flow operacionais.* Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Economia.

Neves, J. C. (2012). *Análise e Relato Financeiro - Uma Visão Integradas da Gestão* (5ª Edição ed.). Alfragide: Texto Editores, Lda.

Oliveira, V. (2018). *Dissertação de Mestrado - O Impacto da Envolvente na Qualidade da Informação Financeira nas Sociedades Anónimas em Portugal.* Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbsl - Escola Superior de Ciências Empresairiais.

Pais, M., & Ferreira, A. (2024). A importância da contabilidade para a gestão de empresas: estudo de caso – Grupo Visabeira.

Paiva, I., & Carvalho, L. C. (2021). *Contabilidade Financeira e Criação de Novos Modelos de Negócios.* Lisboa: Edições Silabo.

Quadros, T., Schiavi, G., Momo, F., & Rivero, M. (novembro de 2023). A percepção dos clientes em relação à proposta de valor dos escritórios de contabilidade. *Contabilidad y Negocios, 18 Issue 36*. doi:10.18800/contabilidad.202302.004

Rosa, S. d. (2013). *Doutoramento em Economia - A importância da Informação financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível.* Lisboa: Universidade Autonoma de Lisboa.

Rufino, M. J. (2019). *Dissertação de Mestrado - A Insolvência e a Fiscalidade.* 2019: ISCAL.

Sá Silva, E. (2023). Métodos dos rácios - Uma técnica de análise financeira (II). *Revista da Ordem dos Contabilistas Certificados, nº 280*.

Sá Silva, E. (2023). Risco de Negócio e risco financeiro. *Revista Ordem do Contabilistas Certificados, nº 283*.

Sampaio, V. S. (2021). *Contributo da Contabilidade de Gestão para o Relato da Sustentabilidade.* Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Braga.

Santos, A. S. (2016). *Dissertação de Mestrado - A Insolvência Empresarial e a Sucessiva Recuperação da Sociedade Insolvente.* Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Santos, F. P., & Nogueira, M. (2024). *Trabalho Final de Mestrado - antes, Durante e Depois.* Edições Almedina, S.A.

Silva, E. (2022). A noção de risco. *Revista de Contabilidade & Finanças, nº148*.

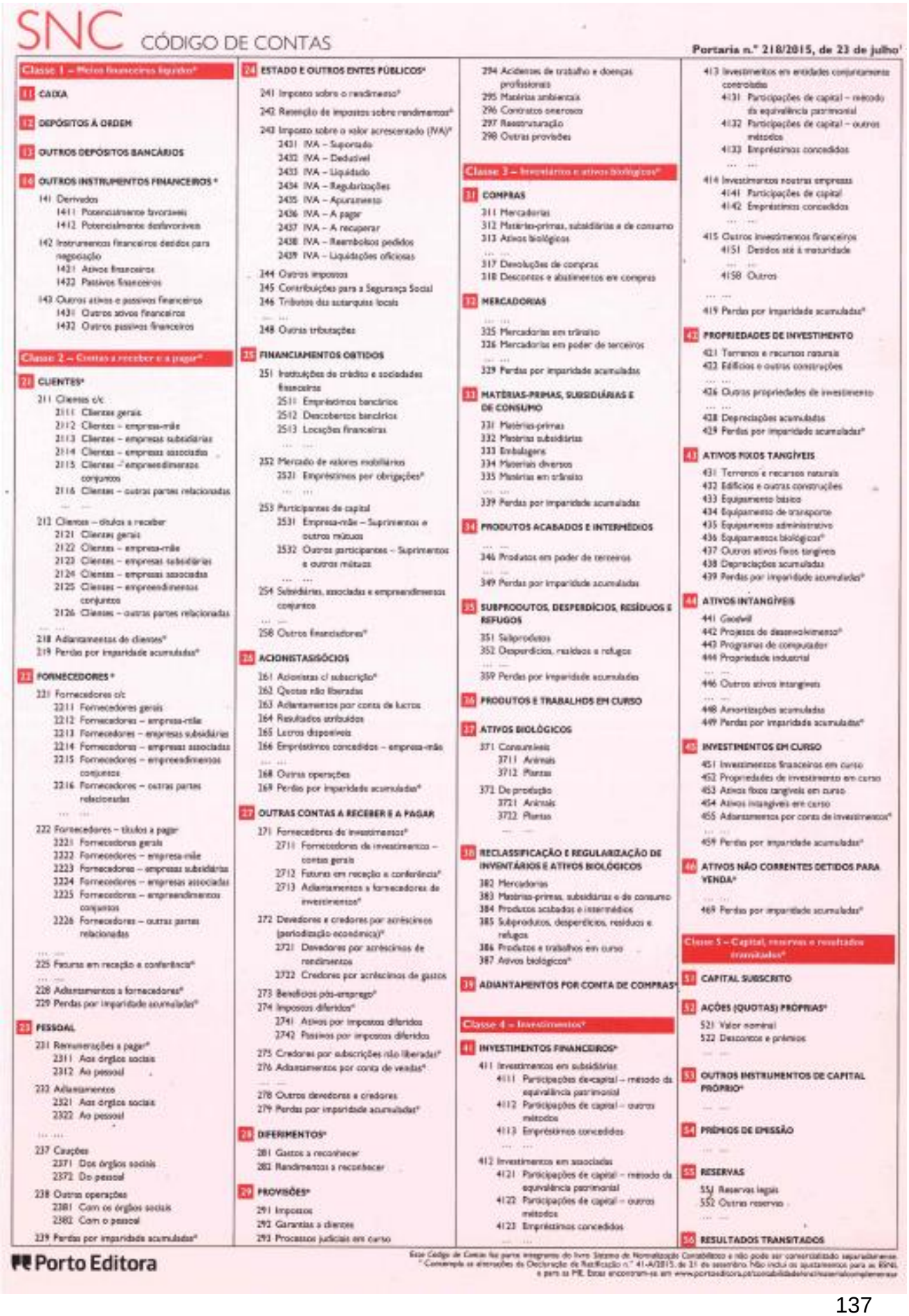
Silva, T. (2023). Contabilidade Digital. *Revista da Ordem dos Contabilistas Certificados, nº 284*.

Teixeira, M. T. (2015). *Dissertação de Mestrado - Insolvência e Recuperação de Empresas.* Algarve: Universidade do Algarve.

Weber, E., & Diehl, C. (2014). *Gestão de Riscos Operacionais: Um estudo bibliográfico sobre ferramentas de auxílio, Vol. 19*(Issue 3).

ANEXOS

Anexo 1 – O Código das Contas



SNC CÓDIGO DE CONTAS

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho

Classe 1 – Meios financeiros líquidos*

11 CAIXA

12 DEPÓSITOS À ORDEM

13 OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

14 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS *
141 Derivados
1411 Potencialmente favoráveis
1412 Potencialmente desfavoráveis
142 Instrumentos financeiros detidos para negociação
1421 Ativos financeiros
1422 Passivos financeiros
143 Outros ativos e passivos financeiros
1431 Outros ativos financeiros
1432 Outros passivos financeiros

Classe 2 – Contas a receber e a pagar*

21 CLIENTES*
211 Clientes c/c
2111 Clientes gerais
2112 Clientes – empresa-mãe
2113 Clientes – empresas subsidiárias
2114 Clientes – empresas associadas
2115 Clientes – empreendimentos conjuntos
2116 Clientes – outras partes relacionadas
212 Clientes – títulos a receber
2121 Clientes gerais
2122 Clientes – empresa-mãe
2123 Clientes – empresas subsidiárias
2124 Clientes – empresas associadas
2125 Clientes – empreendimentos conjuntos
2126 Clientes – outras partes relacionadas
218 Adiantamentos de clientes*
219 Perdas por imparidade acumuladas*

22 FORNECEDORES *
221 Fornecedores c/c
2211 Fornecedores gerais
2212 Fornecedores – empresa-mãe
2213 Fornecedores – empresas subsidiárias
2214 Fornecedores – empresas associadas
2215 Fornecedores – empreendimentos conjuntos
2216 Fornecedores – outras partes relacionadas
222 Fornecedores – títulos a pagar
2221 Fornecedores gerais
2222 Fornecedores – empresa-mãe
2223 Fornecedores – empresas subsidiárias
2224 Fornecedores – empresas associadas
2225 Fornecedores – empreendimentos conjuntos
2226 Fornecedores – outras partes relacionadas
225 Facturas em recepção e conferência*
228 Adiantamentos a fornecedores*
229 Perdas por imparidade acumuladas*

23 PESSOAL
231 Remunerações a pagar*
2311 Aos órgãos sociais
2312 Ao pessoal
232 Adiantamentos
2321 Aos órgãos sociais
2322 Ao pessoal
237 Cauções
2371 Dos órgãos sociais
2372 Do pessoal
238 Outras operações
2381 Com os órgãos sociais
2382 Com o pessoal
239 Perdas por imparidade acumuladas*

24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS*
241 Imposto sobre o rendimento*
242 Retenção de impostos sobre rendimentos*
243 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)*
2431 IVA – Suportado
2432 IVA – Dedutível
2433 IVA – Liquidado
2434 IVA – Regularizações
2435 IVA – Apuramento
2436 IVA – A pagar
2437 IVA – A recuperar
2438 IVA – Reembolsos pedidos
2439 IVA – Liquidações oficiosas
244 Outros impostos
245 Contribuições para a Segurança Social
246 Tributos das autarquias locais
248 Outras tributações

25 FINANCIAMENTOS OBTIDOS
251 Instituições de crédito e sociedades financeiras
2511 Empréstimos bancários
2512 Descobertos bancários
2513 Locações financeiras
252 Mercado de valores mobiliários
2521 Empréstimos por obrigações*
253 Participantes de capital
2531 Empresa-mãe – Suprimentos e outros mútuos
2532 Outros participantes – Suprimentos e outros mútuos
254 Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
258 Outros financiadores*

26 ACIONISTAS/SÓCIOS
261 Acionistas c/ subscrição*
262 Quotas não liberadas
263 Adiantamentos por conta de lucros
264 Resultados atribuídos
265 Lucros disponíveis
266 Empréstimos concedidos – empresa-mãe
268 Outras operações
269 Perdas por imparidade acumuladas*

27 OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
271 Fornecedores de investimentos*
2711 Fornecedores de investimentos – contas gerais
2712 Faturas em receção e conferência*
2713 Adiantamentos a fornecedores de investimentos*
272 Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)*
2721 Devedores por acréscimos de rendimentos
2722 Credores por acréscimos de gastos
273 Benefícios pós-emprego*
274 Impostos diferidos*
2741 Ativos por impostos diferidos
2742 Passivos por impostos diferidos
275 Credores por subscrições não liberadas*
276 Adiantamentos por conta de vendas*
278 Outros devedores e credores
279 Perdas por imparidade acumuladas*

28 DIFERIMENTOS*
281 Gastos a reconhecer
282 Rendimentos a reconhecer

29 PROVISÕES*
291 Impostos
292 Garantias a clientes
293 Processos judiciais em curso
294 Acidentes de trabalho e doenças profissionais
295 Matérias ambientais
296 Contratos onerosos
297 Reestruturação
298 Outras provisões

Classe 3 – Inventários e ativos biológicos*

31 COMPRAS
311 Mercadorias
312 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
313 Ativos biológicos
317 Devoluções de compras
318 Descontos e abatimentos em compras

32 MERCADORIAS
325 Mercadorias em trânsito
326 Mercadorias em poder de terceiros
329 Perdas por imparidade acumuladas

33 MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
331 Matérias-primas
332 Matérias subsidiárias
333 Embalagens
334 Materiais diversos
335 Matérias em trânsito
339 Perdas por imparidade acumuladas

34 PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS
346 Produtos em poder de terceiros
349 Perdas por imparidade acumuladas

35 SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS
351 Subprodutos
352 Desperdícios, resíduos e refugos
359 Perdas por imparidade acumuladas

36 PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO

37 ATIVOS BIOLÓGICOS
371 Consumíveis
3711 Animais
3712 Plantas
372 De produção
3721 Animais
3722 Plantas

38 RECLASSIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS
382 Mercadorias
383 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
384 Produtos acabados e intermédios
385 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
386 Produtos e trabalhos em curso
387 Ativos biológicos*

39 ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS*

Classe 4 – Investimentos*

41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS*
411 Investimentos em subsidiárias
4111 Participações de capital – método da equivalência patrimonial
4112 Participações de capital – outros métodos
4113 Empréstimos concedidos
412 Investimentos em associadas
4121 Participações de capital – método da equivalência patrimonial
4122 Participações de capital – outros métodos
4123 Empréstimos concedidos
413 Investimentos em entidades conjuntamente controladas
4131 Participações de capital – método da equivalência patrimonial
4132 Participações de capital – outros métodos
4133 Empréstimos concedidos
414 Investimentos noutras empresas
4141 Participações de capital
4142 Empréstimos concedidos
415 Outros investimentos financeiros
4151 Detidos até à maturidade
4158 Outros
419 Perdas por imparidade acumuladas*

42 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO
421 Terrenos e recursos naturais
422 Edifícios e outras construções
426 Outras propriedades de investimento
428 Depreciações acumuladas
429 Perdas por imparidade acumuladas*

43 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
431 Terrenos e recursos naturais
432 Edifícios e outras construções
433 Equipamento básico
434 Equipamento de transporte
435 Equipamento administrativo
436 Equipamentos biológicos*
437 Outros ativos fixos tangíveis
438 Depreciações acumuladas
439 Perdas por imparidade acumuladas*

44 ATIVOS INTANGÍVEIS
441 Goodwill
442 Projetos de desenvolvimento*
443 Programas de computador
444 Propriedade industrial
446 Outros ativos intangíveis
448 Amortizações acumuladas
449 Perdas por imparidade acumuladas*

45 INVESTIMENTOS EM CURSO
451 Investimentos financeiros em curso
452 Propriedades de investimento em curso
453 Ativos fixos tangíveis em curso
454 Ativos intangíveis em curso
455 Adiantamentos por conta de investimentos*
459 Perdas por imparidade acumuladas*

46 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA*
469 Perdas por imparidade acumuladas*

Classe 5 – Capital, reservas e resultados transitados*

51 CAPITAL SUBSCRITO

52 AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS*
521 Valor nominal
522 Descontos e prémios

53 OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO*

54 PRÉMIOS DE EMISSÃO

55 RESERVAS
551 Reservas legais
552 Outras reservas

56 RESULTADOS TRANSITADOS

Porto Editora

Este Código de Contas faz parte integrante do livro Sistema de Normalização Contabilística e não pode ser comercializado separadamente.
* Contempla as alterações da Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, de 31 de dezembro. Não inclui os ajustamentos para as IERFE e para as PME. Estes encontram-se em www.portoeditora.pt/contabilidade/snc/insere/complemento

57 AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS*
- 571 Relacionados com o método da equivalência patrimonial
  - 5711 Ajustamentos de transição*
  - 5712 Lucros não atribuídos*
  - 5713 Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas*
- ... ...
- 579 Outros

58 EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS*
- 581 Reavaliações decorrentes de diplomas legais
  - 5811 Antes de imposto sobre o rendimento
  - 5812 Impostos diferidos
- ... ...
- 589 Outros excedentes
  - 5891 Antes de imposto sobre o rendimento
  - 5892 Impostos diferidos
- ... ...

59 OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
- 591 Diferenças de conversão de demonstrações financeiras*
- 592 Ajustamentos por impostos diferidos
- 593 Subsídios*
  - 5931 Subsídios atribuídos
  - 5932 Ajustamentos em subsídios
- 594 Doações
- ... ...
- 599 Outras

Classe 6 – Gastos*

61 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS
- 611 Mercadorias
- 612 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
- 613 Ativos biológicos (compras)*

62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
- 621 Subcontratos
- 622 Serviços especializados
  - 6221 Trabalhos especializados
  - 6222 Publicidade e propaganda
  - 6223 Vigilância e segurança
  - 6224 Honorários
  - 6225 Comissões
  - 6226 Conservação e reparação
  - ... ...
  - 6228 Outros
- 623 Materiais
  - 6231 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido
  - 6232 Livros e documentação técnica
  - 6233 Material de escritório
  - 6234 Artigos para oferta
  - ... ...
  - 6238 Outros
- 624 Energia e fluidos
  - 6241 Eletricidade
  - 6242 Combustíveis
  - 6243 Água
  - ... ...
  - 6248 Outros
- 625 Deslocações, estadas e transportes
  - 6251 Deslocações e estadas
  - 6252 Transportes de pessoal
  - 6253 Transportes de mercadorias
  - ... ...
  - 6258 Outros
- 626 Serviços diversos
  - 6261 Rendas e alugueres
  - 6262 Comunicação
  - 6263 Seguros
  - 6264 Royalties
  - 6265 Contencioso e notariado
  - 6266 Despesas de representação
  - 6267 Limpeza, higiene e conforto
  - 6268 Outros serviços

63 GASTOS COM O PESSOAL
- 631 Remunerações dos órgãos sociais
- 632 Remunerações do pessoal
- 633 Benefícios pós-emprego
  - 6331 Prémios para pensões*
  - 6332 Outros benefícios
- 634 Indemnizações
- 635 Encargos sobre remunerações
- 636 Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais
- 637 Gastos de ação social
- 638 Outros gastos com o pessoal

64 GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO
- 641 Propriedades de investimento
- 642 Ativos fixos tangíveis
- 643 Ativos intangíveis

65 PERDAS POR IMPARIDADE
- 651 Em dívidas a receber
  - 6511 Clientes
  - 6512 Outros devedores
- 652 Em inventários
- 653 Em investimentos financeiros
- 654 Em propriedades de investimento
- 655 Em ativos fixos tangíveis
- 656 Em ativos intangíveis
- 657 Em investimentos em curso
- 658 Em ativos não correntes detidos para venda

66 PERDAS POR REDUÇÕES DE JUSTO VALOR
- 661 Em instrumentos financeiros
- 662 Em investimentos financeiros
- 663 Em propriedades de investimento
- 664 Em ativos biológicos

67 PROVISÕES DO PERÍODO*
- 671 Impostos
- 672 Garantias a clientes
- 673 Processos judiciais em curso
- 674 Acidentes no trabalho e doenças profissionais
- 675 Matérias ambientais
- 676 Contratos onerosos
- 677 Reestruturação
- 678 Outras provisões

68 OUTROS GASTOS
- 681 Impostos
  - 6811 Impostos diretos
  - 6812 Impostos indiretos
  - 6813 Taxas
- 682 Descontos de pronto pagamento concedidos
- 683 Dívidas incobráveis*
- 684 Perdas em inventários*
  - 6841 Sinistros
  - 6842 Quebras
  - ... ...
  - 6848 Outras perdas
- 685 Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
  - 6851 Cobertura de prejuízos
  - 6852 Aplicação do método da equivalência patrimonial*
  - 6853 Alienações
  - ... ...
  - 6858 Outros gastos
- 686 Gastos nos restantes investimentos financeiros*
  - 6861 Cobertura de prejuízos
  - 6862 Alienações
  - 6863 Diferenças de câmbio desfavoráveis*
  - ... ...
  - 6868 Outros gastos
- 687 Gastos em investimentos não financeiros
  - 6871 Alienações
  - 6872 Sinistros
  - 6873 Abates
  - 6874 Gastos em propriedades de investimento
  - ... ...
  - 6878 Outros gastos
- 688 Outros
  - 6881 Correções relativas a períodos anteriores
  - 6882 Donativos
  - 6883 Quotizações
  - 6884 Ofertas e amostras de inventários
  - 6885 Insuficiência de estimativa para impostos
  - 6886 Perdas em instrumentos financeiros
  - 6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis*
  - 6888 Outros não especificados

69 GASTOS DE FINANCIAMENTO
- 691 Juros suportados
  - 6911 Juros de financiamentos obtidos
  - ... ...
  - 6918 Outros juros
- 692 Diferenças de câmbio desfavoráveis
  - 6921 Relativas a financiamentos obtidos
  - ... ...
  - 6928 Outras
- ... ...
- 698 Outros gastos de financiamento
  - 6981 Relativos a financiamentos obtidos
  - ... ...
  - 6988 Outros

Classe 7 – Rendimentos*

71 VENDAS*
- 711 Mercadorias
- 712 Produtos acabados e intermédios
- 713 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
- 714 Ativos biológicos
- ... ...
- 716 IVA das vendas com imposto incluído
- 717 Devoluções de vendas
- 718 Descontos e abatimentos em vendas

72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS*
- 721 Serviço A
- 722 Serviço B
- ... ...
- 725 Serviços secundários
- 726 IVA dos serviços com imposto incluído
- ... ...
- 728 Descontos e abatimentos

73 VARIAÇÕES NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO
- 731 Produtos acabados e intermédios
- 732 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos
- 733 Produtos e trabalhos em curso
- 734 Ativos biológicos

74 TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE
- 741 Ativos fixos tangíveis
- 742 Ativos intangíveis
- 743 Propriedades de investimento
- 744 Ativos por gastos diferidos
- ... ...

75 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO*
- 751 Subsídios das entidades públicas
- 752 Subsídios de outras entidades

76 REVERSÕES
- 761 De depreciações e de amortizações
  - 7611 Propriedades de investimento
  - 7612 Ativos fixos tangíveis
  - 7613 Ativos intangíveis
- 762 De perdas por imparidade
  - 7621 Em dívidas a receber
    - 76211 Clientes
    - 76212 Outros devedores
  - 7622 Em inventários
  - 7623 Em investimentos financeiros
  - 7624 Em propriedades de investimento
  - 7625 Em ativos fixos tangíveis
  - 7626 Em ativos intangíveis
  - 7627 Em investimentos em curso
  - 7628 Em ativos não correntes detidos para venda
- 763 De provisões
  - 7631 Impostos
  - 7632 Garantias a clientes
  - 7633 Processos judiciais em curso
  - 7634 Acidentes no trabalho e doenças profissionais
  - 7635 Matérias ambientais
  - 7636 Contratos onerosos
  - 7637 Reestruturação
  - 7638 Outras provisões
  - ... ...

77 GANHOS POR AUMENTOS DE JUSTO VALOR
- 771 Em instrumentos financeiros
- 772 Em investimentos financeiros
- 773 Em propriedades de investimento
- 774 Em ativos biológicos

78 OUTROS RENDIMENTOS
- 781 Rendimentos suplementares
  - 7811 Serviços sociais
  - 7812 Aluguer de equipamento
  - 7813 Estudos, projetos e assistência tecnológica
  - 7814 Royalties
  - 7815 Desempenho de cargos sociais noutras empresas
  - 7816 Outros rendimentos suplementares
- 782 Descontos de pronto pagamento obtidos
- 783 Recuperação de dívidas a receber
- 784 Ganhos em inventários
  - 7841 Sinistros
  - 7842 Sobras
  - ... ...
  - 7848 Outros ganhos
- 785 Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
  - 7851 Aplicação do método da equivalência patrimonial*
  - 7852 Alienações
  - ... ...
  - 7858 Outros rendimentos
- 786 Rendimentos nos restantes ativos financeiros
  - 7861 Diferenças de câmbio favoráveis
  - 7862 Alienações
  - ... ...
  - 7868 Outros rendimentos
- 787 Rendimentos em investimentos não financeiros
  - 7871 Alienações
  - 7872 Sinistros
  - 7873 Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento
  - ... ...
  - 7878 Outros rendimentos
- 788 Outros
  - 7881 Correções relativas a períodos anteriores
  - 7882 Excesso da estimativa para impostos
  - 7883 Imputação de subsídios para investimentos
  - 7884 Ganhos em outros instrumentos financeiros
  - 7885 Restituição de impostos
  - ... ...
  - 7887 Diferenças de câmbio favoráveis*
  - 7888 Outros não especificados

79 JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES
- 791 Juros obtidos
  - 7911 De depósitos
  - 7912 De outras aplicações de meios financeiros líquidos
  - 7913 De financiamentos concedidos a associadas e empreendimentos conjuntos
  - 7914 De financiamentos concedidos a subsidiárias
  - 7915 De financiamentos obtidos
  - ... ...
  - 7918 De outros financiamentos concedidos
- 792 Dividendos obtidos
  - 7921 De aplicações de meios financeiros líquidos
  - 7922 De associadas e empreendimentos conjuntos
  - 7923 De subsidiárias
  - ... ...
  - 7928 Outros
- 793 Diferenças de câmbio favoráveis*
  - ... ...
- 798 Outros rendimentos similares
  - ... ...

Classe 8 – Resultados*

81 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO
- 811 Resultado antes de impostos*
- 812 Imposto sobre o rendimento do período
  - 8121 Imposto estimado para o período*
  - 8122 Imposto diferido
  - ... ...
- 818 Resultado líquido
- ... ...

89 DIVIDENDOS ANTECIPADOS

* A correspondente rubrica tem uma nota explicativa (ver no ponto 4 do livro as notas de enquadramento).

COD. 32646

Anexo 2 - Demonstrações Financeiras – O Balanço

Diário da República, 1.ª série — N.º 143 — 24 de julho de 2015 4985

ANEXO 1

Entidade: .....

BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		XX YY N	XX YY N-1
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros			
Créditos a receber			
Ativos por impostos diferidos			
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes			
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber			
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários			
Total do ativo			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo			
Total do capital próprio e do passivo			

(1) – O euro, admitindo-se, em função das montantes e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo 3 - Demonstrações Financeiras – Demonstração dos Resultados por Naturezas

ANEXO 2

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N−1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / −	+ / −
Variação nos inventários da produção		+ / −	+ / −
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		−	−
Fornecimentos e serviços externos		−	−
Gastos com o pessoal		−	−
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		− / +	− / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		− / +	− / +
Provisões (aumentos/reduções)		− / +	− / +
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		− / +	− / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / −	+ / −
Outros rendimentos		+	+
Outros gastos		−	−
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		− / +	− / +
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		− / +	− / +
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	=
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		−	−
Resultado antes de impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		− / +	− / +
Resultado líquido do período		=	=
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
		=	=
Resultado por ação básico			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Anexo 4 – Demonstrações Financeiras - Demonstração dos Resultados por Funções

Diário da República, 1.ª série — N.º 143 — 24 de julho de 2015 4987

ANEXO 3

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Custo das vendas e dos serviços prestados		–	–
Resultado bruto		=	=
Outros rendimentos		+	+
Gastos de distribuição		–	–
Gastos administrativos		–	–
Gastos de investigação e desenvolvimento		–	–
Outros gastos		–	–
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	=
Gastos de financiamento (líquidos)		–	–
Resultados antes de impostos		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		– / +	– / +
Resultado líquido do período		=	=
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam		=	=
Resultado por ação básico			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros
(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Anexo 5 – Demonstrações Financeiras - Demonstração de Fluxos de Caixa

4990 Diário da República, 1.ª série — N.º 143 — 24 de julho de 2015

ANEXO 5

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		+	+
Pagamentos a fornecedores		-	-
Pagamentos ao pessoal		-	-
Caixa gerada pelas operações		+/-	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-/+
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	+/-
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		+/-	+/-
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		+	+
Ativos intangíveis		+	+
Investimentos financeiros		+	+
Outros ativos		+	+
Subsídios ao investimento		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		+/-	+/-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		+	+
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	+
Cobertura de prejuízos		+	+
Doações		+	+
Outras operações de financiamento		+	+
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		+/-	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+/-	+/-
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período		...	...
Caixa e seus equivalentes no fim do período		...	...

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Anexo 6 – Demonstrações Financeiras - Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6													
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
	7													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8													
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	10													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10													

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Diário da República, 1.ª série — N.º 143 — 24 de julho de 2015 4989

Anexo 7 – O questionário

Inquérito dissertação de mestrado – A importância da Contabilidade na previsão da insolvência nas organizações

O presente questionário tem como finalidade a elaboração de uma dissertação de mestrado em Gestão de Empresas lecionada no Instituto Superior de Entre Douro e Vouga (ISVOUGA) em Santa Maria da Feira, subordinando um tema que tanto preocupa a nível empresarial como a nível social.

Este inquérito tem como objetivo aferir a importância da contabilidade a nível empresarial, qual o seu papel na previsão de insolvências empresariais e analisar a importância do papel do contabilista certificado. O inquérito em questão é destinado a estudantes de contabilidade, conhecedores na área da contabilidade e aos contabilistas certificados para uma abrangência mais fidedigna da sociedade em vivemos.

Neste inquérito, não existem respostas certas ou erradas. O objetivo é apenas recolher a opinião de cada um. Todas as respostas são de extrema importância para a finalização desta dissertação de mestrado.

Encontra-se assegurada a confidencialidade de todos os dados recolhidos, sendo estes, apenas, utilizados para fins de estudo estatístico. As repostas serão tratadas de forma agregada, não permitindo a identificação individual.

Para alguma questão, por favor utilizar o e-mail: sandracapereira1990@gmail.com

Agradeço desde já a colaboração no preenchimento do inquérito.

Sandra Pereira

1. Qual o seu género? *

- ○ Masculino
- ○ Feminino
- ○ Prefiro não dizer

2. Qual a sua idade? *

- ○ 18 aos 25
- ○ 26 aos 35
- ○ 36 aos 45
- ○ 46 aos 55
- ○ 56 aos 65
- ○ Mais de 65

3. Habilitações Académicas *

- ○ Ensino secundário
- ○ Licenciatura
- ○ Pós-graduação
- ○ Mestrado
- ○ Doutoramento
- ○ Pós-Doutoramento

4. Qual a sua situação profissional? *

- ○ Empregado
- ○ Desempregado
- ○ Reformado

5. Qual a sua zona geográfica? *

- ○ Norte
- ○ Centro
- ○ Sul
- ○ Ilha da Madeira
- ○ Ilha dos Açores

6. No percurso laboral que obtém/obteve, qual a dimensão da empresa em que exerce/exerceu a sua atividade profissional? *

- ○ Micro-entidade
- ○ Pequena empresa
- ○ Pequena e média empresa
- ○ Grande empresa
- ○ Estado

7. Na sua opinião, qual o papel da contabilidade a nível empresarial e social? *

	1	2	3	4	5	
Sem importância	○	○	○	○	○	Muito importante

8. Baseado na sua experiência e conhecimento, a contabilidade é: *
(Escolher 4 opções)

- [ ] Ciência
- [ ] Processo para a tomada de decisão
- [ ] Informação
- [ ] Análise
- [ ] Estratégia
- [ ] Controlo
- [ ] Negócio
- [ ] Planeamento

9. Na sua opinião, a contabilidade pode prever a insolvência nas organizações? *

- ○ Sim;
- ○ Não;

9.1. Se respondeu sim, qual dos seguintes itens tem mais importância na previsão de insolvência?

	Sem importância	Pouco importante	Razoavelmente importante	Importante	Muito importante
Planeamento	○	○	○	○	○
Análise de dados	○	○	○	○	○
Decisão de investimentos	○	○	○	○	○
Gestão de avaliação de riscos	○	○	○	○	○
Previsão	○	○	○	○	○
Gestão de desempenho	○	○	○	○	○
Identificação de dificuldades financeiras	○	○	○	○	○
Restruturação financeira	○	○	○	○	○

10. Sendo que a contabilidade é um dado de respostas relativamente à saúde financeira da organizações, com que regularidade devem ser apresentadas as contas das empresas? *

- ○ Mensal;
- ○ Bimensal;
- ○ Trimestral;
- ○ Quadrimestral;
- ○ Semestre;
- ○ Anual;

11. Para prever a insolvência de uma empresa é importante analisar diversos fatores financeiros e operacionais. Dos pontos apresentados indique os que considera mais importantes.
(Das 7 opções apresentadas, escolha apenas 4)

- [ ] Demonstrações financeiras
- [ ] Indicadores financeiros
- [ ] Gestão de caixa
- [ ] Análise setorial e de mercado
- [ ] Histórico de tendências
- [ ] Riscos operacionais e estratégicos
- [ ] Análise qualitativa (Reputação da empresa, qualidade da administração e capacidade de inovação)

12. A prestação de contas tem como finalidade comunicar e informar tanto a situação financeira como operacional aos seus stakeholders. A prestação de contas deve: *
(Das 8 propostas apresentadas, escolha apenas 4)

- [ ] Garantir a transparência;
- [ ] Ajudar na tomada de decisão;
- [ ] Ser confiante e credível;
- [ ] Auxiliar na avaliação de desempenho da empresa;
- [ ] Ter responsabilidade;
- [ ] Estudar investimentos;
- [ ] Analisar estratégias;
- [ ] Avaliar a eficácia no modelo de negócio;

13. Sendo a digitalização cada vez mais frequente, acha que a digitalização é uma mais valia na previsão de insolvência? *

- ○ Sim
- ○ Não

13.1. Se respondeu sim, porquê? *

	Sem importância	Pouco importante	Razoavelmente importante	Importante	Muito importante
Melhor estratégia e planeamento	○	○	○	○	○
Análises mais rápidas	○	○	○	○	○
Mais fiabilidade	○	○	○	○	○
Valor acrescentado	○	○	○	○	○
Melhor tomada de decisão	○	○	○	○	○
Maior controlo	○	○	○	○	○
Relatórios integrados	○	○	○	○	○
Simplificar as tarefas repetitivas	○	○	○	○	○
Redução do erro humano	○	○	○	○	○

14. Qual é a importância que a contabilidade tem o meio organizacional? *

	Sem importância	Pouco importante	Razoavelmente importante	Importante	Muito importante
Planeamento e suporte à tomada de decisão	◯	◯	◯	◯	◯
Análise e avaliação do desempenho	◯	◯	◯	◯	◯
Apoio e controlo das atividades da empresa	◯	◯	◯	◯	◯
Melhorar a competitividade da empresa	◯	◯	◯	◯	◯
Criação de valor aos stakeholders pela gestão eficiente de recursos	◯	◯	◯	◯	◯
Transparência	◯	◯	◯	◯	◯

15. Uma vez que a contabilidade é direcionada para os negócios, acha que a contabilidade e o modelo de negócio devem estar em sintonia? *

◯ Sim

◯ Não

15.1. Se respondeu sim, qual a importância da contabilidade no modelo de negócio? *

	Sem importância	Pouco importante	Razoavelmente importante	Importante	Muito importante
Visão clara do desempenho financeiro	◯	◯	◯	◯	◯
Tomada de decisão	◯	◯	◯	◯	◯
Planeamento estratégico	◯	◯	◯	◯	◯
Avaliação na viabilidade do modelo de negócio	◯	◯	◯	◯	◯
Cumprimento nas obrigações regulatórias e fiscais	◯	◯	◯	◯	◯
Fiabilidade	◯	◯	◯	◯	◯

16. Acha que a digitalização pode ser uma mais valia para a comunicação e colaboração entre diferentes departamentos numa empresa? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

16.1. Se respondeu sim, indique quais as vantagens da digitalização: *
(Das 6 propostas apresentadas, escolha apenas 3)

- ☐ Aumento da eficiência operacional
- ☐ Redução de custos
- ☐ Maior acessibilidade e compartilhamento de informação
- ☐ Tomada de decisões mais ágil e precisa
- ☐ Inovação
- ☐ Adaptação rápida às mudanças do mercado

17. Sendo que a contabilidade é uma área que está em constante mudança, acha que a formação da equipa de contabilidade é uma mais valia para as empresas? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

17.1. Se respondeu sim, indique a relevância das vantagens da formação da equipa de contabilidade nas empresas: *

	Sem importância	Pouca importância	Razoavelmente importante	Importante	Muito importante
Elaboração, organização e interpretação da informação financeira	◯	◯	◯	◯	◯
Fiscalidade	◯	◯	◯	◯	◯
Criação de valor para os stakeholders	◯	◯	◯	◯	◯
Implementação de técnicas de apoio crítico e apoio à tomada de decisão	◯	◯	◯	◯	◯
Comunicação com a administração/CEO	◯	◯	◯	◯	◯
Consultor financeiro e de gestão financeira	◯	◯	◯	◯	◯
Gestão de risco e de investimentos	◯	◯	◯	◯	◯
Implementação de metodologias de gestão	◯	◯	◯	◯	◯
Preparação/Análise das demonstrações financeiras	◯	◯	◯	◯	◯

18. Sendo o contabilista certificado um líder, qual a importância das seguintes competências para o exercício da profissão? *

	Sem importância	Pouca importância	Razoavelmente importante	Importante	Muito importante
Habilidade de comunicação	◯	◯	◯	◯	◯
Técnicas de motivação	◯	◯	◯	◯	◯
Trabalho de equipa	◯	◯	◯	◯	◯
Gestão de conflitos	◯	◯	◯	◯	◯
Gestão de talentos	◯	◯	◯	◯	◯
Conhecimento na área de trabalho	◯	◯	◯	◯	◯

19. Relativamente ao desempenho das empresa, qual a importância do contabilista certificado para: *

	Sem importância	Pouca importância	Razoavelmente importante	Importante	Muito importante
Melhoria na participação e valor de mercado	◯	◯	◯	◯	◯
Melhoria nos lucros	◯	◯	◯	◯	◯
Melhoria no crescimento	◯	◯	◯	◯	◯

20. Após responder ao presente inquérito, diga em 3 palavras como define a contabilidade: *

A sua resposta

“Não desista, nem que tenha de tentar 100 vezes.

Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa

eu consegui, nunca desista de seus objetivos mesmo

que esses pareçam impossíveis,

a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.”

Albert Einstein